

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014

Rio de Janeiro, 27 de maio 2015.

Secretaria de Portos

Companhia Docas do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010, da Portaria - TCU nº 90, de 16/04/14 e das Decisões Normativas TCU nº 134 de 04/12/2013, TCU nº 139 de 24/09/2014 e TCU 140 de 15/10/2014.

Superintendência de Planejamento e Avaliação

Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2015.

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2014

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| PARTE A – CONTEÚDO GERAL..... | 08 |
| 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 08 |
| 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 08 |
| 1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 08 |
| QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 08 |
| 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE..... | 09 |
| 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 10 |
| 1.3.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR..... | 10 |
| 1.3.2 PRESIDÊNCIA..... | 11 |
| 1.3.3 DIRETORIA DE ENGENHARIA E GESTÃO PORTUÁRIA..... | 12 |
| 1.3.4 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E RELAÇÕES COMERCIAIS..... | 13 |
| 1.3.5 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS..... | 14 |
| 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS..... | 15 |
| 2 INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA..... | 17 |
| 2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA..... | 17 |
| 2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... | 19 |
| 2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO..... | 37 |
| 2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... | 37 |
| QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ..... | 37 |
| 2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES..... | 39 |
| 2.5.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL..... | 39 |
| 2.5.2 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS..... | 42 |
| QUADRO A.2.5.2 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL..... | 42 |
| 2.5.3 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS..... | 43 |
| QUADRO A.2.5.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES..... | 43 |
| 2.5.4 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES..... | 44 |

| | | |
|---------|--|----|
| | QUADRO A.2.5.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES | 44 |
| 3 | RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE..... | 45 |
| 3.1 | CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO | 45 |
| 3.2 | CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO | 47 |
| 3.3 | MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS..... | 48 |
| 3.4 | ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 48 |
| 3.5 | AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 48 |
| 3.6 | MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE | 48 |
| 4 | AMBIENTE DE ATUAÇÃO | 49 |
| 4.1 | INFORMAÇÕES SOBRE O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 49 |
| 5 | PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 51 |
| 5.1 | PLANEJAMENTO DA UNIDADE | 51 |
| 5.2 | PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 52 |
| 5.2.1 | PROGRAMA TEMÁTICO | 52 |
| 5.2.2 | OBJETIVO | 52 |
| 5.2.3 | AÇÕES | 52 |
| 5.2.3.1 | AÇÕES - OFSS..... | 52 |
| 5.2.3.2 | AÇÕES – AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS | 52 |
| 5.2.3.3 | AÇÕES – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS..... | 52 |
| 5.2.3.4 | AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI..... | 53 |
| | QUADRO A.5.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI | 53 |
| 5.2.3.5 | ANÁLISE SITUACIONAL..... | 60 |
| 5.3 | INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO | 63 |
| 5.4 | INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL | 64 |
| | QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO..... | 64 |
| 5.5 | INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS | 65 |
| 6 | TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 65 |
| 6.1 | PROGRAMA E EXECUÇÃO DAS DESPESAS | 65 |
| 6.1.1 | PROGRAMA DAS DESPESAS | 66 |

| | |
|--|----|
| QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMA DAS DESPESAS | 66 |
| 6.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA | 67 |
| 6.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA | 67 |
| 6.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA | 68 |
| 6.1.3.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL | 68 |
| QUADRO A.6.1.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA..... | 68 |
| 6.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ | 70 |
| 6.1.3.5 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 70 |
| 6.1.3.6 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 70 |
| 6.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA..... | 70 |
| 6.2 DESPESA COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA..... | 74 |
| QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE | 74 |
| 6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS..... | 74 |
| 7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... | 74 |
| 7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE..... | 74 |
| 7.1.1 DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 74 |
| QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ | 74 |
| QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA | 75 |
| QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ | 75 |
| 7.1.2 QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO | 76 |
| 7.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 95 |
| QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL | 95 |
| 7.1.4 IRREGULARIDADE NA ÁREA DE PESSOAL | 96 |
| 7.1.4.1 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS | 96 |
| 7.1.4.2 TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS..... | 97 |
| 7.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS..... | 97 |
| 7.1.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS | 97 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 7.2 | CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS | 99 |
| 7.2.1 | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA..... | 99 |
| | QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA..... | 99 |
| 7.2.2 | LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO | 100 |
| | QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA | 100 |
| 7.2.3 | ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 7.2.1 E 7.2.2 | 101 |
| 7.2.4 | CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS | 101 |
| | QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS..... | 101 |
| 7.3 | MEDIDAS ADOTADAS PARA REVISÃO DOS CONTRATOS DAS EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO..... | 101 |
| 8 | GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO..... | 107 |
| 8.2 | GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO | 107 |
| 8.2.1 | DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL | 107 |
| | QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO | 107 |
| 8.2.2 | IMÓVEIS SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL | 108 |
| | QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL | 108 |
| | QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ | 111 |
| 8.2.3 | IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ | 119 |
| 8.2.4 | ANÁLISE CRÍTICA | 119 |
| 8.3 | BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS | 120 |
| | QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS..... | 120 |
| 9 | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... | 121 |
| 9.1 | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 121 |
| | QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014 | 121 |
| 11 | ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE..... | 122 |
| 11.1 | TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU | 122 |
| 11.1.1 | DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO | 122 |

| | |
|---|-----|
| QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 122 |
| 11.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO..... | 125 |
| 11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) | 126 |
| 11.2.1 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 126 |
| QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO..... | 126 |
| 11.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO | 128 |
| 11.3 DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 128 |
| 11.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93..... | 128 |
| QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR | 128 |
| 11.3.2 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES | 129 |
| 11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO..... | 130 |
| 11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV..... | 130 |
| 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 131 |
| 12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO | 131 |
| 12.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS..... | 131 |
| 12.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976..... | 132 |
| 12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS | 151 |
| 12.7.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA | 151 |
| QUADRO A.12.7.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL..... | 151 |
| 12.7.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA | 151 |
| 12.8 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE..... | 152 |
| 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 156 |
| 13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ..... | 156 |
| PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS..... | 157 |
| 63 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. | 157 |

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2014

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 134, de 4 de dezembro de 2014.

Alterado pela Decisão Normativa n° 139 de 24/09/2014.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|--|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Secretaria de Portos – SEP (Medida Provisória n° 483, de 24/03/2010) | | | Código SIORG: 92748 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa: Companhia Docas do Rio de Janeiro | | | |
| Denominação Abreviada: CDRJ | | | |
| Código SIORG: 92748 | Código LOA: 211 | Código SIAFI: 396001 | |
| Situação: ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista | | CNPJ: 42.266.890/0001-28 | |
| Principal Atividade: Gestão de Portos e Terminais | | | Código CNAE: 5231-1 |
| Telefones/Fax de contato: | (21) 2219-8600 | | (21) 2219-8544 |
| Endereço Eletrônico: asscomcdrij@portosrio.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.portosrio.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Rua do Acre, 21, Cep 20081-000, Rio de Janeiro, RJ | | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Decreto-Lei n° 256, de 28.02.1967 | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Lei n° 6.404/76 e suas alterações, Lei n° 12.815/13, regulamentada pelo Decreto n° 8.033 de 28.06.13. | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Estatuto Social e Plano Básico da Organização | | | |

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 28.06.2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

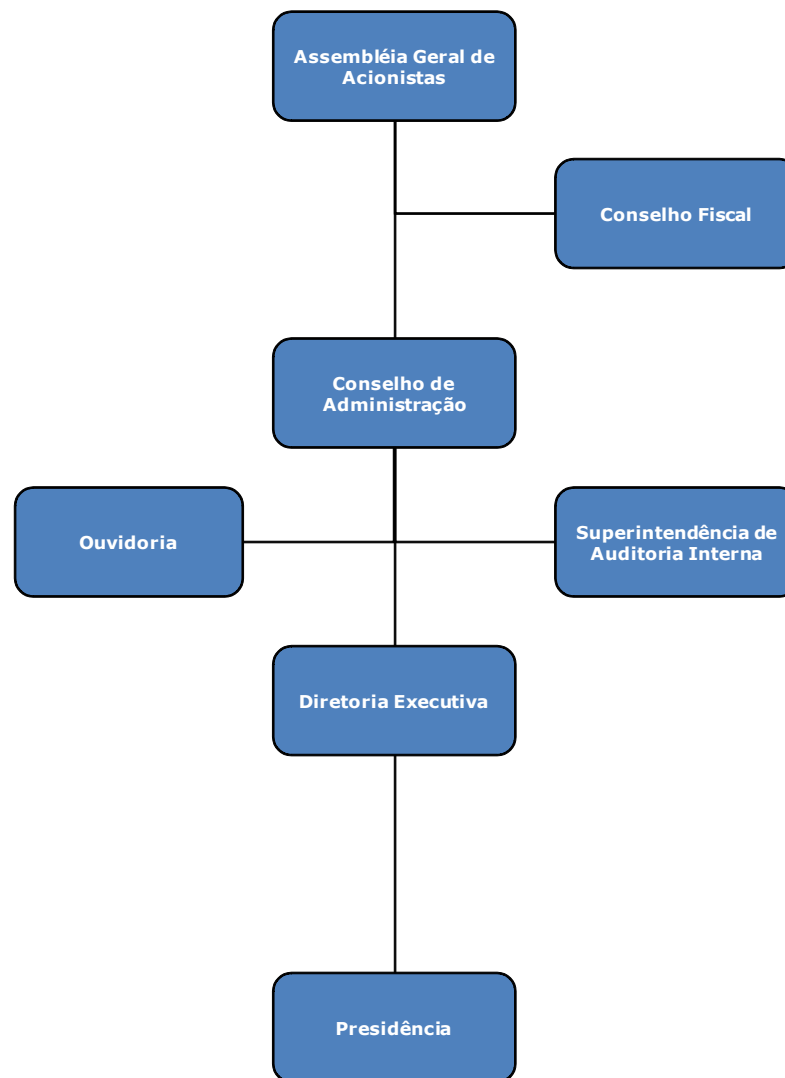
Tem como principal objetivo o desenvolvimento dos portos sob sua responsabilidade, mediante a execução de programas e projetos orientados ao constante aprimoramento da gestão e das infraestruturas portuárias, promovendo, por conseguinte, a competitividade das operações e dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por seu intermédio.

Satisfação do cliente, envolvimento dos colaboradores, gestão participativa e valorização dos empregados são alguns dos princípios adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade, a fim de tornar-se referência no setor portuário.

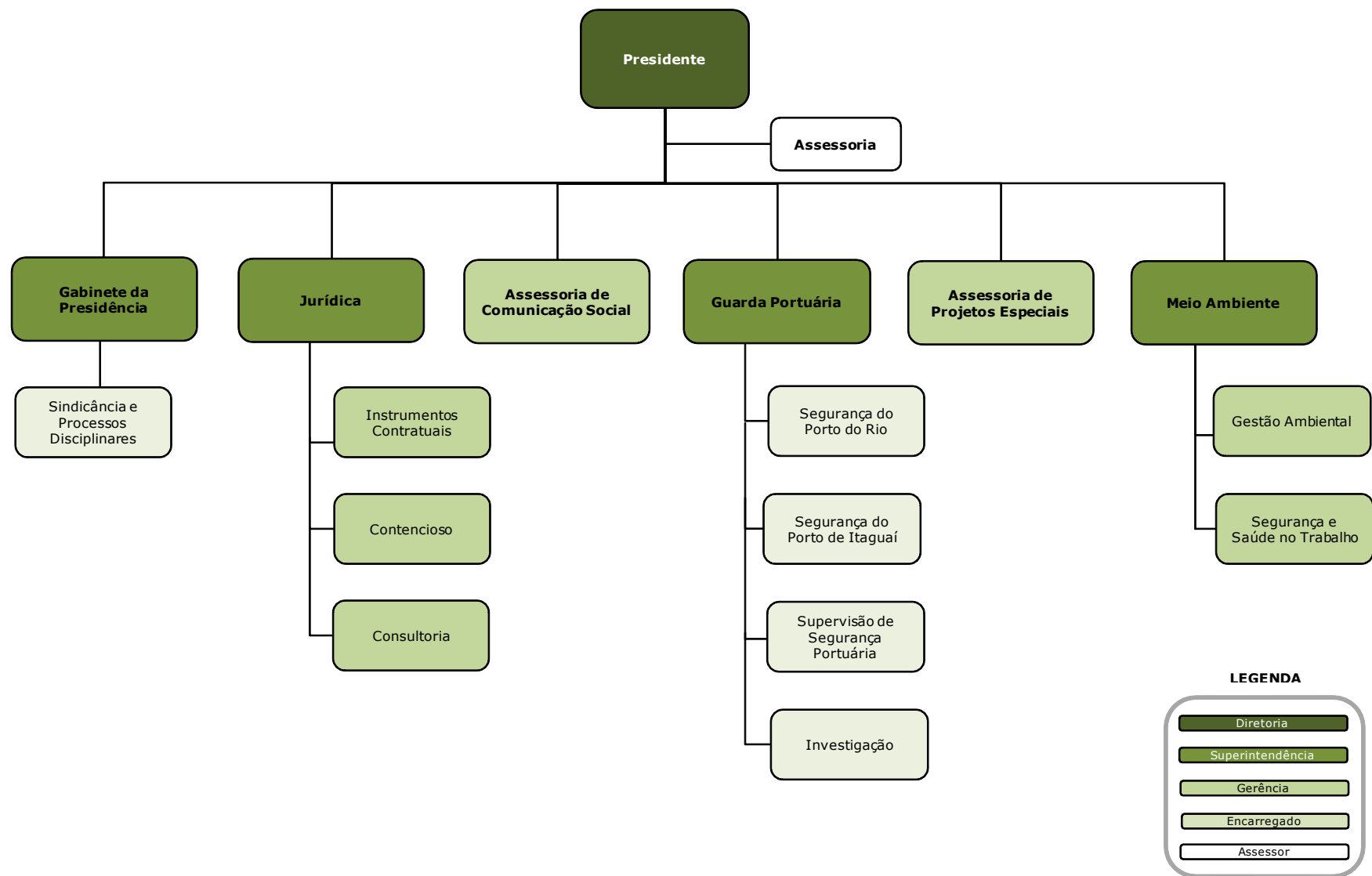
No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautadas na Lei n.º 12.815/2013, no Decreto n.º 8.033/2013, no Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, no Plano Geral de Outorgas – PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais – PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos – REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

1.3 Organograma Funcional

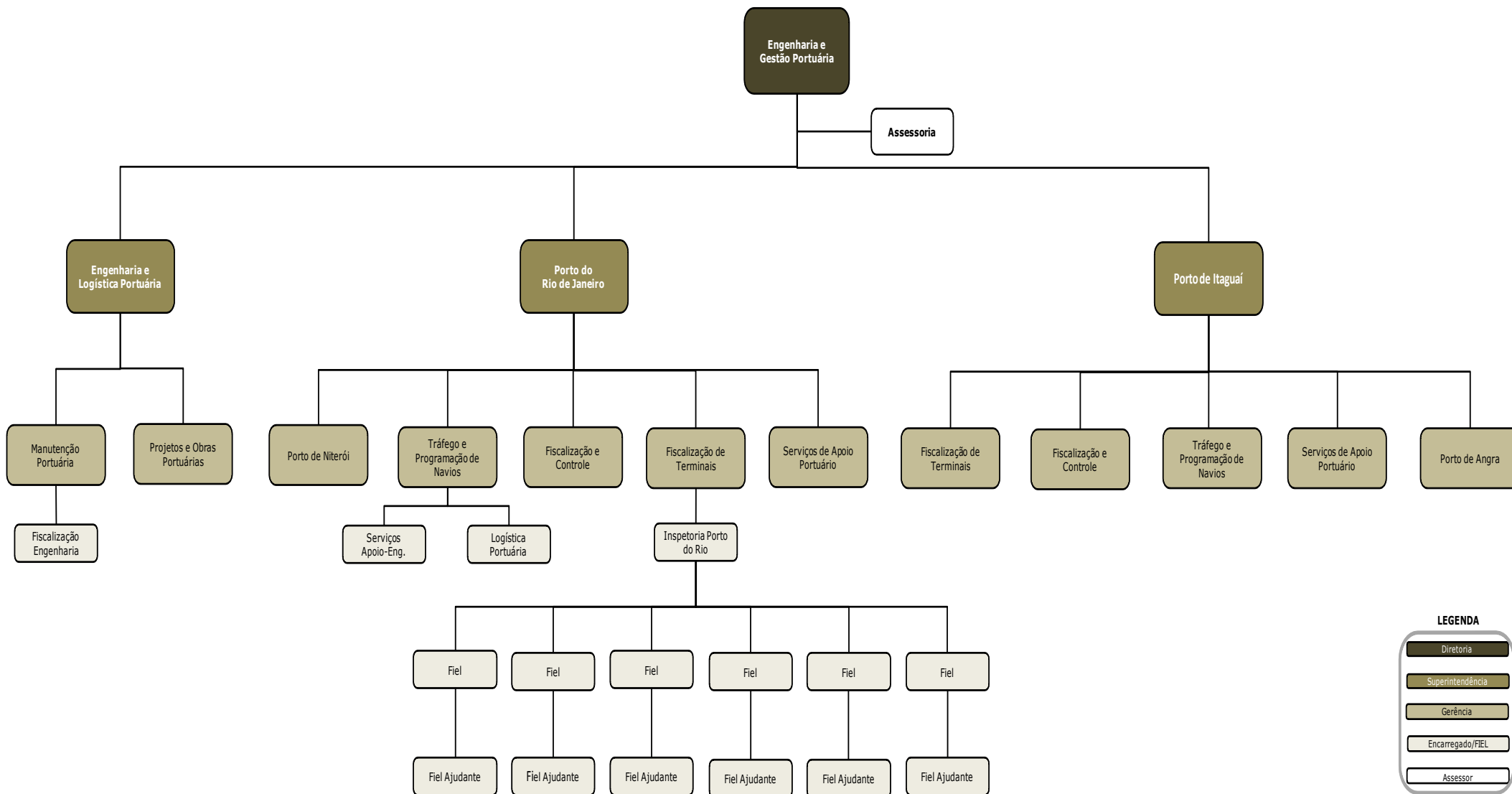
1.3.1 Administração Superior



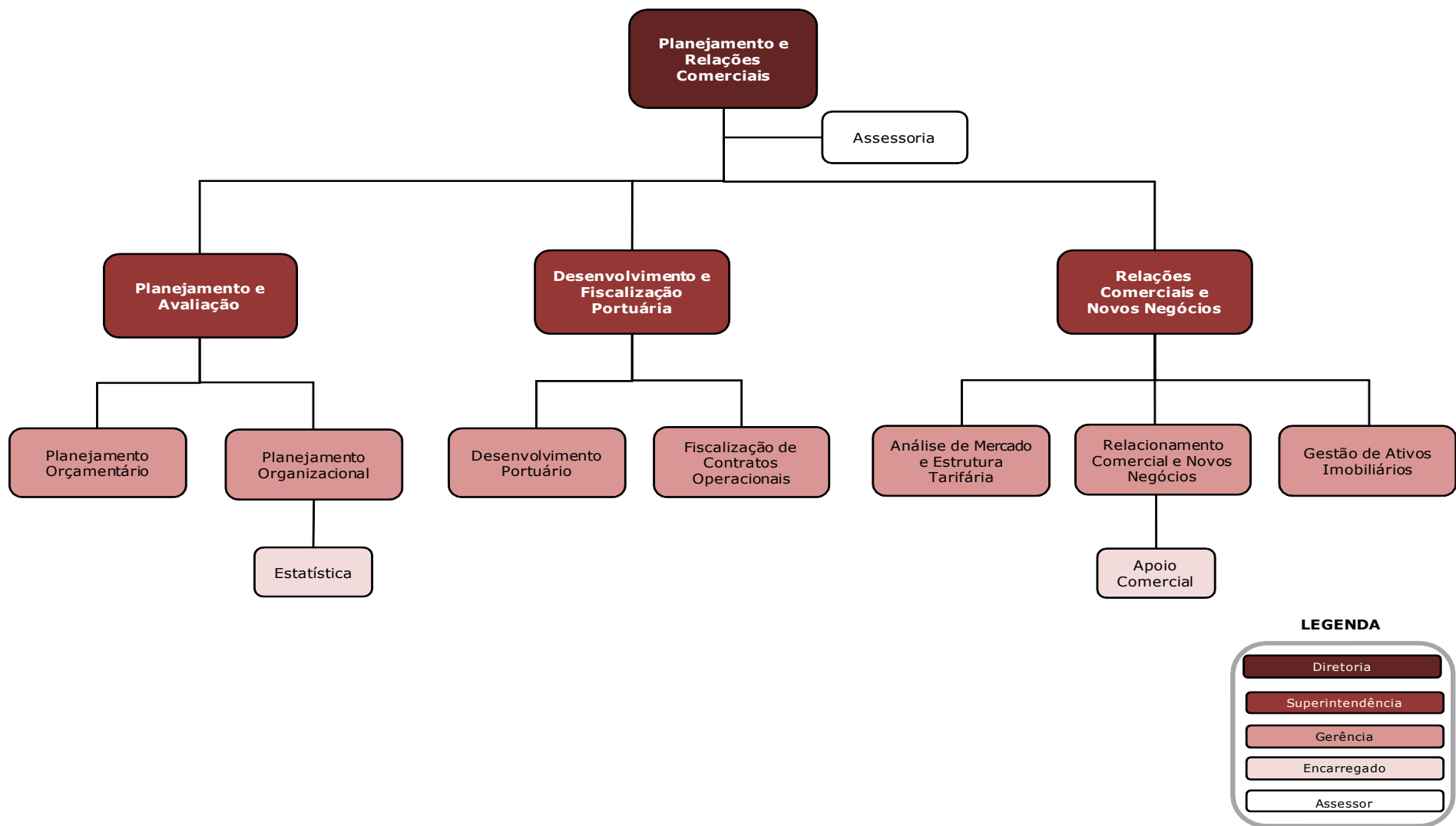
1.3.2 Presidência



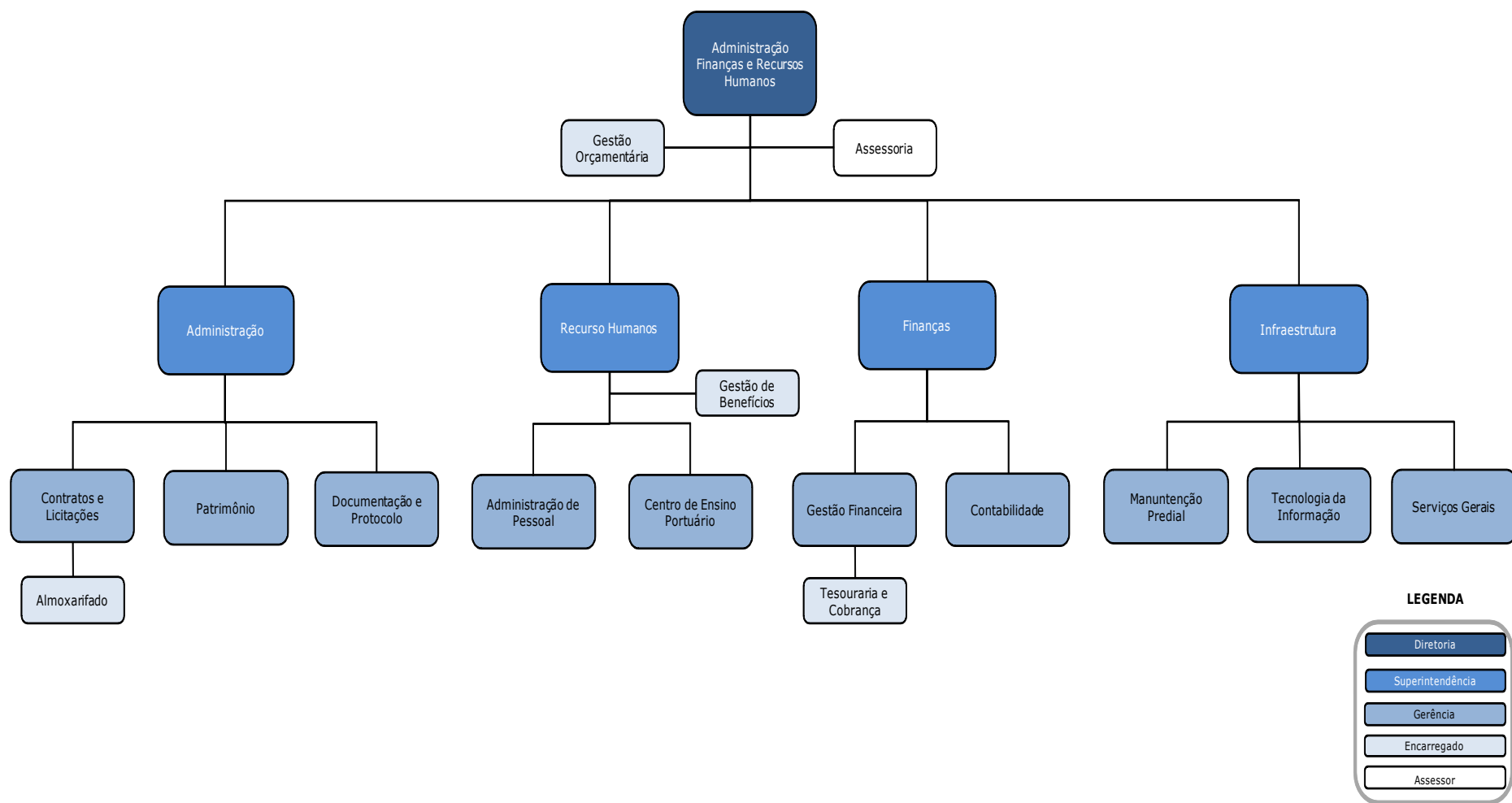
1.3.3 Diretoria de Engenharia e Gestão Portuária



1.3.4 Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais



1.3.5 Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos

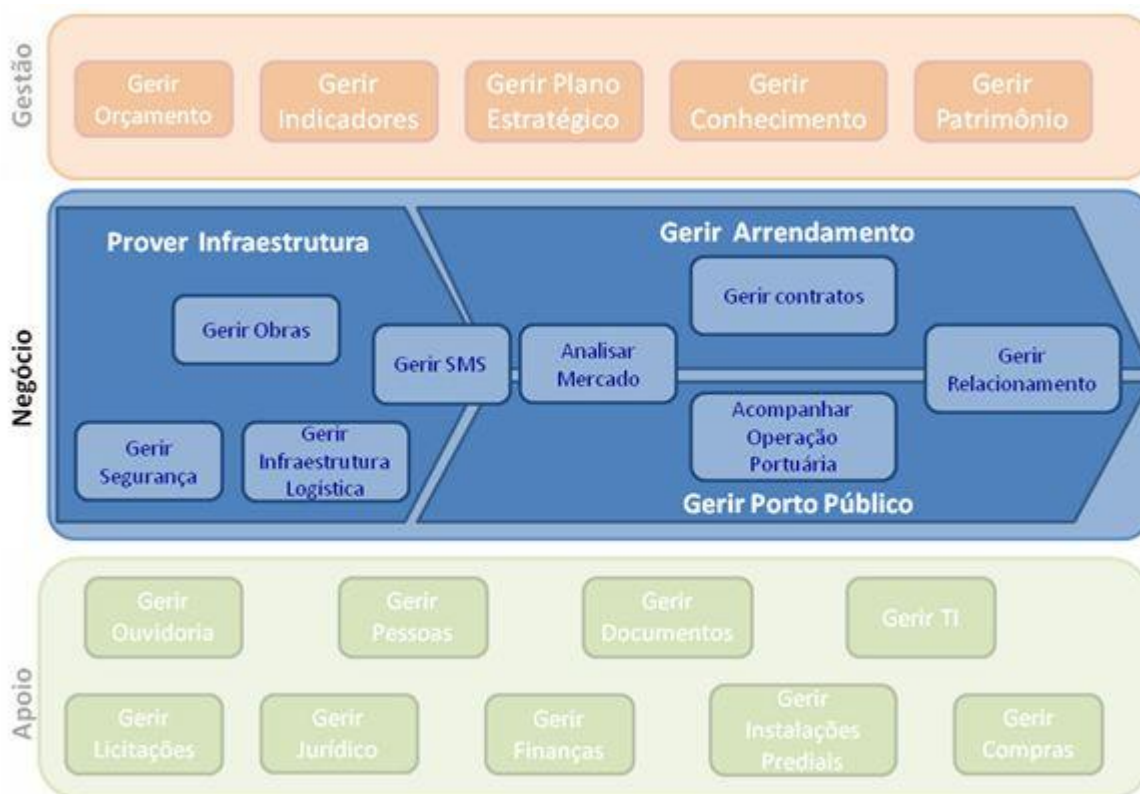


Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

| Áreas/ Subunidades Estratégicas | Competências | Titular | Cargo | Período de atuação |
|---|--|--|-----------------|--|
| Superintendência do Porto do Rio de Janeiro | Coordenar as atividades da Autoridade Portuária nos portos do Rio de Janeiro e Niterói. | Luis Antônio da Costa Kremer Guilherme Carvalho de Souza | Superintendente | Jan a Set de 2014 Set a Dez de 2014 |
| Superintendência do Porto de Itaguaí | Coordenar as atividades da Autoridade Portuária nos portos de Itaguaí e Angra dos Reis. | Alexandre das Neves Pereira | Superintendente | Jan a Dez de 2014 |
| Superintendência de Planejamento e Avaliação | Gerir o Planejamento Estratégico e os Processos Organizacionais da Companhia. | Gabriela Adriana Pinell Campagna Luis Antônio da Costa Kremer | Superintendente | Jan a Set de 2014 Set a Dez de 2014 |
| Superintendência de Desenvolvimento Portuário | Coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e das Poligonais dos Portos da CDRJ, além da fiscalização dos arrendamentos dos portos da Companhia. | Heraldo da Costa Kremer Luiz Francisco de Menezes Barbosa | Superintendente | Jan a Set de 2014 Set a Dez de 2014 |
| Superintendência da Guarda Portuária | Coordenar e controlar as ações alinhadas ao Plano de Segurança Pública Portuária, promovendo a vigilância na área do porto organizado. | Alfeu de Souza Cardoso | Superintendente | Jan a Dez de 2014 |

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O conjunto dos processos e das atividades desenvolvidas dentro dos Macroprocessos Finalísticos é representado pela seguinte cadeia de valor:



Os Macroprocessos Finalísticos da CDRJ estão distribuídos em três linhas de atuação: Gestão da Infraestrutura, Gestão de Arrendamento e Gestão do Porto Público.

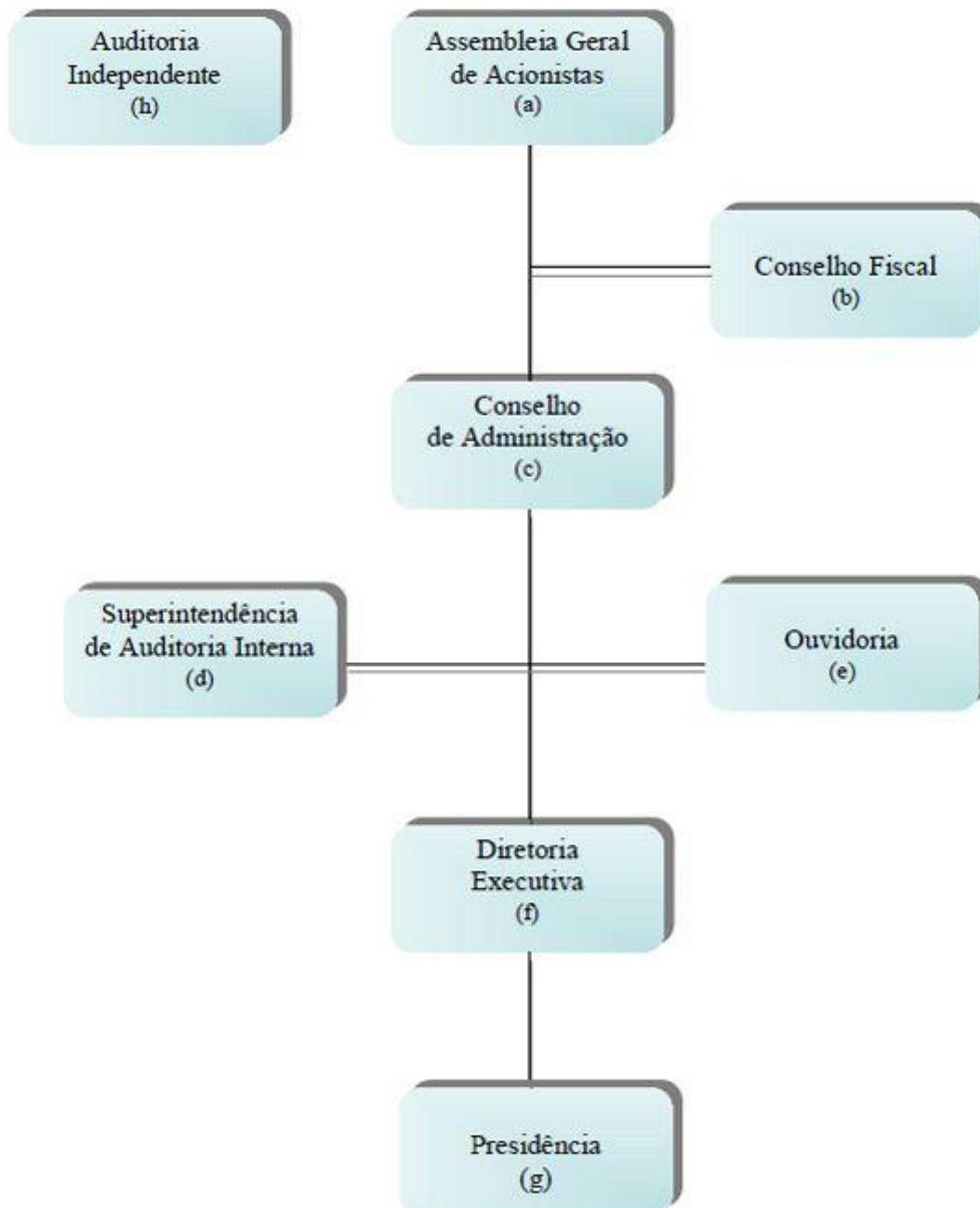
A Gestão de Infraestrutura contempla o processo de Gestão de Segurança, que envolve o conjunto de atividades alinhadas ao Plano de Segurança Pública Portuária, visando promover a vigilância na área do porto organizado e garantir o cumprimento da legislação vigente. Outro processo concernente a este Macroprocesso é a Gestão da Infraestrutura propriamente dita, que engloba os serviços de manutenção portuária, das obras de investimentos e dos seus respectivos contratos. E por último, é realizado o processo de gestão da SMS, por meio de ações relacionadas às questões ambientais, saúde e segurança no trabalho. Este último é o responsável pela interface entre todos os Macroprocessos Finalísticos.

A Gestão de Arrendamento é composta pelo processo de Análise de Mercado, no qual é realizada a gestão de novos negócios e das tarifas portuárias. A Gestão de Contratos de Arrendamento que acompanha e fiscaliza os referidos contratos, também está inserida neste Macroprocesso. E por fim, a Gestão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), que elabora as diretrizes para a organização das atividades na área do Porto Organizado.

A Gestão do Porto Público se desdobra por meio do processo de Acompanhamento da Operação Portuária, que compreende as atividades de programação, controle, fiscalização, dentre outras relativas à operação portuária. O processo de Gestão do PDZ também faz parte da Gestão do Porto Público, sendo realizado de forma compartilhada com o Macroprocesso Gestão de Arrendamento.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança



(a) Assembleia Geral de Acionistas – Órgão representado pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Procurador do Estado, Representante dos Acionistas e representantes da Companhia, tendo em vista a deliberação de assuntos de sua competência e do interesse da sociedade.

(b) Conselho Fiscal – Colegiado de caráter permanente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, composto por 04 (quatro) membros sendo 1 (um) representante da Secretaria de Portos – SEP, 1 (um) representante do Ministério dos Transportes – MT, 1 representante 1(um) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Cabe a este Conselho Fiscalizar os atos dos Administradores as demonstrações Contábeis dentre outras atribuições.

(c) Conselho de Administração – Colegiado composto por 07 (sete) membros, sendo 1 (um) representante da Secretaria de Portos, 1 (um) representante do Ministério dos Transportes, 1 (um) representante da Companhia, 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) representante dos Empresários, 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro e 1 (um) representante dos Trabalhadores, responsáveis pela orientação e direção superior da Companhia.

(d) Auditoria Interna – Tem sua estrutura ligada diretamente ao Conselho de Administração, sendo o seu titular designado por proposição da Diretoria Executiva ao Conselho de Administração com aprovação do CGU. É uma atividade independente dentro da CDRJ, é responsável por oferecer ao Órgão da Administração Superior informações sobre o desenvolvimento e a eficácia de suas atividades, através da execução de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativo, patrimonial operacional e de engenharia no âmbito da Companhia.

(e) Ouvidoria Geral – Órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração. É o Canal de diálogo entre o público e a alta administração da Companhia, assegurando o recebimento de denúncias, reclamações e sugestões. Atua de forma independente e isenta incentivando a transparência e a ética.

(f) Diretoria Executiva – Colegiado composto pelo Presidente e 03 (três) diretores indicados pela Secretaria de Portos que são eleitos pelo Conselho de Administração. São responsáveis pela gestão dos negócios da Companhia.

(g) Presidência - Além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria-Executiva, competem as referentes ao Art. 18 do Estatuto Social da Companhia.

(h) Auditoria Independente – Empresa contratada pela Companhia através de processo licitatório que tem como objetivo avaliar, de forma técnica, os registros contábeis e documentos da entidade. É emitido parecer sobre as Demonstrações Financeiras e evidenciado se as mesmas representam ou não a verdadeira situação patrimonial, econômica e financeira no final de cada exercício.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Superintendência de Auditoria Interna da Companhia Docas do Rio de Janeiro está vinculada ao Conselho de Administração – CONSAD e, administrativamente, ao Diretor-Presidente da CDRJ, com a orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União - CGU e Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/SG/PR, de acordo com a legislação pertinente.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2014

A Superintendência de Auditoria Interna – SUPAUD planeja seus trabalhos e ações no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, para cada exercício.

O PAINT tem por finalidade expressar um roteiro de trabalho tomando por base, fundamentalmente, as funções da Auditoria Interna em consonância com as disposições estatutárias da CDRJ e à legislação societária.

Neste sentido, é importante destacar que, na elaboração desse documento, também é observada a legislação editada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

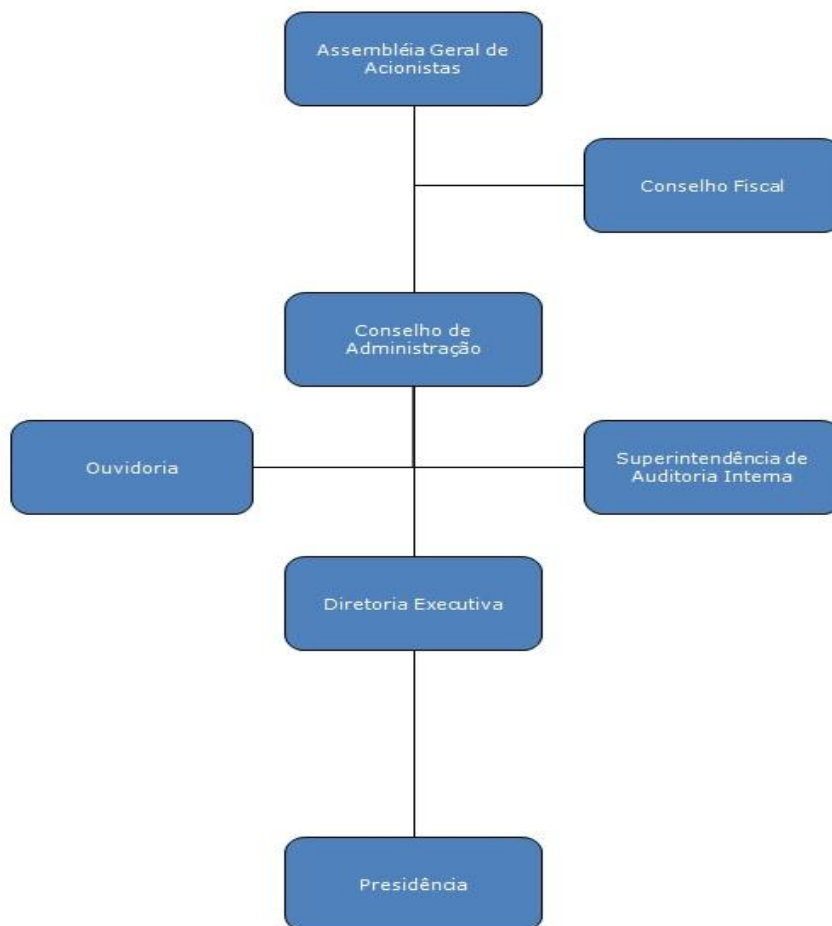
O PAINT/2014 previu a elaboração de 22 (vinte e dois) relatórios de auditoria e 3 (três) ações de fortalecimento, compreendendo um total de 6.095 (seis mil e noventa e cinco) horas de trabalho distribuídas pelas diversas atividades de auditoria, inclusive, ações de capacitação, de assessoramento à diretoria e aos órgãos colegiados e ainda, ações sugeridas pela Ciset/PR. Desse total, foram elaborados 12 (doze) relatórios, sendo gastas 2.672 (duas mil, seiscentos e setenta e duas) horas.

Durante a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014, os 12 (doze) relatórios emitidos geraram 43 (quarenta e três) pontos relevantes, sendo que 25 pontos estão sanados e os demais pendentes, devendo ser considerado que 7 (sete) relatórios foram emitidos entre o final do exercício de 2014 e início de 2015.

A SUPAUD, independente dos relatórios previstos no PAINT/2014, analisou e emitiu opinião em diversos processos e expedientes internos, totalizando 56 (cinquenta e seis) pareceres técnicos resultando em 448 (quatrocentos e quarenta e oito) horas trabalhadas, se considerarmos uma média de 8 (oito) horas para cada parecer.

Para dar cumprimento ao PAINTE e às demais ações e demandas dos órgãos colegiados e órgãos de controle interno e externo, a SUPAUD conta com a seguinte estrutura:

Estrutura Organizacional



Estrutura de pessoal

| Coordenação/Gestão | Superintendente |
|----------------------|-------------------------------------|
| Apoio Administrativo | Técnico Serviços Portuários |
| | Técnico Serviços Portuários |
| Apoio Técnico | Técnico Serviços Portuários |
| | Especialista Portuário (engenheiro) |
| | Especialista Portuário (contador) |
| | Especialista Portuário (contador) |

RELATÓRIOS DE AUDITORIA ELABORADOS EM 2014
(Execução do PAINT/2014)

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2014 | |
|--|--|
| ATIVIDADE | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Verificação da Concessão do Plano de Saúde C-SUPJUR Nº 074/2012 - Golden Cross Assistência Internacional de Saúde LTDA.) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC |
| OBJETIVO | VERIFICAR O CUMPRIMENTO DOS NORMATIVOS REFERENTES A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR. |
| PONTO 1 | Falta de apresentação trimestral das certidões de recolhimento do ISS, certificado de regularidade do INSS (CND) e certificado de regularidade de situação perante o FGTS ou SICAF, em cumprimento à cláusula sétima do Contrato C-SUPJUR 074/2012. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | Recomendamos que o Setor de Benefícios – SETBEN/Fiscalização do contrato adote providências para imediata regularização desta documentação. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | A Encarregada do Setor de Benefícios-SETBEN, em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informou que: "As Certidões de recolhimento do ISS, do certificado de Regularidade do INSS e certificado de Regularidade da situação do FGTS ou SICAF, estão sendo entregues a este SETBEN com a frequência trimestral assim como reza o contrato. Em 25/03/2014 ass, Encarregada da SETBEN." |
| AValiação R1 | Com base nas informações da Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informando que as certidões estão sendo entregues ao SETBEN com a frequência trimestral assim como reza o contrato, sugerimos a baixa deste ponto, sem prejuízo que se possa monitorar na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| PONTO 2 | Garantia Contratual instrumentalizada através de Carta de Fiança, se encontra vencida desde 01/10/2013, em desacordo com o que estabelece a Cláusula Oitava, parágrafo primeiro do Contrato C-SUPJUR Nº 074/2012, a referida garantia pode ser efetivada por qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | Recomendamos que o Setor de Benefícios – SETBEN/Fiscalização do contrato adote providências perante a contratada, para imediata renovação da Garantia Contratual. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | A Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informou que: "A garantia contratual prevista no contrato foi feita através da Carta de Fiança, entregue a este SETBEN no dia 11/12/2013 e enviada a DIGEFI no mesmo dia para demais providências.Em 25/03/2014 ass, Encarregada da SETBEN." |
| AValiação R2 | Com base nas informações da Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informando que a garantia contratual foi feita através de Carta de Fiança entregue a este SETBEN no dia 11/12/2013 e enviada a DIGEFI no mesmo dia para demais providências, sugerimos a baixa do ponto, sem prejuízo que se possa monitorar na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |
| PONTO 3 | Apresentação do Relatório de sinistralidade pela Contratada semestralmente em cumprimento ao estabelecido na Cláusula Décima Terceira do Contrato C-SUPJUR Nº 074/2012. |

| | |
|-----------------|---|
| RECOMENDAÇÃO 3 | Recomendamos que o Setor de Benefícios – SETBEN/Fiscalização do contrato adote providências perante a contratada, para que seja apresentado o relatório de sinistralidade em cumprimento ao contrato. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | A Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informou que: "O relatório de sinistralidade citado na cláusula décima terceira do Contrato C-SUPJUR nº 074/2012, deverá ser apresentado semestralmente, dessa forma a Golden apresentou em Nov/2013 e o próximo já foi solicitado com prazo para ser apresentado em Abril/2014.Em 25 de Março de 2014 Ass. Encarregada da SETBEN " |
| AValiação R3 | Com base nas informações da Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informando que o relatório de sinistralidade citado na cláusula décima terceira do Contrato C-SUPJUR nº 074/2012, deverá ser apresentado semestralmente e, que o próximo já foi solicitado com prazo para ser apresentado em Abril/2014, sugerimos a baixa do ponto, sem prejuízo que se possa monitorar na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R3 | SANADO |
| PONTO 4 | Falta de atualização da documentação comprobatória de dependentes no Plano de Assistência Médica e Hospitalar em cumprimento aos dispositivos da O.S. 031/2007. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | Recomendamos à Superintendência de Recursos Humanos-SUPREC/SETBEN que verifique a conveniência e oportunidade de realizar um amplo recadastramento dos dependentes/beneficiários do Plano de Assistência Médica, bem como, normatize e caracterize a referida documentação, fixando prazo para sua apresentação, como forma de fortalecer os controles internos da CDRJ. |
| PROVIDÊNCIAS R4 | A Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informou que: "as declarações de comprovação de matrícula dos dependentes com idade entre 21 e 25 anos foram solicitadas no dia 14/03/2014 aos devidos empregados, assim como é feita todo início de ano,os titulares que possuem dependentes universitários com 25 anos, recebem um comunicado do SETBEN, onde adquirem o direito de escolher se querem permanecer com o dependente no plano arcando com o valor integral ou se querem fazer a exclusão do dependente. Quanto ao treinamento para o fiscal do contrato está providenciando de preferência na Fundação Getúlio Vargas." |
| AValiação R4 | Com base nas informações da Encarregada do Setor de Benefícios- SETBEN, anexo à CI-SUPAUD nº 5370/2014, informando que as declarações de comprovação de matrícula dos dependentes com idade entre 21 e 25 anos foram solicitadas no dia 14/03/2014 aos devidos empregados e, também que estes empregados tem a oportunidade de optarem pela permanência dos dependentes maiores de 25 anos no plano com o pagamento integral aliada a ação para o treinamento da fiscalização do contrato, sugerimos a baixa do ponto, sem prejuízo que se possa monitorar na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R4 | SANADO |

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2014

| | |
|----------------------|---|
| ATIVIDADE | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC |
| OBJETIVO | VERIFICAR O CUMPRIMENTO DO NORMATIVO QUE REGULA O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE RISCO . |
| PONTO 1 | Divergência entre os valores mencionados no formulário autorizativo do Adicional de Risco Portuário – ARP e os valores constantes das fichas financeiras. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | Recomendamos que a SUPREC adote providências para corrigir aquelas divergências, uma vez que, em alguns casos existem situações que podem ensejar prejuízos para a CDRJ e em outros para os empregados. |

| | |
|--|--|
| PROVIDÊNCIAS R1 | Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 6903/2014, o Gerente da DIAPES informou que: "Adotamos como procedimento nos casos de divergência entre o ARP e a frequência do empregado, o retorno do formulário para o órgão de origem, solicitando rever as datas ou valores preenchidos. Recebemos fora do prazo o ARP do empregado Airton Coutinho de Souza – Reg. 07444, porém providenciamos o pagamento do adicional de risco, utilizando a frequência do empregado como parâmetro para a soma total das horas em exposição. Acreditamos que por se encontrar de férias, o empregado Airton Coutinho de Souza, não assinou a tempo o formulário do ARP. Cabe lembrar que no caso do Guarda Portuário, é devido o adicional de risco portuário, todo o tempo em que o empregado estiver no plantão. Como informamos acima, sempre que descobrimos ARP's divergentes com a ficha de frequência, retornamos o ARP para a área de lotação do empregado, solicitando a retificação dos formulários." Considerando a ação adotada pela área aditada, sugerimos a baixa do ponto. |
| AVALIAÇÃO R1 | As providências e justificativas adotadas pela área auditada nos permite sanar o ponto de auditoria, sem prejuízo de monitorá-lo na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2014 | |
| ATIVIDADE | <i>Gestão de Recursos Humanos</i> (Incentivo ao Benefício Creche, Incentivo a Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC/SETBEN |
| OBJETIVO | Verificar por amostragem, o cumprimento das disposições contidas nos ordenamentos internos desta CDRJ, que regulamentam a concessão dos benefícios incentivo ao Benefício Creche, incentivo à Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio. |
| PONTO 1 | Divergência no valor reembolsado ao empregado registro nº 7436 no valor de R\$ 660,00 relativo a dois meses de R\$ 330,00 quando na realidade foi reembolsado R\$ 3.630,00 perfazendo o total de R\$ 7.260,00. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | Recomendamos à SUPREC/SETBEN maior controle quando da imputação dos dados no sistema. Pela análise da resposta, podemos concluir que o Setor de Benefícios já adotou a medida corretiva. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | Durante o trabalho de campo o Setor de Benefícios - SETBEN em resposta à Solicitação de Auditoria nº 25044/2013, em 01/11/2013, esclareceu que "(...) houve falha no lançamento da quantidade de meses no campo "QTD", decorrente da morosidade da rede, o que levou a TSP que estava digitando as quantidades de dependentes, a acreditar que o registro não havia sido processado, e a incluir, de novo, o número 1, fazendo constar 1- 11, quando o correto seria 1-1."; complementando tais informações acrescentou:" Desconto do valor de R\$ 6.600,00, será realizado em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no pagamento do mês de outubro, conforme ficha financeira em processamento referente ao mês de outubro/2013, e outra no pagamento do mês de novembro/2013." |
| AVALIAÇÃO R1 | Considerando as justificativas apresentadas pelo Setor de Benefícios - SETBEN em resposta à Solicitação de Auditoria nº 25044/2013, demonstrando ter adotado providência para correção da impropriedade sugere-se a baixa do ponto de auditoria, sem prejuízo de que faça monitoramento na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| PONTO 2 | Divergência nas datas das declarações escolares com datas de 29/08/2013, 08/08/2013 e 09/08/2013 informando que o dependente encontrava-se matriculado no ensino fundamental, porém a planilha gerada pelo sistema informa que os mesmos receberam no mês 09/2013 benefício Auxílio Creche. |

| | |
|-----------------|---|
| RECOMENDAÇÃO 2 | Recomendamos à SUPREC/SETBEN atualizar a O.S DIRPRE nº 023/2009, incluindo os novos valores estabelecidos pelo ACORDO COLETIVO de 2013, assim como verificar a faixa etária da concessão do Auxílio Creche que na O.S determina idade máxima de 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte nove) dias e o ACT 2012/2013 determina idade máxima de 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte nove) dias. clara e objetiva. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | A SUPREC/SETBEN após conhecimento da Versão Preliminar deste Relatório, a idade máxima foi alterada para 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte nove) dias, assim como o valor do benefício vinculado ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente. |
| AVALIAÇÃO R2 | Com base na ação adotada pela SUPREC/SETBEN, quando tomou conhecimento da Versão Preliminar do presente relatório, sugerimos a baixa do referido ponto, entretanto, a ação corretiva deverá ser monitorada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |
| PONTO 3 | Revisão nos lançamentos do sistema para a geração de informações acerca do benefício que o funcionário deverá receber, bem como, o preenchimento do formulário objeto do benefício auxílio educação. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | Recomendamos revisão nos lançamentos do sistema e também que se observe na entrega da declaração se o formulário preenchido pelo funcionário condiz com a escolaridade descrita na declaração, como forma de minimizar os lançamentos equivocados na planilha de beneficiário; substitua o requerimento do benefício creche para incluir o nome dos pais dos dependentes, bem como estabeleça prazo para entrega da declaração de beneficiário. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | A SUPREC/SETBEN após conhecimento da Versão Preliminar deste Relatório informou que está sendo dada uma atenção maior no recebimento dos requerimentos no SETBEN, verificando se o empregado utiliza o formulário correto. |
| AVALIAÇÃO R3 | Com base na ação adotada pela SUPREC/SETBEN, quando tomou conhecimento da Versão Preliminar do presente relatório, sugerimos a baixa do referido ponto, entretanto, a ação corretiva deverá ser monitorada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R3 | SANADO |
| PONTO 4 | Conforme mencionado nas constatações I a IV diversos valores pagos com diferenças e/ou divergências de benefícios de ensino médio x ensino fundamental. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | Recomendamos a SUPREC/SETBEN adoção de providências para correção dos valores pagos aos empregados, bem como, que verifique a pertinência de promover a normatização dos benefícios possibilitando desta forma a tomada de decisão pela SETBEN quando do recebimento daquela documentação. |

| | |
|-----------------|---|
| PROVIDÊNCIAS R4 | A SUPREC/SETBEN após conhecimento da Versão Preliminar deste Relatório informou que o pagamento dos benefícios: creche, fundamental e médio em atraso, estão normatizados no art. 2º, § 1º da OS 023/2004. Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 7429/2014, a Encarregada do SETBEN assim se pronuncia: “Informamos que foram confeccionadas minutas de ordenamento para os benefícios creche, fundamental e médio, que estão em fase de revisão, onde constam as seguintes recomendações feitas pela SUPAUD: 1) Declaração a ser apresentada junto ao requerimento do benefício constando (filiação do dependente, carimbo da instituição, nível escolar, validade da declaração e assinatura do funcionário ou responsável pela instituição de ensino); 2) O valor do benefício vinculado ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente, e 3) Em relação ao benefício creche a idade máxima foi alterado para 5 anos, 11 meses e 29 dias. Esclarecemos que: O pagamento dos benefícios: creche, fundamental e médio em atraso estão normatizados; O requerimento do benefício creche será substituído, conforme solicitado na folha 07, devido a Ordem de Serviço informada estar incorreta; e Os prazos de recadastramento dos benefícios estão agendados no ordenamento. Em relação à criação de formulário de requisição de benefício em atraso, existe no SETBEN um formulário para solicitações diversas, onde existe um espaço para informar o motivo. Informamos, ainda, que a inclusão dos códigos de atraso está sendo controlada, com a impressão dos demonstrativos de pagamento na primeira fase para conferência, assim como está sendo dada uma atenção maior no recebimento dos requerimentos no SETBEN, verificando se o empregado utiliza o formulário correto.” Sugiro a baixa do ponto e acompanhamento. |
| AVALIAÇÃO R4 | Com base na ação adotada pela SUPREC/SETBEN, quando tomou conhecimento da Versão Preliminar do presente relatório, sugerimos a baixa do referido ponto, entretanto, a ação corretiva deverá ser monitorada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R4 | SANADO |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2014 | |
|--|--|
| ATIVIDADE | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Incentivo a Educação de Nível Superior e Técnico; Incentivo a Segunda Graduação e a Pós-Graduação) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC/SETBEN |
| OBJETIVO | Verificar o cumprimento da Cláusula Décima do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2012-2013 que regulamenta a concessão dos benefícios incentivo à Educação de Nível Superior e Técnico; Incentivo a Segunda Graduação e Incentivo a Pós-Graduação. |
| PONTO 1 | Declarações de matrículas entregues fora do prazo determinado pelo Setor de Benefício – SETBEN conforme Circular nº 013/2013, de 13/06/2014 |
| RECOMENDAÇÃO 1 | 6.1 – Recomendamos ao Setor de Benefícios - SETBEN maior rigor por parte do funcionário responsável pelo recebimento das declarações dos beneficiados e a necessidade de elaborar Ordem de Serviço DIRPRE para normatizar o benefício, fixando prazos e conteúdos dos documentos de forma clara e objetiva; cláusula de penalidade para o beneficiado que não entregar a sua declaração no prazo previsto, evitando, assim, pedidos de ressarcimento em atraso por vários beneficiados de uma só vez, provocando um gasto maior em um único mês não previsto pela Companhia; e finalmente especificar de forma clara os cursos que serão autorizados, dentre outras sugestões da SUPREC. |

| | |
|-----------------|--|
| PROVIDÊNCIAS R1 | Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 12852/2014, a Encarregada do SETBEN assim se pronuncia: “Em resposta ao relatório de auditoria interna, cujo assunto se refere ao Incentivo a Educação de Nível Superior, Técnico, Segunda Formação e Pós-Graduação, tenho a informar: Em relação à folha 5, as informações que constam nas planilhas entregues ao SUPAUD, foram retiradas da folha de pagamento, dentro de um período pretérito determinado pela mesma, podendo constar ex-empregados; Em relação à folha 8, vale ressaltar no que diz respeito aos cursos estarem relacionados às atividades da companhia, entendemos que em relação ao Nível Superior, deva continuar ser de livre escolha do empregado, pois o objetivo é a formação e não a especificação do curso e que os outros benefícios concedidos deverão estar diretamente relacionado com as atividades desempenhadas pelo empregado; Informamos ainda, que está sendo elaborado um campo no módulo de benefício, com a informação da data do término do benefício, afim de que os que terminarem no meio de um semestre não precise de controle manual, visando um maior controle e segurança. Em relação a folha 10/11:- Reg. 921, anexamos cópias das declarações com data de 24/04/2013 e outra com data de 17/01/2014;Reg. 9202, anexamos cópia da declaração com data de 05/07/2013;Reg. 9324, término em outubro/2013, recebeu indevidamente os meses 11 e 12/2013, sendo descontado em duas parcelas de R\$ 255,60 nos meses de 06/2014 e 07/2014; Reg. 9348, anexamos cópia da declaração do segundo semestre de 2013; Reg. 9353, não foi apresentado a declaração de matrícula e sim comprovante de pagamento e anexamos uma declaração do primeiro semestre de 2014assinou a tempo o formulário do ARP. Cabe lembrar que no caso do Guarda Portuário, é devido o adicional de risco portuário, todo o tempo em que o empregado estiver no plantão. Como informamos acima, sempre que descobrimos ARP’s divergentes com a ficha de frequência, retornamos o ARP para a área de lotação do empregado, solicitando a retificação dos formulários.” Ressaltamos, que baseado nas constatações da auditoria, foram elaboradas as minutas de Ordem de Serviço que se encontram em fase final e os procedimentos que estão sendo adotadas neste setor tem observado criteriosamente as recomendações feitas pela SUPAUD.”Sugiro a baixa e acompanhamento. |
| AVALIAÇÃO R1 | Considerando as informações prestadas pela Encarregada do SETBEN em resposta à CI-SUPAUD Nº 12852/2014 declarando seu entendimento quanto à concessão do benefício Ensino Nível Superior, bem como a providência em relação do módulo benefício para fazer constar a data do término do benefício, concluímos que tais providências proporcionam melhorias nos controles internos desta CDRJ. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |

| | |
|-----------------|--|
| PONTO 2 | Constante atualização da planilha informativa dos beneficiados contemplados pela cláusula décima do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | 7.2 - Recomendamos a SETBEN que atualize a planilha dos beneficiados contemplados pela cláusula décima do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013 retirando os registros dos funcionários que concluíram os cursos e os que foram desligados desta Companhia, para que se possam evitar futuros lançamentos equivocados. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | Quanto a recomendação de atualização de planilhas de beneficiários, em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 12852/2014, a Encarregada do SETBEN informou: ... “Em resposta ao relatório de auditoria interna, cujo assunto se refere ao Incentivo a Educação de Nível Superior, Técnico, Segunda Formação e Pós-Graduação, tenho a informar”:Em relação a folha 5, as informações que constam nas planilhas entregues ao SUPAUD, foram retiradas da folha de pagamento, dentro de um período pretérito determinado pela mesma, podendo constar ex-empregados;...” |

| | |
|-----------------|--|
| AVALIAÇÃO R2 | Considerando a informação prestada pela Encarregada do SETBEN em resposta à CI-SUPAUD N° 12852/2014, declarando que está sendo elaborado um campo no módulo de benefício, com a informação da data do término do benefício, a fim de que os que terminarem no meio de um semestre não precise de controle manual, visando um maior controle e segurança, sugerimos a baixa do ponto e verificação na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |
| PONTO 3 | Desenvolvimento de programa mais eficaz na conferência dos valores lançados para pagamento ao beneficiado. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | 8.3 – Recomendamos a necessidade do desenvolvimento de um programa que possa ajudar na conferência das informações lançadas no contra cheque do beneficiado, de modo que as mesmas sejam revisadas antes de serem pagas. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | Quanto a recomendação para desenvolvimento de um programa para ajudar na conferência das informações a serem lançadas nos contracheques, em despacho anexo à CI-SUPAUD n° 12852/2014, a Encarregada do SETBEN informou que: “ (...) Informamos ainda, que está sendo elaborado um campo no módulo de benefício, com a informação da data do término do benefício, afim de que os que terminarem no meio de um semestre não precise de controle manual, visando um maior controle e segurança. (...)” |
| AVALIAÇÃO R3 | Considerando a informação prestada pela Encarregada do SETBEN em resposta à CI-SUPAUD N° 12852/2014, declarando que está sendo elaborado um campo no módulo de benefício, com a informação da data do término do benefício, a fim de que os que terminarem no meio de um semestre não precise de controle manual, visando um maior controle e segurança, sugerimos a baixa do ponto e verificação na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R3 | SANADO |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 05/2014 | |
|-----------------------------------|---|
| ATIVIDADE | GESTÃO PATRIMONIAL (Verificação do Controle do Patrimônio) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPADM/DIVPAT DIRPLA/SUPCOM/DIVGAT |
| OBJETIVO | Verificar o cumprimento dos ordenamentos internos que regulamentam relativamente às entradas, saídas e controle dos Bens Móveis e Imóveis da CDRJ, bem como analisar a classificação, segurança, conservação e a utilização destes bens e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade. |
| PONTO 1 | Elaboração de estudos antecipadamente visando aquisição de bens seja móveis e/ou imóveis para que a Divisão de Contrato e Licitações - DIVCOL proceda as respectivas licitações em tempo hábil. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | (5.2.1) Quando for possível sugerimos que a SUPADM introduza este procedimento, uma vez ser de suma importância para que o processo de aquisição seja efetuado em tempo hábil e se adquira os bens na medida necessária e suficiente. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | |
| AVALIAÇÃO R1 | |
| SITUAÇÃO R1 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 2 | Definir o método para cálculo da depreciação, método linear, método dos saldos decrescentes ou o método de unidades produzidas. Importante que a Divisão de Contabilidade possa definir o método mais apropriado para efetuar o cálculo e definir o método a ser utilizado. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | (5.3.1) Que a DIRARH verifique o melhor momento para definir o método de cálculo da depreciação, bem como, introduza o procedimento para cálculo da perda por valor recuperável conforme determinação legal (<i>Impairment</i>). |
| PROVIDÊNCIAS R2 | |
| AVALIAÇÃO R2 | |

| | |
|-----------------|---|
| SITUAÇÃO R2 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 3 | A Companhia deve providenciar o cálculo de perda sobre o valor recuperável dos seus ativos, para atendimento a norma legal, espelhando o valor do patrimônio da CDRJ mais próximo possível do seu valor real. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | (5.3.2) Recomendamos à SUPFIN que tão logo quanto possível introduza o procedimento para cálculo da perda por valor recuperável, conforme determinação legal - Lei nº 11.638, de 2007 -, bem como solicite agilidade, urgência e prioridade no trâmite do referido processo. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | |
| AVALIAÇÃO R3 | |
| SITUAÇÃO R3 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 4 | A DIVPAT deve encaminhar à Diretoria Executiva, via SUPADM, relatório trimestral informando os bens indicados e/ou penhorados para fins de conhecimento e registro. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | (5.5.1) Recomendamos à DIVPAT encaminhar Relatório atualizado, informando a DIREXE os bens indicados à penhora e/ou penhorados, para fins de conhecimento e registro na periodicidade solicitada na Norma de Patrimônio. |
| PROVIDÊNCIAS R4 | |
| AVALIAÇÃO R4 | |
| SITUAÇÃO R4 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 5 | Falta de levantamento dos materiais antieconômicos, inúteis, irrecuperáveis, obsoletos ou ociosos, solicitando orientação à Chefia superior quanto ao procedimento. |
| RECOMENDAÇÃO 5 | (5.6.1) Recomendamos à SUPADM/DIVPAT que periodicamente deem uma destinação aos materiais obsoletos, inutilizados, irrecuperáveis ou fora de uso maximizando espaço e minimizando custos. |
| PROVIDÊNCIAS R5 | |
| AVALIAÇÃO R5 | |
| SITUAÇÃO R5 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 6 | Relatório elaborado pela Divisão de Patrimônio referente aos bens do Ativo Permanente – móveis e imóveis com expressiva diferença em relação à escrituração contábil. |
| RECOMENDAÇÃO 6 | (5.8.1) Recomendamos a SUPFIN/DICONT que minimize as diferenças encontradas nos valores dos bens móveis e imóveis, a fim de apresentar o valor real do Patrimônio desta Companhia e crie ou insira no plano de contas subcontas, demonstrando de forma analítica, para que os relatórios informem com mais clareza acerca do patrimônio desta CDRJ. |
| PROVIDÊNCIAS R6 | |
| AVALIAÇÃO R6 | |
| SITUAÇÃO R6 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 7 | Aprimoramento do documento “Aumento de Inventário” para bem imóvel pra constar informações referentes à Escritura de Compra e Venda, ao Registro Geral de Imóveis e Laudo Técnico da Comissão Permanente de Vistoria e Avaliação. |

| | |
|-----------------|--|
| RECOMENDAÇÃO 7 | (5.8.2) Recomendamos à SUPCOM/DIVGAT que verifique a possibilidade de incluir no formulário “Aumento de Inventário” campos destinados às informações referentes à Escritura de Compra e Venda, ao Registro Geral de Imóveis e Laudo Técnico da Comissão Permanente de Vistoria e Avaliação, conforme preceitua o item 3.2 da OS DIRPRE Nº 33/2013. |
| PROVIDÊNCIAS R7 | |
| AVALIAÇÃO R7 | |
| SITUAÇÃO R7 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 8 | Necessidade de estrutura tecnológica adequada para a melhoria na gestão do patrimônio imobiliário da CDRJ de forma satisfatória. |

| | |
|-----------------|--|
| RECOMENDAÇÃO 8 | (5.8.3) Recomendamos à SUPCOM/DIVGAT, quanto à estrutura tecnológica, que desenvolva, juntamente com o pessoal da SUPFIN/DICONT, pessoal da informática, bem como o pessoal do sistema operacional, um sistema mais eficaz e eficiente, otimizando as funcionalidades dos sistemas informatizados como transmissão de dados online, relatórios mais detalhados com informações precisas e de fácil entendimento. |
| PROVIDÊNCIAS R8 | |
| AVALIAÇÃO R8 | |
| SITUAÇÃO R8 | Aguardando pronunciamento da área |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2014 | |
|--|--|
| ATIVIDADE | EXAME E PARECER DAS CONTAS (Balanço Patrimonial) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPFIN/ DICONT |
| OBJETIVO | Verificar as contas componentes do Balanço Patrimonial, bem como a composição da Prestação das Contas do exercício de 2013. |
| PONTO 1 | Valores dos Termos de Confissão de Dívida firmado com a Triunfo-Enco passíveis de ajustes. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | (5.1.1) Sugerimos à SUPFIN/DICONT verifique a possibilidade de promover os ajustes dos valores relativos à correção do Termo de Confissão de Dívidas formado com a Triunfo-Enco. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | A SUPFIN/DICONT em despacho anexo à CI-SUPAUD Nº 11129/2014 (Fls. 46 a 53) em síntese informou que: " (...) Na parte que nos cabe, acolhe todas as sugestões de melhoria do presente relatório". Com base nesta informação sugerimos a baixa do ponto. |
| AVALIAÇÃO R1 | Tendo em vista que a área da SUPFIN/DICONT, no âmbito de sua competência acolheu as sugestões de melhoria promovidas pela SUPAUD, concluímos que tais providências proporcionam melhorias nos controles internos desta CDRJ. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| PONTO 2 | Adequação do Plano de Contas Contábil da CDRJ para gerar o Balanço Patrimonial e o Balancete de Verificação. |

| | |
|-----------------|--|
| RECOMENDAÇÃO 2 | (5.1.3) Sugerimos à SUPFIN/DICONT verifique a possibilidade de promover melhoria no Plano de Contas Contábil, para utilização quando da elaboração do Balanço Patrimonial e também do Balancete de Verificação. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | A SUPFIN/DICONT em despacho anexo à CI-SUPAUD Nº 11129/2014 (Fls. 46 a 53) em síntese informou que: " (...) Na parte que nos cabe, acolhe todas as sugestões de melhoria do presente relatório". Com base nesta informação sugerimos a baixa do ponto. |
| AVALIAÇÃO R2 | Tendo em vista que a área da SUPFIN/DICONT, no âmbito de sua competência, acolheu as sugestões de melhoria promovidas pela SUPAUD, concluímos que tais providências proporcionam melhorias nos controles internos desta CDRJ. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2014 | |
|--|---|
| ATIVIDADE | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Incentivo a Portadores de Necessidades Especiais - PNE) |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC/SETBEN |
| OBJETIVO | Verificar o cumprimento da Cláusula Oitava contida no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2012/2013 que regulamenta a concessão do benefício Incentivo à inclusão Social de Portadores de Necessidades Especiais – PNE. |
| PONTO 1 | 5.1.2 – Repetição de lançamentos de valores na planilha para pagamento, sem a devida comprovação das despesas por parte do empregado. |

| | |
|-----------------|---|
| RECOMENDAÇÃO 1 | 5.1.3 - RECOMENDAMOS a necessidade do desenvolvimento de um programa que possa ajudar na conferência das informações lançadas na planilha, de modo que as mesmas sejam revisadas antes de serem encaminhadas para processar o pagamento. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício-SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD N° 20194/2014 ao conhecer a versão preliminar deste relatório a SUPREC/SETBEN informou que: "Foi feita alteração no sistema da folha de pagamento para que ao finalizar o pagamento do mês, limpe o campo de incentivo a Portador de Necessidades Especiais, para a inclusão do mês subsequente" ... |
| AVALIAÇÃO R1 | Tendo em vista que a área da SUPREC/SETBEN, ao tomar conhecimento da versão preliminar deste relatório adotou providência para regularizar o ponto de auditoria, concluímos que tal providência resultou em melhoria dos controles internos da área. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| PONTO 2 | 5.2.2 – Pagamentos efetuados sem a devida comprovação das despesas por parte do empregado. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | 5.2.3 - RECOMENDAMOS maior rigor por parte do funcionário responsável pelo recebimento dos comprovantes das despesas entregues aquele órgão, bem como a necessidade de conferência por 02 (dois) ou mais empregados da área dos valores lançados na planilha antes do envio para pagamento |
| PROVIDÊNCIAS R2 | A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício-SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD N° 20194/2014, informou que: 1) “Após o lançamento do valor a ser reembolsado no sistema, a responsável pelo serviço, imprime um demonstrativo do pagamento do empregado e anexa os recibos dos gastos do empregado com o seu dependente PNE. Ass. Empregada do SETBEN”. |
| AVALIAÇÃO R2 | Tendo em vista a providência adotada, opino pela baixa do ponto de auditoria. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |
| PONTO 3 | 5.3.1 – Repetição de lançamentos de valores na planilha para pagamento, sem a devida comprovação das despesas por parte do empregado. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | 5.3.2 - RECOMENDAMOS a necessidade do desenvolvimento de um programa que possa ajudar na conferência das informações lançadas na planilha, de modo que as mesmas sejam revisadas antes de serem pagas. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício-SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD N° 20194/2014, informou que: 1)“Foi feita alteração no sistema da folha de pagamento para que ao finalizar o pagamento do mês, limpe o campo de incentivo a Portadores de Necessidades Especiais, para a inclusão do mês subsequente. Ass. Empregada do SETBEN”. |
| AVALIAÇÃO R3 | Com base na informação, opino pela baixa do ponto de auditoria. |
| SITUAÇÃO R3 | SANADO |
| PONTO 4 | 5.4.1 – Pagamentos efetuados sem a devida comprovação das despesas por parte do empregado. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | 5.4.2 - RECOMENDAMOS maior rigor por parte do funcionário responsável pelo recebimento dos comprovantes das despesas com PNE. e desenvolvimento de um programa que possa ajudar na conferência das informações lançadas nas planilhas, de modo que as mesmas sejam revisadas antes de serem pagas. |
| PROVIDÊNCIAS R4 | A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício-SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD N° 20194/2014, informou que: 1)“Foi feita alteração no sistema da folha de pagamento para que ao finalizar o pagamento do mês, limpe o campo de incentivo a Portadores de Necessidades Especiais, para a inclusão do mês subsequente. Ass. Empregada do SETBEN”. |
| AVALIAÇÃO R4 | Com base na informação, opino pela baixa do ponto de auditoria. |
| SITUAÇÃO R4 | SANADO |

| | |
|----------------|---|
| PONTO 5 | 5.5.1 –Pagamentos efetuados sem a devida comprovação das despesas por parte do empregado. |
|----------------|---|

| | |
|-----------------|--|
| RECOMENDAÇÃO 5 | 5.5.2 - RECOMENDAMOS maior rigor por parte do funcionário responsável pelo recebimento dos comprovantes das despesas com PNE e desenvolvimento de um programa que possa ajudar na conferência das informações lançadas nas planilhas, de modo que as mesmas sejam revisadas antes de serem pagas. |
| PROVIDÊNCIAS R5 | A Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício-SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD Nº 20194/2014, informou que:" Após o lançamento do valor a ser reembolsado no sistema, a responsável pelo serviço, imprime um demonstrativo do pagamento do empregado e anexa os recibos dos gastos do empregado com seu dependente PNE”. |
| AVALIAÇÃO R5 | Com base na informação, opino pela baixa do ponto de auditoria. |
| SITUAÇÃO R5 | SANADO |
| PONTO 6 | 5.6 - Necessidade de normatização do Benefício de Portadores de Necessidades Especiais, bem como revisão da planilha de pagamento por dois empregados, a fim de proporcionar maior segurança nos controles. |
| RECOMENDAÇÃO 6 | Oportunidade de Melhoria 01 e 02 Recomenda a elaboração de normativo para o Benefício Portadores de Necessidades Especiais-PNE, bem como, revisão da Planilha base de pagamento por dois empregados. |
| PROVIDÊNCIAS R6 | Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, através do Setor de Benefício- SETBEN, em despacho à CI - SUPAUD Nº 20194/2014, informou que:"... “3) A minuta da Ordem de Serviço referente ao ordenamento interno do benefício aos dependentes Portadores de Necessidades Especiais – PNE está no Jurídico” |
| AVALIAÇÃO R6 | Com base na informação, opino pela baixa do ponto de auditoria. |
| SITUAÇÃO R6 | SANADO |

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2014

| | |
|----------------------|--|
| ATIVIDADE | CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS (CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE ARRENDAMENTO C-DEPJUR Nº 100/97 – PIER MAUÁ S/A) |
| ÁREA AUDITADA | DIRPLA/SUPDEP |
| OBJETIVO | Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais referente ao Contrato de Arrendamento da Pier Mauá. |
| PONTO 1 | (5.3) Valores de IPTU pendentes de pagamento. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | 5.3.1 – RECOMENDAMOS que a Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais – DIRPLA, informe a esta Auditoria a respeito do andamento do Ajuste de Contas para a regularização dos valores referentes ao IPTU pendentes de pagamento por parte da Arrendatária. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | Em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 19254/2014, o ESP Marialvo Seibt dos Santos informou que:” Tendo em vista a informação prestada pela SUPDEP (fls. 20), onde a Arrendatária ficou de apresentar proposta para a regularização dos débitos de IPTU perante a CDRJ, sugiro a baixa do ponto e verificação na próxima auditoragem.” |
| AVALIAÇÃO R1 | Em que pese a informação quanto ao comprometimento da arrendatária em regularizar o débito de IPTU, observa-se este ponto de auditoria tem que ser monitorado na próxima auditoragem. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 09/2014

| | |
|----------------------|---|
| ATIVIDADE | GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (Balancetes Mensais – Jan/fev/mar/2014) |
| ÁREA AUDITADA | SUPFIN/DICONT |

| | |
|------------------------|---|
| OBJETIVO | Examinar a regularidade das contas dos balancetes de janeiro, fevereiro e março de 2014 quanto à observância dos dispositivos legais vigentes, a regularidade do Controle Contábil, bem como aos procedimentos de lançamentos. |
| PONTO 1 | PONTO 1 – Saldo devedor da conta corrente sem que tivesse sido identificado pela Contabilidade, seja através de Conciliação Bancária ou outros mecanismos contábeis ou extra-contábeis. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | 6.1.1.1- RECOMENDAMOS à SUPFIN/DICONT o aprimoramento da Conciliação Bancária a fim de minimizar os riscos de contas correntes com Saldos devedores e Cobranças de Tarifas não identificadas. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | A Superintendência de Finanças - SUPFIN/DICONT, em despacho anexo à CI-SÚPAUD nº. 25.009/2014 de 29/10/2014 justificou o ponto de auditoria com a seguinte informação:“(...) foi apresentado aviso de crédito datado de 10/10/2014 no qual o Banco do Brasil regulariza a cobrança indevida de IOF, bem como houve o comprometimento de aprimoramento a conciliação bancária.” |
| AValiação R1 | Considerando que a ação adotada pela SUPFIN resultou em diminuição dos avisos de débito/créditos pendentes de apropriação contábil, concluímos pelo atendimento da recomendação da Auditoria Interna, sem dispensar o acompanhamento das futuras providências a ser verificada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R1 | SANADO |
| PONTO 2 | Avisos de crédito dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2012 não contabilizados. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | 6.1.5.1 - RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que diligencie junto à instituição bancária a identificação de tais valores a fim de solucionar tais pendências. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | A Superintendência de Finanças - SUPFIN/DICONT, em despacho anexo à CI-SÚPAUD nº. 25.009/2014 de 29/10/2014, justificou o ponto de auditoria com a seguinte informação: “Esclareço que tentamos por diversas vezes uma solução junto à Caixa Econômica. Muitos valores, até então, foram identificados e, conseqüentemente, não aparecem mais no relatório. Quanto aos créditos remanescentes, informo que continuaremos com as diligências até que todas as pendências sejam solucionadas.” |
| AValiação R2 | Considerando que a ação adotada pela SUPFIN resultou em diminuição dos avisos de débito/créditos pendentes de apropriação contábil, concluímos pelo atendimento da recomendação da Auditoria Interna, sem dispensar o acompanhamento das demais providências a ser verificada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R2 | SANADO |
| PONTO 3 | Avisos de créditos de (2008, 2009 e 2010) e avisos de débito de (2009 e 2013) pendentes de regularização. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | 6.1.7.1- RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que diligencie junto à instituição bancária a identificação de tais valores a fim de solucionar tais pendências. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | A Superintendência de Finanças - SUPFIN/DICONT, em despacho anexo à CI-SÚPAUD nº. 25.009/2014 de 29/10/2014, justificou o ponto de auditoria com a seguinte informação: “Esclareço que tentamos por diversas vezes uma solução junto ao Banco do Brasil. Muitos valores, até então, foram identificados e, conseqüentemente, não aparecem mais no relatório. Quanto aos créditos remanescentes, informo que continuaremos com as diligências até que todas as pendências sejam solucionadas.” |
| AValiação R3 | Considerando que a ação adotada pela SUPFIN resultou em diminuição dos avisos de débito/créditos pendentes de apropriação contábil, concluímos pelo atendimento da recomendação da Auditoria Interna, sem dispensar o acompanhamento das demais providências a ser verificada na próxima auditoria. |
| SITUAÇÃO R3 | SANADO |

| | |
|------------------------|---|
| PONTO 4 | Contas Contábeis referentes a Bens que já foram totalmente depreciados ainda constando no Balancete. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | 6.7.1- RECOMENDAMOS à SUPFIN/DICONT que diligencie junto a área de Patrimônio da CDRJ a fim de que tais contas sejam regularizadas. |
| PROVIDÊNCIAS R4 | A Superintendência de Finanças - SUPFIN/DICONT, com base na CI-SUPAUD nº. 25.009/2014 de 29/10/2014, através do despacho de 19/11/2014, informou:““Esclareço que a baixa ou aumento de inventário depende única e exclusivamente da área de patrimônio””. |
| AVALIAÇÃO R4 | Tendo em vista que a baixa ou aumento de inventário depende da área de patrimônio, somos da opinião que o ponto seja baixado e que se monitore junto a SUPFIN/DICONT a baixa dos bens que já foram totalmente depreciados. |
| SITUAÇÃO R4 | SANADO |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 10/2014 | |
|--|--|
| ATIVIDADE | CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS (CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE ARRENDAMENTO C-DEPJUR Nº 069/98 – SEPETIBA TECON S/A) |
| ÁREA AUDITADA | DIRPLA/SUPDEP |
| OBJETIVO | Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais pela Arrendatária e a fiscalização do contrato relativas ao contrato C-DEPJUR Nº 069/98, firmado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e a empresa SEPETIBA TECON S/A. |
| PONTO 1 | Ponto 6.3: Faturas pendentes de pagamento |
| RECOMENDAÇÃO 1 | 6.3.1 – RECOMENDAMOS a Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP que agilize os procedimentos para finalizar o Encontro de Contas entre a CDRJ e a Arrendatária e informe os resultados a esta Auditoria. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | |
| AVALIAÇÃO R1 | |
| SITUAÇÃO R1 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 2 | Ponto 6.5: Apólices de Seguro. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | 6.5.1 – RECOMENDAMOS à Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP que adote as providências necessárias junto à Arrendatária para que a mesma apresente cópia da Apólice de Seguro Compreensivo para Operador Portuário e encaminhe a esta Auditoria. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | |
| AVALIAÇÃO R2 | |
| SITUAÇÃO R2 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 3 | Posição da dívida da CDRJ objeto do Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a UNIÃO e a CDRJ onde a CDRJ cede e transfere à UNIÃO os direitos de crédito referentes à Parte Fixa relativa ao contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/1998, celebrado entre a CDRJ e a Sepetiba Tecon S/A. |
| RECOMENDAÇÃO 3 | 6.11.1 – RECOMENDAMOS que a Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos – DIRARH , através da Superintendência de Orçamento e Finanças – SUPFIN, adote as providências necessárias junto ao Tesouro Nacional para verificar o passivo financeiro da CDRJ e um possível refinanciamento e, adequação das datas de pagamento e do “Io“, entre o Contrato de Arrendamento e o Contrato de Cessão de Créditos. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | |
| AVALIAÇÃO R3 | |
| SITUAÇÃO R3 | Aguardando pronunciamento da área |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 11/2014 | |
|--|---|
| ATIVIDADE | XI - AÇÕES DE TRABALHO SUGERIDAS PELA CISET – Nota Técnica 193/2013 – Indicadores de Gestão |

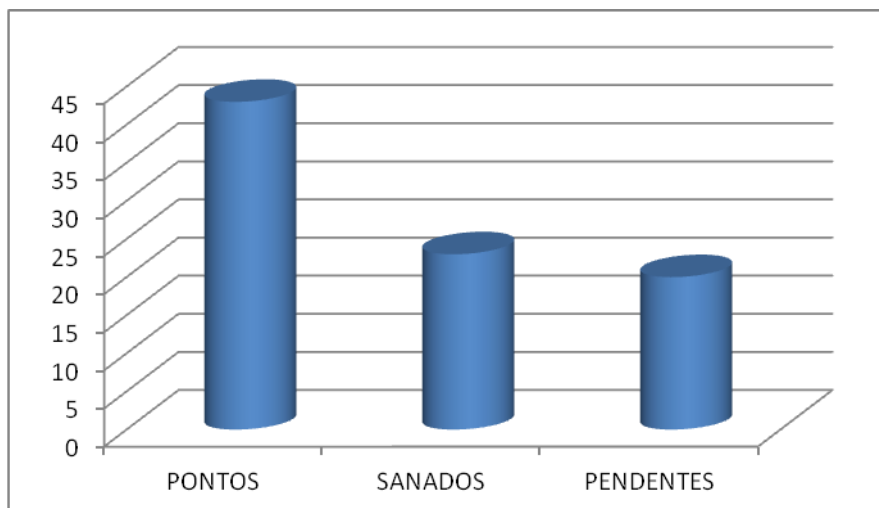
| | |
|------------------------|--|
| ÁREA AUDITADA | DIRPLA/SUPLAN |
| OBJETIVO | |
| PONTO 1 | Ponto 1 - Elaboração do Plano Estratégico da Companhia Docas do Rio de Janeiro. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | RECOMENDAMOS, que a Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais-DIRPLA, através da Superintendência de Planejamento e Orçamento-SUPLAN, após concluídos os trabalhos de consultoria contratados pela SEP/PR, avalie sobre a instituição do Plano Estratégico da CDRJ, atentando para o resultado do trabalho da consultoria, para que se evitem sobreposições de atividades. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | |
| AValiação R1 | |
| SITUAÇÃO R1 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 2 | Ponto 2 - Indicadores de Gestão com reduzida utilidade/mensurabilidade, passível de revisão. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | Recomendamos que a Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais-DIRPLA, através da Superintendência de Planejamento e Orçamento-SUPLAN, verifique a possibilidade de selecionar entre os diversos indicadores aqueles que possam oferecer base para a tomada de decisões pela Administração da CDRJ. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | |
| AValiação R2 | |
| SITUAÇÃO R2 | Aguardando pronunciamento da área |

| RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 12/2014 | |
|--|--|
| ATIVIDADE | I – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – 01– <i>Folha de Pagamento (Gestão de Benefícios Sociais)</i> . |
| ÁREA AUDITADA | DIRARH/SUPREC |
| OBJETIVO | Verificação de conformidade da concessão dos benefícios: ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR, ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E VALE-TRANSPORTE. |
| PONTO 1 | Dúvidas quanto à amplitude da expressão “ <i>universitários</i> ” no item 5.2.4 da Ordem de Serviço nº. 031/2007. |
| RECOMENDAÇÃO 1 | Recomendamos que a Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC elabore normativo interno que altere o texto do Subitem 5.2.4 da Ordem de Serviço nº. 031/2007 definindo, de forma clara e inequívoca, a expressão “ <i>universitários</i> ” e submeta à apreciação da Diretoria Executiva, para deliberação. |
| PROVIDÊNCIAS R1 | |
| AValiação R1 | |
| SITUAÇÃO R1 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 2 | Dúvidas quanto à obrigatoriedade de apresentação da Declaração do Imposto de Renda Completa ou Incompleta por parte dos empregados a fim de atender o item 5.2.5 da Ordem de Serviço nº. 031/2007. |
| RECOMENDAÇÃO 2 | Recomendamos que a SUPREC consulte a Superintendência Jurídica da CDRJ a fim de dirimir a dúvida e, posteriormente, altere o Item 5.2.5 da Ordem de Serviço nº 031/2007 a fim de se definir um critério padronizado. |
| PROVIDÊNCIAS R2 | |
| AValiação R2 | |
| SITUAÇÃO R2 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 3 | Não consta a parte da Declaração do Imposto de Renda onde constam os nomes dos dependentes referentes aos empregados registros 09017 e 09136. |

| | |
|-----------------|---|
| RECOMENDAÇÃO 3 | Recomendamos que a SUPREC/SETBEN, notifique aos empregados para que apresentem, imediatamente, a documentação comprobatória de dependentes a fim de dar cumprimento à Ordem de Serviço nº 031/2007. |
| PROVIDÊNCIAS R3 | |
| AVALIAÇÃO R3 | |
| SITUAÇÃO R3 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 4 | Faltam os recibos de entrega da Declaração do Imposto de Renda dos Empregados de Registros 09331 e 09171. |
| RECOMENDAÇÃO 4 | Recomendamos que a SUPREC/SETBEN, notifique aos empregados para que apresentem, imediatamente, a documentação comprobatória de dependentes a fim de dar cumprimento à Ordem de Serviço nº 031/2007. |
| PROVIDÊNCIAS R4 | |
| AVALIAÇÃO R4 | |
| SITUAÇÃO R4 | Aguardando pronunciamento da área |
| PONTO 5 | Ordem de Serviço DIRPRE nº 17/2011 que disciplina o assunto está desatualizada e não se encontra disponível na Intranet. |
| RECOMENDAÇÃO 5 | Recomendamos que a SUPREC/SETBEN providencie a imediata atualização da Ordem de Serviço DIRPRE nº 17/2011 em função das alterações decorrentes de Acordos Coletivos de Trabalho; mudança do objeto contratual; troca da empresa contratada e modificações em dispositivos legais que tratam da matéria; |
| PROVIDÊNCIAS R5 | |
| AVALIAÇÃO R5 | |
| SITUAÇÃO R5 | Aguardando pronunciamento da área |

Posição: 02.02.15

| RELATÓRIOS | PONTOS | SANADOS | PENDENTES |
|------------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 4 | 4 | 0 |
| 02 | 1 | 1 | 0 |
| 03 | 4 | 4 | 0 |
| 04 | 3 | 3 | 0 |
| 05 | 8 | 0 | 8 |
| 06 | 2 | 2 | 0 |
| 07 | 6 | 6 | 0 |
| 08 | 1 | 1 | 0 |
| 09 | 4 | 4 | 0 |
| 10 | 3 | 0 | 3 |
| 11 | 2 | 0 | 2 |
| 12 | 5 | 0 | 5 |
| | 43 | 25 | 18 |



Posição: 02.02.15

Compete, exclusivamente, ao Superintendente da SUPAUD coordenar todas as ações de gestão e técnico-operacional, tais como: planejamento, coordenação, acompanhamento e a revisão dos trabalhos de auditoria executados (Relatórios e Pareceres); elaboração do PAINTE e do RAINTE; toda a parte burocrática de pessoal; assessoramento aos órgãos colegiados (CONFIS e CONSAD) e à Diretoria Executiva; atendimento, coordenação e controle das demandas dos órgãos de controle (TCU e CGU).

Esta em curso na CDRJ um trabalho de consultoria organizacional desenvolvido pela empresa DELOITTE. As dificuldades de infraestrutura foram relatadas a essa empresa de consultoria. Da mesma forma, também foi demanda à Alta Administração da CDRJ um pleito de futuro redesenho da estrutura da SUPAUD com a criação de um órgão de apoio técnico/administrativo que dê suporte ao Superintendente.

Quanto à qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados, entendemos que ainda não é adequada tendo em vista que a unidade de auditoria interna deve estabelecer um planejamento baseado na gestão de riscos para determinar as prioridades de auditoria com os objetivos da organização, e isso ainda não foi estruturado na CDRJ. Essa questão, também é objeto do trabalho em desenvolvimento pela consultoria DELOITTE.

No entanto, para o exercício de 2015, planejamos ações de fortalecimento da Auditoria Interna cujos objetivos são: a multidisciplinaridade e capacitação técnica da equipe da SUPAUD; a atualização dos normativos internos e do manual de auditoria interna; a contratação de informativos técnicos nas áreas: Fiscal; Contábil; Tributária; Previdenciária e Trabalhista e a realização de trabalhos de auditoria baseados na gestão de riscos mapeados pela própria auditoria interna.

A necessidade de que a equipe técnica da Auditoria Interna seja multidisciplinar está fundamentada na execução integral e eficaz do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE que prevê uma série de atividades de auditoria em diversas áreas da organização. Atualmente, contamos com 1 (um) engenheiro que cuida da atividade de arrendamento portuário e 3 (três) contadores. Portanto, entendemos como necessária a disponibilização de profissionais com formação nas áreas de engenharia (obras e serviços), tecnologia da informação e administração de empresas.

Mesmo com as dificuldades acima relatadas, se espera um cumprimento mais efetivo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE, para o exercício de 2015.

2.3 Sistema de Correição

O sistema correcional da CDRJ abrange atualmente os processos administrativos disciplinares lato sensu: sindicâncias e processos administrativos disciplinares stricto sensu.

Para a condução de tais processos são nomeadas Comissões Processantes que apuram as irregularidades apontadas e sugerem a aplicação de penalidade.

Ao Encarregado de Sindicância e Processos Disciplinares – vinculado ao Gabinete da Presidência – incumbe prestar assessoria jurídica às Comissões Processantes e ao Diretor Presidente. Ao Diretor Presidente, por sua vez, incumbe à aplicação de penalidade ao empregado público faltoso, ouvida previamente a Superintendência Jurídica.

Através da CI-GABPRE nº 2063/2015, foi proposta a criação do Setor de Sindicâncias e Processos Disciplinares. A matéria foi aprovada pela Diretoria Executiva e submetida à análise do Conselho de Administração, que solicitou informações a respeito do entendimento da CGU sobre o assunto.

Os procedimentos disciplinares são regulados internamente pelas seguintes Ordens de serviço: OS DIRPRE Nº 28/08 (cancelamento de penalidades); OS DIRPRE Nº 03/12 (condução de processos administrativos e disciplinares) e OS DIRPRE Nº 37/13 (termo de ajustamento de conduta).

No que tange à Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, esta UJ ainda não foi cadastrada no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, tendo em vista que o sistema correcional da CDRJ encontra-se em fase de consolidação, o que deve se dar principalmente através da implementação formal do Setor de Processos Disciplinares e da revisão dos atos normativos internos pertinentes.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | X | | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | X | | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | X |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | X | | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | X | | | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | X | | |

| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | X | | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | X | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | X | | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | X | | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | X | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | X | | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | X | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | X | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Base normativa da remuneração.

É definida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme estabelecido na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração.

Manter a remuneração alinhada à prática remuneratória do mercado.

3) Composição da remuneração, indicando:

a) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A Remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta dos seguintes itens:

- Honorários
- 13º salário
- Adicional de Férias
- Abono Pecuniário de Férias
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Moradia

A Remuneração dos Conselheiros é fixada pela Assembleia Geral Ordinária em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria Executiva.

b) a proporção de cada elemento na remuneração total.

| ELEMENTOS | Diretor-Presidente | Demais Diretores |
|----------------------------------|-------------------------|------------------|
| | janeiro a dezembro/2013 | |
| honorários | R\$ 29.776,59 | R\$ 26.207,13 |
| 13º salário* | | |
| Adicional de Férias | 33,33% | 33,33% |
| Abono Pecuniário de Férias | 44,44% | 44,44% |
| Auxílio Alimentação (R\$ 669,33) | 2,25% | 2,55% |
| Auxílio Moradia (R\$ 1.800,00) | 6,05% | - |

* valor na íntegra do salário do mês de dezembro/2013

- c) **a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**
A metodologia de cálculo limita-se a aplicação do IPCA apurado entre abril e março.
- d) **as razões que justificam a composição da remuneração.**
Manter a remuneração alinhada a prática remuneratória do mercado.
- 4) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**
A determinação dos elementos da remuneração não leva em consideração indicadores de desempenho.
- 5) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**
A remuneração é estruturada considerando indicadores de desempenho associados às metas que são estabelecidas pela Secretaria de Portos – SEP/PR.
- 6) **Como a política ou prática da remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada.**
A política de remuneração adotada está em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia.
- 7) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**
A remuneração não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
- 8) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia.**
Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

- a) termos e condições gerais;**
- b) objetivos dos planos;**
- c) número máximo de ações abrangidas;**
- d) condições de aquisições de ações;**
- e) forma de liquidação;**
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.**

Não há plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

- a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);**
- b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;**
- c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);**
- d) a descrição dos benefícios oferecidos.**

Resposta:

Quanto à remuneração variável são observadas as orientações gerais transmitidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Desta forma, são definidas metas de gestão pela Secretaria de Portos - SEP, através de quesitos avaliados trimestralmente, cuja pontuação, alcançada de acordo com os critérios da tabela abaixo, refletirá no processamento dos honorários, que se constituirão, além da remuneração fixa, da remuneração variável, limitada a R\$ 5.359,79 para o Diretor-Presidente, e limitada a R\$ 4.717,41 para os demais Diretores, observada a anuência do Conselho de Administração.

| Critérios de Avaliação: | Sem ressalvas | Com ressalvas |
|--|---------------|---------------|
| Resultado atingido na data (tolerância 2 semanas): | 100% | 90% |
| Resultado atingido com atraso de 2 a 4 semanas: | 90% | 80% |
| Resultado não atingido com atraso maior do que 4 semanas: | 70% | 50% |
| Resultado não atingido, sem evidência de esforços de gestão: | 0% | 0% |
| Resultado não atingido, sem evidência de esforços: | 0% | 0% |

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

| Conselho de Administração | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--------|--------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Nome do Conselheiro (a) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
| Daniel Sigelmann | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 4.453,51 | 3.775,84 | 3.175,84 | 7.918,88 | 3.303,04 | 41.596,76 |
| Julio Cesar Carmo Bueno | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 3.613,51 | 2.935,84 | 2.935,84 | 6.238,88 | 3.303,04 | 37.996,76 |
| Luiz Antonio Correia de Carvalho | abril | - | - | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.935,84 | 2.935,84 | 2.935,84 | 3.303,04 | 3.303,04 | 26.253,40 |
| Milton Ferreira Tito | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 4.453,51 | 2.935,84 | 2.935,84 | 6.238,88 | 3.303,04 | 38.836,76 |
| Rafael Magalhães Furtado | maio | - | - | - | - | - | 3.549,95 | 3.755,95 | 3.910,95 | 4.453,51 | 3.925,84 | 3.775,84 | 8.400,88 | 5.088,04 | 36.860,96 |
| Sérgio Magalhães Giannetto | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 3.839,40 | 2.935,84 | 2.935,84 | 6.238,88 | 3.303,04 | 38.222,65 |
| Helio Szmajser | agosto | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.935,84 | 2.935,84 | 2.935,84 | 6.238,88 | 3.303,04 | 18.349,44 |
| Fernando Victor C. de Carvalho | janeiro | março | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.129,85 |
| Jorge Luiz de Mello | janeiro | julho | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | - | 2.709,95 | - | - | - | - | - | 16.259,70 |
| Conselho Fiscal | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome do Conselheiro (a) | Período | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
| André Luiz Gonçalves Garcia | - | - | 2.777,95 | 4.424,95 | 5.024,95 | 4.429,95 | 3.549,95 | 3.690,95 | 2.709,95 | 3.613,51 | 3.807,84 | 4.423,84 | 6.238,88 | 4.223,04 | 48.915,76 |
| Diogo Piloni e Silva | maio | - | - | - | - | - | 2.949,95 | 3.605,95 | 2.949,95 | 4.453,51 | 3.775,84 | 4.375,84 | 6.238,88 | 4.983,04 | 33.332,96 |
| Jorge Fernandes da Cunha Filho | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | - | 2.709,95 | 2.709,95 | 2.709,95 | 3.387,62 | 2.935,84 | 3.175,84 | 6.238,88 | 3.303,04 | 35.300,92 |
| Marconi Arani Melo Filho | - | - | 2.709,95 | 4.389,95 | 5.025,95 | 4.389,95 | 3.549,95 | 3.665,95 | 2.949,95 | 4.453,51 | 3.825,84 | 4.423,84 | 7.078,88 | 4.223,04 | 50.686,76 |
| Marcos Vinicius Socio Magalhães | junho | julho | - | - | - | - | - | 2.709,95 | 2.709,95 | - | - | - | - | - | 5.419,90 |
| William Lima Rocha | abril | agosto | - | - | - | 2.709,95 | - | - | - | 225,89 | - | - | - | - | 2.935,84 |

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

| Identificação do Órgão | Valores em R\$ 1,00 | | |
|---|---------------------|--------------|--------------|
| | EXERCÍCIO | | |
| Órgão: Diretoria Executiva | 2014 | 2013 | 2012 |
| Remuneração dos Administradores | | | |
| Número de membros: | 4 | 4 | 4 |
| I - Remuneração Fixa (a+b+c+d) | | | |
| a) salário ou pró-labore | 1.544.084,32 | 1.683.507,68 | 1.638.858,88 |
| b) benefícios diretos e indiretos | | | |
| c) remuneração por participação em comitês | | | |
| d) outros | | | |
| II - Remuneração Variável | | | |
| e) bonus | | | |
| f) participação nos resultados | 143.981,50 | | |
| g) remuneração por participação em reuniões | | | |
| h) comissões | | | |
| i) outros | | | |
| III - Total da Remuneração (I + II) | 1.688.065,82 | | |
| IV - Benefícios pós-emprego | | | |
| V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI - Remuneração baseada em ações | | | |

| Identificação do Órgão | Valores em R\$ 1,00 | | |
|---|---------------------|------------|------------|
| | EXERCÍCIO | | |
| Órgão: Conselho de Administração | 2014 | 2013 | 2012 |
| Remuneração dos Administradores | | | |
| Número de membros: | | | |
| I - Remuneração Fixa (a+b+c+d) | | | |
| a) salário ou pró-labore | 264.066,28 | 211.376,10 | 191.879,28 |
| b) benefícios diretos e indiretos | | | |
| c) remuneração por participação em comitês | | | |
| d) outros | | | |
| II - Remuneração Variável | | | |
| e) bonus | | | |
| f) participação nos resultados | | | |
| g) remuneração por participação em reuniões | | | |
| h) comissões | | | |
| i) outros | | | |
| III - Total da Remuneração (I + II) | | | |
| IV - Benefícios pós-emprego | | | |
| V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI - Remuneração baseada em ações | | | |

| Identificação do Órgão | Valores em R\$ 1,00 | | |
|---|---------------------|------------|------------|
| | EXERCÍCIO | | |
| Órgão: Conselho Fiscal | 2014 | 2013 | 2012 |
| Remuneração dos Administradores | | | |
| Número de membros: | | | |
| I - Remuneração Fixa (a+b+c+d) | 176.592,14 | 130.077,60 | 117.079,70 |
| a) salário ou pró-labore | | | |
| b) benefícios diretos e indiretos | | | |
| c) remuneração por participação em comitês | | | |
| d) outros | | | |
| II - Remuneração Variável | | | |
| e) bonus | | | |
| f) participação nos resultados | | | |
| g) remuneração por participação em reuniões | | | |
| h) comissões | | | |
| i) outros | | | |
| III - Total da Remuneração (I + II) | | | |
| IV - Benefícios pós-emprego | | | |
| V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI - Remuneração baseada em ações | | | |

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

| Órgão: Diretoria Executiva | EXERCÍCIO | | |
|---|------------|------|------|
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados | | | |
| Número de membros: | | | |
| I - Bônus (a+b+c+d) | 143.981,50 | | |
| a) valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | |
| b) valor máximo previsto no plano de remuneração | | | |
| c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 143.981,50 | | |
| d) valor efetivamente reconhecido no resultado | | | |
| II - Participação no Resultado(e+f+g+h) | | | |
| e) valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | |
| f) valor máximo previsto no plano de remuneração | | | |
| g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | | |
| h) valor efetivamente reconhecido no resultado | | | |
| III - Total (I + II) | 143.981,50 | | |

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

A CDRJ possui um Sistema Informatizado para Gestão de Ouvidorias, possibilitando que os Clientes Internos e Externos acessem os serviços da Ouvidoria Geral, de forma eletrônica, à distância, tendo como principais benefícios, a transparência, a possibilidade de acompanhamento da tramitação, a emissão de relatórios gerenciais, o controle estatístico das demandas e a redução da massa documental da Companhia. Além disso, a OUVGER também pode ser acessada por telefone, por carta e presencialmente.

Sob a responsabilidade da Ouvidoria Geral, a CDRJ mantém o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, com a finalidade de cumprir o disposto no Artigo 9º, Inciso I, da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011. Para tal finalidade, a CDRJ utiliza o sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União - PR, que também possibilita a emissão de relatórios estatísticos, cujo link está disponível no site institucional www.portosrio.gov.br, no menu de acesso à informação ou acessando www.acessoainformacao.gov.br/sistema.

3.1.1 A OUVGER recebeu 89 manifestações entre críticas, informações, denúncias, elogios, reclamações e sugestões, além de pedidos de informação, tendo havido um acréscimo de 10% em relação ao ano de 2013, que apresentou um total de 81 manifestações.

Pelo Canal “Fale Conosco”, sob sua responsabilidade, a OUVGER recebeu outros 99 pedidos de informação em geral, havendo um decréscimo em relação ao ano de 2013, que registrou 1302 pedidos. Tal fato decorreu da alteração na forma de apresentação da subpágina “Perguntas Frequentes”, no Menu “Acesso à Informação”, que foi revisitada e atualizada por conta dos pedidos de informação recorrentes e pela enorme quantidade de ofertas de produtos e serviços que foram descartadas ou redirecionadas para o setor competente. Além disso, alie-se à consolidação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da CDRJ, o que gerou o aumento da demanda por informação no SIC e na própria Ouvidoria.

Quadro Resumo:

| | 2013 | 2014 | ≠ Percentual 2013/2014 |
|------------------------------|-------------|-------------|-----------------------------------|
| Crítica | 04 | 04 | 0% |
| Informação | 18 | 26 | 44% |
| Denúncia | 11 | 14 | 27% |
| Elogio | 01 | 01 | 0% |
| Reclamação | 37 | 33 | -11% |
| Sugestão | 10 | 11 | 10% |
| Total | 81 | 89 | 10% |
| Fale Conosco | 1302 | 99 | -92% |
| Total de Atendimentos | 1383 | 188 | -86% |

Do total de 89 manifestações, podemos considerá-las da seguinte forma:

| | |
|----------------------------|----------|
| Procedente Solucionada | = 91,01% |
| Improcedentes | = 7,87% |
| Procedente não Solucionada | = 1,12% |

3.1.2 O SIC da CDRJ recebeu 65 pedidos de acesso à informação no ano de 2014, registrados e respondidos pelo Sistema e-SIC da CGU/PR, representando uma média mensal de 5,42 pedidos. Houve um acréscimo de 30% em relação a 2013 (50 pedidos).

- Foi concedido o acesso em 46 pedidos; 02 tiveram o acesso negado; 02 tiveram o acesso parcialmente concedido; em 01 pedido a informação é inexistente; em outros 10, trata-se de matéria da competência legal de outro órgão; e em 04 pedidos a pergunta é duplicada/repetida, conforme resumo abaixo.

ACESSO NEGADO

| MOTIVO | QUANTITATIVO | % |
|------------------------|---------------------|--------------|
| Pedido Incompreensível | 01 | 1,54% |
| Dados pessoais | 01 | 1,54% |
| TOTAL | 02 | 3,08% |

PARCIALMENTE CONCEDIDO

| MOTIVO | QUANTITATIVO | % |
|--|--------------|--------------|
| Partes da informação contem dados pessoais | 01 | 1,54% |
| Parte da informação inexistente | 01 | 1,54% |
| TOTAL | 02 | 3,08% |

- Podemos elencar as seguintes características mais relevantes dos 65 pedidos de acesso à informação:

Total de perguntas = 144

Perguntas por pedido = 2,22

Maior nº de pedidos feitos por um solicitante = 05

Temas mais procurados:

* Trabalho – Profissões e ocupações = 13 (20%);

* Transporte e trânsito – Transporte Aquaviário = 13 (20%).

- Tempo Médio de Resposta aos Pedidos = 9,78 dias

- Prorrogações de Prazo Solicitadas = 09 (13,85%)

- Recursos Interpostos e Respondidos = 10

- Reclamação Interposta e Respondida = 0

- Quanto ao perfil dos solicitantes, podemos destacar:

Pessoa Física = 43 (86%)

Pessoa Jurídica = 07 (14%)

Estado Predominante = Rio de Janeiro (76,74%)

Pedido de outro país = 00 (0%)

Gênero Predominante = Masculino (60,47%)

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Esta Ouvidoria não tem conhecimento se a CDRJ possui Carta de Serviços ao Cidadão ou se está obrigada a elaborá-la por força do decreto mencionado. Entretanto, a Ouvidoria Geral, que presta informações ao cidadão, possui um link que pode ser acessado no seu site institucional www.portosrio.gov.br. Além disso, a CDRJ também possui no seu sítio eletrônico um Menu de Acesso à Informação, atendendo à legislação vigente (Lei nº 12.527/2011).

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A Ouvidoria Geral da CDRJ possui um sistema informatizado para sua gestão, que emite uma pesquisa de satisfação para que o manifestante se expresse, entretanto, o preenchimento não é obrigatório. Logo, não foram produzidas pesquisas de opinião nos últimos três anos, por outros meios. Por outro lado, o relatório anual de atividades da OUVGER demonstra os resultados obtidos no exercício pela sua atuação e melhor percepção quanto aos serviços prestados pela Companhia, tendo em vista o registro de reclamações, elogios, críticas e sugestões.

Neste mesmo sentido, a Ouvidoria possibilita que o usuário, em caso de insatisfação com o resultado da sua demanda, acesse campo específico no formulário eletrônico para novo registro, fazendo referência ao protocolo da manifestação anterior, indicando que a resposta não foi dada a contento, solicitando uma complementação. Assim, o sistema também permite que a OUVGER possa mensurar o nível de satisfação dos clientes internos e externos.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Como descrito no Item 3.2, a CDRJ possui no seu sítio eletrônico www.portosrio.gov.br uma Sessão de Acesso à Informação, atendendo à legislação vigente (Lei nº 12.527/2011), contendo dados sobre a Companhia que permitem ao cidadão conhecimento sobre suas atividades, assim como possui em seu sítio uma Página de Transparência Pública.

Outros caminhos de acesso às informações úteis podem ser utilizados, tais como:

ouvidoria@portosrio.gov.br; sic@portosrio.gov.br; faleconosco@portosrio.gov.br

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A resposta do item 3.5 se enquadra na mesma resposta apresentada no item 3.2.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Este item não cabe à Ouvidoria, pois se trata de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Os portos podem ser conceituados de uma forma geral como os espaços físicos nos quais se realizam as necessárias trocas modais, interfaces, entre os diversos meios de transporte, aquaviários e terrestres, de pessoas e mercadorias, como elo de grande importância na cadeia logística de transportes. O porto deve possuir acessos terrestres (rodovias e ferrovias) e marítimos bem planejados, assim como ter áreas de expansão harmonicamente com as cidades ao seu redor.

b) principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

Companhia Docas do Pará (CDP) - Portos de Belém, Santarém, Vila do Conde, Altamira, Itaituba e Óbidos, Terminal Portuário do Outeiro e Terminal de Miramar; Companhia Docas do Ceará (CDC) - Porto de Fortaleza; Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) - Portos de Natal e Maceió, Terminal Salineiro de Areia Branca; Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) - Portos de Salvador, Ilhéus e Aratu; Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) - Portos de Vitória e Barra do Riacho e Capuaba e Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) - Porto de Santos e Porto de Laguna.

c) contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

Infraestrutura terrestre de cais e acostagem para arrendamento ou uso temporário; servidão de passagem; instalações de armazéns e áreas de pátio para arrendamento ou uso temporário; infraestrutura aquaviária com oferta de canal de acesso e balizamento de bóias; acesso rodoviário aos Portos e organização do trânsito nas vias internas do Porto Organizado; arrendamento de áreas operacionais dentro do Porto Organizado; arrendamento de áreas fora do Porto Organizado e apoio aos arrendatários e usuários do Porto Organizado.

d) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

Ameaças: novos concorrentes entrando no mercado; vias rodoviárias que interligam o porto a sua hinterlândia com baixo nível de serviço; incertezas dos mercados internacionais; ocorrência de catástrofes naturais e o conflito “entre” o porto e a cidade.

Oportunidades: boa localização do porto; perspectiva de ampliação da exploração de operações para apoio a offshore; considerável extensão do cais; possível melhoria das conexões ferroviárias; porto abrigado com boa profundidade; investimentos previstos e em realização para ampliação do porto.

e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

Companhia Siderúrgica Nacional (contrato de arrendamento nº 054/1997); Sepetiba Tecon S/A (contrato de arrendamento nº 069/1998); Multi Rio Operações Portuárias (contrato de arrendamento nº 011/1998); Pier Mauá S/A (contrato de arrendamento nº 100/1997); Multi-Car Rio Terminal de Veículos S/A (contrato de arrendamento nº 083/1998); Libra Terminal Rio S/A (contrato de arrendamento nº 010/1998); Chevron Brasil (contrato de arrendamento nº 033/2002); Terminal Portuário de Angra dos Reis S/A (contrato de arrendamento nº 088/1998); Moinhos Cruzeiro do Sul S/A (contrato de arrendamento nº 086/1998); Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (contrato de arrendamento nº 155/1996); Terminal Químico de Aratu S/A (contrato de arrendamento nº 109/1990); Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A (contrato de arrendamento 061/2005); Nitport Serviços Portuários S/A (contrato de arrendamento 060/2005); Triunfo Logística Ltda. (contrato de arrendamento 103/2014).

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

Os riscos de mercado são: alterações tecnológicas no transporte marítimo; alterações nas rotas e reorganização logística; novos terminais e portos concorrentes; mudança na localização da produção; preço do petróleo; flutuações no comércio externo e ciclos de vida das unidades industriais da região.

As estratégias para mitigar os riscos são: implantação de sistema integrado de gestão de risco portuário; antecipação das estratégias de terceiros; planos e procedimentos que acompanhem em escala global, as mudanças tecnológicas relativas à logística, transporte marítimo e desenvolvimento de pesquisa de marketing em conjunto com o plano de negócios, de forma a conhecer melhor os concorrentes.

g) principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

Como principal mudança de cenário ocorrida temos a reforma portuária que foi estabelecida pela Medida Provisória 595/2012 que foi convertida na Lei 12.815/2013, de 5 de junho de 2013, modificando e reformando, em grande parte, toda a normatização anterior que tinha como figura central a Lei 8.630/93, também chamada Lei de Modernização dos Portos (LMP). A reforma do setor portuário trouxe diversas alterações no regime regulatório dos portos, principalmente nos seguintes aspectos: rearranjo institucional e de competências, alterações nos regimes jurídicos da operação portuária, das licitações para arrendamentos e dos processos seletivos para os Terminais de Uso Privado (TUPs).

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

A CDRJ aferiu sistemática e rotineiramente, no curso de 2014, indicadores de desempenho definidos pela SEP, assim como, através da empresa de consultoria DELOITTE, contratada pela Secretaria de Portos, deu início à elaboração de um plano de reorganização estratégica de gestão e processos. Já em 2014 os serviços em questão resultaram na produção de diagnósticos e aplicação de medidas de ganhos rápidos, estando em curso a elaboração de planejamento estratégico e proposta de reestruturação empresarial. O planejamento estratégico em elaboração irá incorporar sistema de avaliação de desempenho baseado em metodologia BSC-Balanced Scorecard.

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), a CDRJ, no que tange as suas obrigações quanto ao patrocínio e comprometimento com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa Portos Eficientes, atuou diretamente nos seguintes projetos de expansão da infraestrutura portuária e melhorias da Gestão das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR:

O Sistema PSP - Porto sem Papel, operado via WEB pelos órgãos governamentais anuentes e intervenientes das operações portuárias, já implantado e em operação, agiliza as liberações/autorizações para entrada, para operação e para saída de navios nos portos brasileiros.

O sistema PortoLog – Cadeia Logística Portuária Inteligente, com foco na melhoria da acessibilidade terrestre dos portos, em desenvolvimento pela SEP, será operado via WEB pela CDRJ no monitoramento e controle integrado da chegada de caminhões/carga ao porto. Objetiva evitar a formação de filas de caminhões nas cidades e nos acessos rodoviários aos portos.

O sistema VTMIS - Vessel Traffic Management Information System (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) tem como foco a melhoria da acessibilidade marítima aos portos e a sua contratação esta em curso. A ser operado pela CDRJ, o VTMIS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade para prover a monitoração ativa do tráfego aquaviário. Objetiva ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Adicionalmente, a implantação do VTMIS aumentará a eficiência dos portos, melhorando a organização do tráfego aquaviário nos canais de acesso e fundeadouros.

As AALP – Áreas de Apoio Logístico Portuário, em estudo pela SEP, complementarão o sistema PortoLog com a finalidade de apoiar a organização do fluxo de caminhões/cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

A CDRJ não possui programas temáticos de governo constantes do PPA 2012-2015 sob sua gestão.

5.2.2 Objetivo

A CDRJ não possui objetivos vinculados aos programas temáticos de governo sob sua gestão.

5.2.3 Ações

As informações referentes a ações deverão ser prestadas observando a esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS (Quadros 5.2.3.1 a 5.2.3.3) e Orçamento de Investimentos (Quadro 5.2.3.4), segundo as especificações descritas a seguir. Após a apresentação dos quadros, deve ser consignada análise dos dados apresentados, objeto do subitem 5.2.3.5.

5.2.3.1 Ações - OFSS

Não se aplica

5.2.3.2 Ações - Ações/Subtítulos - OFSS

Não se aplica

5.2.3.3 Ações - Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não se aplica

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|
| Código | 26 784 2074 12LG 0033 | | | | | | Tipo: Projeto |
| Título | Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos | | | | | | |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183 | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 117.820.000 | 1.000.000 | 0 | Implantação realizada | % | 21 | 1 | 0 |

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|
| Código | 26 784 2074 12LI 0033 | | | | | | Tipo: Projeto |
| Título | Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Iniciativa | Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Objetivo | Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuária Código: 0188 | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 214.936.023 | 19.289.395 | 974.834 | Implantação realizada | % | 66 | 6 | 1 |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 784 2074 14KJ 0033 | | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios | | | | | | | |
| Iniciativa | Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) | | | | | | | |
| Objetivo | Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198 | | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 49.000.000 | 49.000.000 | 0 | Implantação realizada | % | 100 | 100 | 0 | |
| Identificação da Ação | | | | | | | | |
| Código | 26 784 2074 14KL 0033 | | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária | | | | | | | |
| Iniciativa | Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos | | | | | | | |
| Objetivo | Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198 | | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 2.100.000 | 2.100.000 | 0 | Implantação realizada | % | 100 | 100 | 0 | |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|---|
| Código | 26 784 2074 14KM 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios |
| Iniciativa | Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos |
| Objetivo | Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 2.250.000 | 2.250.000 | 0 | Implantação realizada | % | 25 | 25 | 0 |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|---|
| Código | 26 784 2074 14RC 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos |
| Iniciativa | Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos |
| Objetivo | Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável Código: 0232 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 9.000.000 | 9.000.000 | 0 | Implantação realizada | % | 100 | 100 | 0 |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|---|
| Código | 26 784 2074 144X 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) |
| Iniciativa | Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 9.500.000 | 10.569.000 | 7.277.903 | Implantação realizada | % | 90 | 100 | 81 |

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--|-----------|
| Código | 26 784 2074 144Y 0033 | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos | | | | | | |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros | | | | | Código: 0183 | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 3.650.000 | 3.650.000 | 0 | Implantação realizada | % | 41 | 41 | 0 |

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--|-----------|
| Código | 26 784 2074 144Z 0033 | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos | | | | | | |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros | | | | | Código: 0183 | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 12.319.125 | 12.319.125 | 0 | Implantação realizada | % | 52 | 52 | 0 |

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--|-----------|
| Código | 26 784 2074 145B 0033 | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos | | | | | | |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros | | | | | Código: 0183 | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 18.701.780 | 17.119.034 | 366.650 | Implantação realizada | % | 100 | 100 | 2 |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 784 2074 145D 0033 | | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ) | | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos | | | | | | | |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183 | | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 4.563.045 | 4.553.045 | 1.001.904 | Implantação realizada | % | 37 | 37 | 8 | |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 784 2074 20HM 0001 | | | | | | Tipo: Atividade | |
| Título | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | | | | | | | |
| Iniciativa | Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário | | | | | | | |
| Objetivo | Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado Código: 0233 | | | | | | | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Atividade | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 5.767.876 | 5.767.876 | 0 | Estudo realizado | Unidade | 73 | 73 | 0 | |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 122 0807 4101 0033 | | | | | | Tipo: Atividade | |
| Título | Manutenção e Adequação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| Iniciativa | Não se aplica | | | | | | | |
| Objetivo | Não se aplica Código: - | | | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | | | | | | Código: 0807 Tipo: Atividade | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 5.300.000 | 5.300.000 | 44.835 | Não se aplica | - | - | - | - | |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 122 0807 4102 0033 | | | | | | Tipo: Atividade | |
| Título | Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos | | | | | | | |
| Iniciativa | Não se aplica | | | | | | | |
| Objetivo | Não se aplica | | | | | | Código: - | |
| Programa | Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | | | | | | Código: 0807 Tipo: Atividade | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 3.256.250 | 3.756.250 | 2.185.835 | Não se aplica | - | - | - | - | |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 126 0807 4103 0033 | | | | | | Tipo: Atividade | |
| Título | Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento | | | | | | | |
| Iniciativa | Não se aplica | | | | | | | |
| Objetivo | Não se aplica | | | | | | Código: - | |
| Programa | Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | | | | | | Código: 0807 Tipo: Atividade | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 2.525.000 | 2.525.000 | 2.252.587 | Não se aplica | - | - | - | - | |

| Identificação da Ação | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|--------------------|----------|--------------|--|--|
| Código | 26 784 2074 7376 0033 | | | | | | Tipo: Projeto | |
| Título | Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) | | | | | | | |
| Iniciativa | Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ) | | | | | | | |
| Objetivo | Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros | | | | | | Código: 0177 | |
| Programa | Transporte Marítimo | | | | | | Código: 2074 Tipo: Projeto | |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | | | | | | | |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| 1.155.309 | 790.388 | 0 | Dragagem realizada | Mil m ³ | 1 | 1 | 0 | |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|---|
| Código | 26 784 2074 7390 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí |
| Iniciativa | Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos |
| Objetivo | Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 1.760.000 | 2.130.000 | 0 | Implantação realizada | % | 50 | 50 | 0 |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|--|
| Código | 26 784 2074 7U37 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro (RJ) |
| Iniciativa | Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados |
| Objetivo | Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem Código: 0218 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 2.940.000 | 0 | 0 | Implantação realizada | % | 100 | 0 | 0 |

| Identificação da Ação | |
|-----------------------------|--|
| Código | 26 784 2074 7U38 0033 Tipo: Projeto |
| Título | Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí (RJ) |
| Iniciativa | Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados |
| Objetivo | Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem Código: 0218 |
| Programa | Transporte Marítimo Código: 2074 Tipo: Projeto |
| Unidade Orçamentária | Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ |
| Ação Prioritária | (x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras |

| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------|-------------------|----------|--------------|-----------|
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 2.940.000 | 0 | 0 | Implantação realizada | % | 100 | 100 | 0 |

5.2.3.5 Análise Situacional

O Orçamento de Investimento da CDRJ foi fixado pela Lei nº 12.952 de 20/01/2014 – LOA/2014 no valor de R\$ 469.484.408. A dotação aprovada pela LOA/2014 sofreu um decréscimo de R\$ 318.365.295 após a efetivação das alterações orçamentárias, resultando em um valor aprovado final para o Orçamento de Investimento de R\$ 151.119.113.

A execução do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 14.104.548 ou 9,3% do total da dotação aprovada em 2014. A análise da execução orçamentária de modo a compatibilizar os objetivos pretendidos pelos investimentos com os resultados alcançados no exercício deve ser realizada através das ações que compõem o Orçamento de Investimento subdivididas, sob a ótica do PPA 2012-2015, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2074-Transporte Marítimo e Programa 0807-Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

Programa 2074-Transporte Marítimo

O programa 2074-Transporte Marítimo contou com dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 139.537.863 ou 92,3% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influenciou sobremaneira o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento. O cumprimento parcial das metas previstas para o programa 2074-Transporte Marítimo evidenciou-se na execução de R\$ 9.621.291 ou 6,4% do total da dotação aprovada. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo PAC

As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC concentraram a maior parte dos recursos no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 83.429.783 ou 55,2% do total da dotação aprovada. A magnitude dos projetos que integram este grupo de ações justifica a elevada participação no total.

Os valores executados para este grupo de ações atingiu o montante de R\$ 974.834 ou 0,6% do total da dotação aprovada. Os resultados alcançados limitaram-se à ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro.

A ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro pretendia destinar R\$ 240.700.772 em investimentos no porto do Rio de Janeiro. A execução, entretanto, foi paralisada e o projeto cancelado. A execução em 2014 totalizou R\$ 974.834. O valor foi aplicado no pagamento da 7ª medição final do termo de rescisão amigável C-SUPJUR Nº 087/2014 com CONSÓRCIO RIO Y MAR referente ao contrato C-SUPJUR Nº 015/2013.

As demais ações do Grupo PAC não apresentaram execução em 2014, o que impactou negativamente o desempenho global do Orçamento de Investimento da CDRJ no exercício. Os projetos que integram tais ações estão em diferentes estágios, conforme as particularidades de cada ação orçamentária. Em linhas gerais, algumas ações apresentam seus projetos mais adiantados do que outras, como é o caso das ações 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio

de Janeiro (RJ), 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios, 14KL-Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária e 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ).

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2014 com dois projetos em andamento projetando um investimento de R\$ 171.674.306 no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro e do Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro. O primeiro está em fase de procedimento licitatório através da Concorrência nº 005/2011 com orçamento estimado em R\$ 160.699.405. A licitação, entretanto, encontra-se paralisada por decisão judicial acatando representação de licitante. O segundo está com a licitação concluída com valor orçado em R\$ 10.974.901. A assinatura do contrato, entretanto, depende da conclusão da concorrência nº 005/2011, uma vez que os serviços são complementares.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios visa destinar R\$ 40.000.000 em investimentos através da Implantação do Vessel Traffic Management Information System – VTMS. A contratação dos serviços, que estava prevista para ser realizada através do RDC presencial nº 1/2013, entretanto, teve seu Edital anulado em virtude da necessidade de completa revisão dos seus termos e anexos a fim de ampliar a compreensão dos licitantes e favorecer a obtenção de proposta mais vantajosa possível para a administração. A CDRJ promoveu as alterações no Edital e abriu novo procedimento licitatório através do RDC presencial nº 001/2014 com recebimento e abertura das propostas marcado para o dia 10/12/2014. A reunião inaugural do RDC presencial nº 001/2014 foi adiada para 24/02/2015, e posteriormente para 15/04/2015, ocasião em que seriam recebidas as propostas técnicas e de preços. O RDC presencial nº 001/2014, no entanto, foi suspenso "*sine die*" em 17/03/2015 em função de Mandado de Tutela Liminar expedido pela 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2015, determinando a suspensão do andamento da licitação, no estágio em que se encontrar, até ulterior deliberação daquele juízo.

A ação 14KL-Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária projeta investimentos de R\$ 2.000.000 visando otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias. O Pregão Eletrônico nº 35/2014 destinado à aquisição de equipamentos de tecnologia de informação para dar suporte à Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária foi publicado em 14/10/2014 com abertura das propostas marcada para 29/10/2014. O processo, porém, em virtude de questionamentos feitos por diversas empresas, foi enviado para a área técnica dirimir as dúvidas dos potenciais interessados. Os questionamentos foram atendidos no final do exercício e o processo seguiu para dar prosseguimento à contratação.

Já a ação 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) encontra-se concluída. Os recursos aprovados no exercício referem-se ao saldo financeiro remanescente, sem previsão de aplicação no horizonte de planejamento de curto prazo.

As demais ações do Grupo PAC estão a cargo da Secretaria de Portos – SEP a qual informou que os cronogramas dos projetos a serem financiados por estas ações orçamentárias dividem-se em duas fases. A primeira fase está sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/SEP/PR que detalhará as especificações e requisitos técnicos do projeto. A segunda fase ficará a cargo da CDRJ que será responsável pelo ajuste do projeto às especificidades de cada porto para posterior licitação e contratação dos serviços. Incluem-se neste grupo as seguintes ações orçamentárias: 14M-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, 14RC- Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos

Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, 7U37- Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro(RJ) e 7U38-Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí(RJ). A CDRJ aguarda a conclusão da primeira fase pela SEP para dar andamento aos projetos.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo Demais

As sete ações integrantes do Grupo Demais no programa 2074-Transporte Marítimo somaram R\$ 56.108.080 ou 37,1% do total da dotação aprovada. Ainda que a participação das ações deste grupo no contexto geral do Orçamento de Investimento não seja expressiva, os valores executados não se mostraram satisfatórios no exercício, atingindo o montante de R\$ 8.646.457 ou 5,7% do total da dotação aprovada.

A execução observada para as ações do Grupo Demais ficou restrita as ações 144X-Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ), 145B-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ). Os resultados alcançados por estas ações em 2014 incluem o reembolso no valor de R\$ 7.277.903 à Libra Terminais Rio S/A referente à Obra de expansão do terminal 1 do Porto do Rio de Janeiro, o investimento na Construção de rede de abastecimento de água e obras civis no Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R\$ 467.719, Serviços de recuperação e melhorias do Sistema Integrado de Segurança – SIS – ISPS-CODE no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 335.988, Construção de redes de distribuição de energia elétrica nas instalações do Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R\$ 278.886, Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R\$ 255.299, além da Construção de rede de dutos de média tensão na área do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 30.662.

As demais ações integrantes do Grupo Demais não apresentaram execução em 2014. Os investimentos previstos para estas ações orçamentárias, entretanto, seguem em pleno desenvolvimento, conforme a posição apurada ao final do exercício de 2014 a seguir discriminada para cada ação orçamentária.

A ação 144X-Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com os projetos de Corte das Plataformas Internas dos Armazéns do Porto do Rio de Janeiro (RJ) e Recuperação dos pátios 8/9 e 9/10 do porto do Rio de Janeiro em análise em função da nova composição da tabela SINAPI. Assim, está em estudo a hipótese de elaborar um único Projeto Básico incluindo as obras de Corte das Plataformas, Recuperação dos pátios 8/9 e 9/10 e demolição do armazém 10 no Porto do Rio de Janeiro.

A ação 144Y- Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) pretende destinar R\$ 1.938.032 para a Recuperação da Pavimentação no Porto do Rio de Janeiro. O Projeto Básico está concluído e o processo está em fase de designação da Comissão Especial de Licitação - CEL com expectativa de contratação no primeiro trimestre de 2015.

A ação 144Z-Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ) projeta um investimento de R\$ 3.379.950 na Implantação de estacionamento do Porto de Itaguaí (RJ). A concorrência que visa a contratação dos serviços foi adiada “*sine die*”, uma vez constatada a necessidade de serem promovidas alterações e ajustes no Projeto Básico e nas Planilhas de Serviços, anexos do Edital. Os ajustes no Projeto Básico visam à inclusão de serviços apontados pelos licitantes como pertinentes, bem como, a atualização dos preços unitários. Os ajustes no

Editais foram concluídos no final do exercício e o processo foi encaminhado para a Comissão Especial de Licitação – CEL para instaurar a fase externa da licitação.

A ação 20HM- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário, apesar de não apresentar nenhum projeto em andamento no exercício, busca aprimorar a realização de estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.

A ação 7390-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) busca a Implantação de sinalização náutica de alto desempenho e durabilidade para a segurança da navegação nos canais e bacias de evolução do acesso aquaviário do Porto de Itaguaí. O projeto de Implantação da Sinalização Náutica do Canal Alternativo do Porto de Itaguaí (RJ) está com o Projeto Básico concluído e o orçamento estimado em R\$ 2.128.137. O edital de licitação para contratação dos serviços foi encaminhado ao Conselho de Administração da CDRJ para aprovação e posterior abertura do procedimento licitatório.

Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais integrou três ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ dispendo de R\$ 11.581.250 ou 7,66% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional. O cumprimento parcial das metas previstas traduziu-se em uma execução de R\$ 4.483.257 ou 2,97% do total da dotação aprovada. Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2014 envolvem desde o serviço de reformas e adaptações no prédio sede da Superintendência do Porto de Itaguaí (RJ) até as aquisições de material para Manutenção e Operação da Sinalização Náutica dos Portos, 06 veículos tipo pick-up, 03 refrigeradores de 01 porta, claviculário para 300 chaves em chapa de aço, forno microondas, suporte e telas para projeção, projetor multimídia, fragmentadora com cesto, suporte para TV LCD e tela de projeção elétrica, 01 calculadora eletrônica, persianas verticais e horizontais, 100 aparelhos de telefone, 01 balança eletrônica portátil, persiana, 01 estante de aço, 01 empilhadeira manual elétrica, 10 armários de aço, 20 purificadores de água, 04 aparelhos de ar condicionado de janela de 7.500 btus. 02 aparelhos de ar condicionado de janela de 10.000 btus, arquivo de aço, armário de segurança, 50 aparelhos telefônicos, 10 condicionadores de ar. Adicionalmente, os projetos de recuperação dos telhados dos armazéns do Porto do Rio de Janeiro, reforma da inspetoria do Porto do Rio de Janeiro e implantação de banheiros públicos no Porto do Rio de Janeiro encerraram o exercício em fase de procedimento licitatório e, portanto, têm previsão de execução apenas no exercício de 2015.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Não se aplica.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

| Denominação | Índice de Referência | Índice Previsto | Índice Observado | Periodicidade | Fórmula de Cálculo |
|--|----------------------|-----------------|------------------|---------------|--|
| Receita por Empregado | 31 | | 36 | Mensal | Receita operacional líquida / Nº de empregados |
| Receita por Metro Quadrado | 17 | | 20 | Mensal | Receita operacional líquida / Área operacional em m |
| Comprometimento das despesas com pessoal | 52 | | 48 | Mensal | Despesa com pessoal e encargos / Receita operacional líquida |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido | -78 | | -51 | Mensal | Lucro Líquido Contábil / Patrimônio Líquido |
| Execução Orçamento de Investimento | 3 | | 4,42 | Mensal | Valor realizado / Valor disponível |
| Inadimplência: das contas a pagar | 564 | | 470 | Mensal | Valores vencidos / Receita operacional líquida |
| Inadimplência: das contas a receber | 164 | | 63 | Mensal | Valores vencidos / Receita operacional líquida |
| Evolução da Movimentação - CDRJ | 101 | | 110 | Mensal | Total Movimentado Atual / Total Movimentado Período Anterior |
| Evolução do Número de Atracções | 107 | | 100 | Mensal | Nº atracções período atual / Nº atracções período anterior |
| Consignação Média | 9.641 | | 10.256 | Mensal | Toneladas Movimentadas / Quantidade de Atracções |
| Índice IALA - Eficácia Sinalização Náutica | 95% | | 98% | Mensal | Tempo de Operação Correta da Sinalização / Tempo Total de Operação Correta Desejável |
| Assiduidade | 95% | | 94% | Mensal | Nº de Horas Trabalhadas / Nº de Horas de Trabalho Previstas |
| Otimização de Hora-Extra | 2,6 | | 2,8 | Mensal | Dispêndio Total com Horas-extra / Total de Trabalhadores |

| | | | | | |
|---|---------------|--|---------------|--------|--|
| Acidentes de Trabalho | 0,3 | | 0,2 | Mensal | Total de Trabalhadores Acidentados / Total de Trabalhadores |
| Acidentes de Trabalho Fatais | 0 | | 0 | Mensal | Nº de Óbitos / Total de Trabalhadores Acidentados |
| Qualidade do Faturamento | 2 | | 0,3 | Mensal | Nº Faturas Emitidas com Erro / Nº de Faturas Emitidas |
| Valor do Comércio Internacional | 4.622.628.996 | | 4.297.498.141 | Mensal | Total de Imp. US\$ + Total de Exp. US\$ |
| Valor Agregado das Mercadorias | 858 | | 729 | Mensal | Total de Imp. US\$ + Total de Exp. US\$ / Toneladas Movimentadas |
| Evolução das Ocorrências de Roubos e Furtos | 1 | | 1 | Mensal | Nº Ocorrências Período Atual / Nº Ocorrências Período Anterior |
| Implantação SIGA | 63 | | 62,4 | Mensal | Valor Serv. Realiz (Medidos) até o período / Valor Serv Prev. (a ser Medido) até o per |
| Tempo de Resposta às Reclamações e Solicitações | 14 | | 18 | Mensal | Nº Dias p/ Resp às Recl. dos Usuar-Socied. |

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Não se aplica.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

| Unidade Orçamentária: | | Código UO: | | UGO: | |
|-----------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | |
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3- Outras Despesas Correntes | |
| PDG | Dotação proposta pela UO | 196.696.252 | 600.000 | 302.847.612 | |
| | Aprovado | 187.211.271 | 547.748 | 302.847.612 | |
| | 1ª Reprogram. Prop. pela UO | 214.523.929 | 547.748 | 313.726.674 | |
| | 1ª Reprogramação Aprovada | 214.523.929 | 547.748 | 313.726.674 | |
| | 2ª Reprogram. Prop. pela UO | 233.204.628 | 595.000 | 294.987.723 | |
| | 2ª Reprogramação Aprovada | 233.204.628 | 595.000 | 294.987.723 | |
| | Outras Operações | | | | |
| | Dotação final 2014 (A) | 233.204.628 | 595.000 | 294.987.723 | |
| | Dotação final 2013(B) | 177.842.186 | 553.835 | 293.819.714 | |
| Varição (B/A-1)*100 | 23,7% | 6,9% | 0,4% | | |
| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesa de Capital | | | 9 - Reserva de Contingência |
| | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6- Amortização da Dívida | |
| PDG | Dotação proposta pela UO | - | - | 301.115 | - |
| | Aprovado | - | - | 301.115 | - |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 637.284.408 | - | - | - |
| | PLOA | 469.484.408 | - | - | - |
| | LOA | 469.484.408 | - | - | - |
| CRÉDITOS | Suplementares | 2.439.000 | - | - | - |
| | Especiais | Abertos | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - |
| | Extraordinários | Abertos | - | - | - |
| | | Reabertos | - | - | - |
| Créditos Cancelados | (320.804.295) | - | - | - | |
| Outras Operações | | - | - | - | - |
| Dotação final 2014 (A) | | 151.119.113 | - | 301.115 | - |
| Dotação final 2013(B) | | 409.351.724 | - | 658.421 | - |
| Varição (A/B-1)*100 | | -63,0% | - | -118,7% | - |

6.1.1.1 Análise Crítica

Orçamento de Investimento 2014

O Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ foi fixado pela Lei nº 12.952 de 20/01/2014 – LOA/2014 no valor de R\$ 469.484.408. O detalhamento das ações foi publicado como Suplemento no Diário Oficial da União em 14/02/2014. A dotação aprovada pela LOA/2014 sofreu um decréscimo de R\$ 318.365.295 após as alterações orçamentárias ocorridas ao longo do ano, resultando em um valor aprovado final de R\$ 151.119.113. A execução do Orçamento de Investimento atingiu o montante de R\$ 14.104.548 ou 9,33 % do total da dotação aprovada em 2014.

Quadro – Dotação Aprovada 2014

| Fonte de Financiamento | Lei nº 12.952 de 20 / 01 / 2014 | Portaria nº 14 de 15 / 07 / 2014 | Decreto s/nº de 16 / 10 / 2014 | Decreto s/nº de 15 / 12 / 2 014 | MP nº 666 de 30 / 12 / 2014 | Dotação Aprovada |
|--------------------------------|---------------------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|
| Recursos Próprios | 28.288.001 | 0 | 0 | 2.439.000 | 0 | 30.727.001 |
| Geração Própria | 28.288.001 | 0 | 0 | 2.439.000 | 0 | 30.727.001 |
| Recursos Tesouro | 441.196.407 | 0 | 0 | (14.680.000) | (306.124.295) | 120.392.112 |
| Recursos Tesouro - Direto | 60.380.000 | 0 | 0 | (14.680.000) | 0 | 45.700.000 |
| Saldo de Exercícios Anteriores | 380.816.407 | (26.959.444) | 0 | 0 | (306.124.295) | 47.732.668 |
| Restos a Pagar | 0 | 26.959.444 | 0 | 0 | 0 | 26.959.444 |
| Total geral | 469.484.408 | 0 | 0 | (12.241.000) | (306.124.295) | 151.119.113 |

A dotação aprovada para o exercício, a despeito da redução ocorrida, mostrou-se aderente a programação de trabalho elaborada para o exercício, bem como compatível com a necessidade de financiamento dos projetos pretendidos pela CDRJ.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

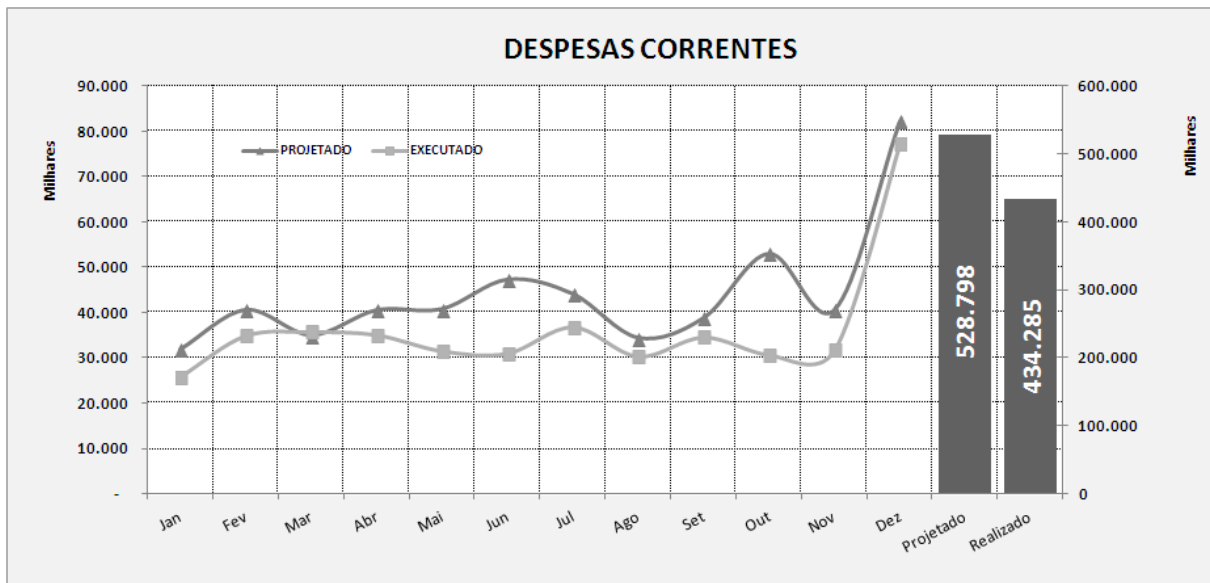
Quadro A.6.1.3. – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|------|-------------------|-------------------|--------------------|------|-------------------|-------------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| 241000 Pessoal | | | 211.074.276 | 171.843.228 | | | 211.036.437 | 178.586.620 |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 246000 Juros | | | 545.519 | 553.835 | | | 545.519 | 553.835 |
| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 243000 Serviços de Terceiros | | | 33.858.335 | 39.803.925 | | | 35.019.155 | 40.204.304 |
| 245000 Trib. e Enc. Parafiscais | | | 47.340.848 | 42.688.399 | | | 74.141.483 | 53.803.636 |
| 2490000 Outros Disp. Correntes | | | 135.649.246 | 148.185.850 | | | 120.502.070 | 126.033.097 |
| Demais elementos do grupo | | | 5.817.160 | 5.845.159 | | | 5.730.360 | 10.122.952 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 4. Investimentos | - | - | 14.104.548 | 19.584.800 | - | - | 10.463.747 | 19.221.356 |
| 222000 Investimentos | - | - | 14.104.548 | 19.584.800 | - | - | 10.463.747 | 19.221.356 |
| 5. Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6. Amortização da Dívida | - | - | 301.115 | 658.421 | - | - | 301.115 | 658.421 |
| 221000 Amortização | - | - | 301.115 | 658.421 | - | - | 301.115 | 658.421 |

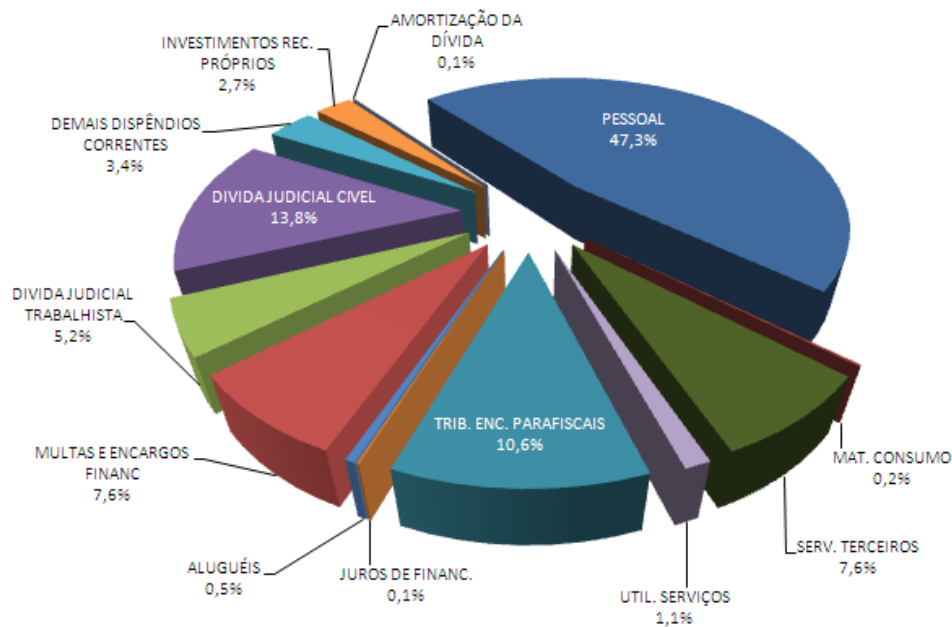
DESPESAS CORRENTES

A execução dos Dispêndios Correntes representou 82% da dotação aprovada do grupo (R\$ 528,8 milhões), alcançando R\$ 434,3 milhões.



Na composição desse gasto, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal, com 47% do total realizado com fonte de recursos próprios.

Representação % dos Dispêndios c/ Fonte de Recursos Próprios (Quadro 2).



6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

DISPÊNDIOS CORRENTES

PESSOAL

Dotação reprogramada de R\$ 233,2 milhões. Executado R\$ 211,1 milhões, correspondendo a 90,5% do total aprovado para o grupo. Em setembro, os salários foram reajustados em 6,37% conforme acordo coletivo, retroativo a jun/2014. Em outubro houve o pagamento de promoção por mérito/antiguidade retroativo a abr/2014. Em dezembro houve pagamento da primeira parcela do reenquadramento dos ex-empregados que recebem complementação de aposentadoria pela CDRJ.

MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 743,9 mil e R\$ 33,8 milhões, respectivamente. Apresentou baixa execução (15,0% e 39,7%) em relação ao limite aprovado. Em Material de Consumo foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado. Em Serviços de Terceiros, foram executados R\$ 13,7 milhões (42,1%) em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 13,2 milhão (37,6%) em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 5,7 milhão (16,6%) em Manutenção e Conservação e R\$ 1,2 milhão (3,7%) nos demais Serv. Terceiros. Apresentou um índice de dotação compromissada de 51%, com alguns processos em andamento administrativo e algumas ações sem indícios de iniciação.

ENCARGOS DIVERSOS

Dotação reprogramada de R\$ 205,4 milhões, com relevância aos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, e tributos diversos. Executados R\$ 188,6 milhões, que representa 91,8% da dotação aprovada para o grupo. Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções

Utilidades e Serviços – Valores executados de R\$ 5,1 milhão (73,7% do aprovado para o subgrupo), estando abaixo do previsto. Observou-se uma economia de despesa visto que compõem-se das contas de Energia Elétrica, Telefonia, Correios e Água e Esgoto.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 47,3 milhões (87,5% do total aprovado para o subgrupo), sendo:

R\$ 10,4 milhões correspondendo a Impostos e Taxas, (IPTU, IPVA, Foro, Licença Ambiental e outros); e

R\$ 36,9 milhões correspondendo a PIS e COFINS – regularizado até o mês de dezembro, com dados estimados a partir de agosto.

Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, referente à Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP). Executado R\$ 545,5 mil

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 34,4 milhões. Tendo uma execução de R\$ 23,1 milhões. A execução deve-se, principalmente, aos bloqueios direto na arrecadação.

Dívida Judicial Cível – Dotação reprogramada de R\$ 74,5 milhões e executado R\$ 61,4 milhões, desses, R\$ 57,9 milhões refere-se a bloqueios dos processos com o Instituto Portus, representando 82% do total executado neste subgrupo e, segundo a SUPFIN, estes processos encontram-se com a seguinte situação:

- Bloqueio Portus, processo nº 0105594-59.2004.8.19.0001 21ª VC/RJ:

Valor da condenação: R\$ 124,7 milhões

Valor Total Bloqueado: R\$ 97,0 milhões (fev/2012 a dez/2014)

Valor Bloqueado em 2014: R\$ 49,6 milhões

- Bloqueio Portus, processo nº 0038850-87.2001.8.19.0001 33ª VC/RJ

Valor da condenação: R\$ 30,0 milhões

Valor Total Bloqueado: R\$ 20,0 milhões (fev/2012 a dez/2014)

Valor Bloqueado em 2014: R\$ 8,2 milhões

Segundo a SUPFIN e a SUPJUR, permanece a dificuldade de quantificar o montante a ser bloqueado no exercício, visto que a CDRJ somente tem o conhecimento dos bloqueios após o fato consumado.

Em 2014, também foi pago R\$ 8,2 milhões da dívida referente à contribuição dos assistidos do Portus, do período de outubro/2010 a janeiro/2014, paga em 5 parcelas com término em agosto/14.

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 15,3 milhões, representando 82,9% da Dotação aprovada de R\$ 18,4 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e Contratos de Cessão de Crédito.

Aluguéis – Executados R\$ 2,0 milhão (59,9%). Registrados os contratos de características continuadas: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras, Sanitários Químicos e Imóveis.

GASTOS ACIMA DOS LIMITES APROVADOS

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 33,8 milhões. Apresentou uma execução de 256,3% da dotação aprovada de R\$ 13,2 milhões. Essa extrapolação ocorreu devido quitação antecipada de juros e multas decorrentes de parcelamentos de débitos tributários da CDRJ com a Receita Federal, com vencimentos em 2024 e 2029. Operação que representou uma economia atual de R\$ 118,8 milhões e projetada de R\$ 257,8 milhões. A regularização orçamentária dessa despesa foi realizada após o prazo final para solicitação de ajustes dos valores aprovados no PDG/2014.

DESPESAS DE CAPITAL

A execução global do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 14.104.548 ou 9,33% do total da dotação aprovada em 2014. A execução do Orçamento de Investimento indica um baixo aproveitamento da dotação aprovada, tanto para as ações com fonte em recursos do tesouro, quanto para as ações com fonte em recursos próprios. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a ótica das ações orçamentárias que compõem o Orçamento de Investimento da CDRJ subdivididas, de acordo com PPA 2012-2015, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2074 - Transporte Marítimo e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

Programa 2074-Transporte Marítimo

O programa 2074-Transporte Marítimo conta com dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 139.537.863 ou 92,3% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influenciou sobremaneira o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento. O desempenho aquém do esperado no acumulado até dezembro para o programa 2074-Transporte Marítimo evidenciou-se na execução de R\$ 9.621.291 ou 6,4% do total da dotação aprovada.

A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento, em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo PAC

O valor revelou-se aquém do programado em função, principalmente, da baixa execução das ações integrantes do Grupo PAC. As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC totalizaram R\$ 83.429.783 ou 55,2% dos valores aprovados em 2014. Os valores executados para este grupo de ações atingiu o montante de R\$ 974.834 ou 0,6% do total da dotação aprovada.

As principais causas para o desempenho insatisfatório deste grupo de ações pode ser atribuída à interrupção dos serviços previstos pela ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ), bem como a demora nos procedimentos licitatórios da ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ).

O cancelamento do projeto da ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ) privou a CDRJ de um investimento total de R\$ 240.700.772 no porto do Rio de Janeiro. O valor subdividia-se em dois projetos, quais sejam: construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no porto do Rio de Janeiro e gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro. Já a demora nos procedimentos licitatórios da ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) retardou um investimento de R\$ 171.674.306 através dos serviços de Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro e do Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro.

Outras questões também contribuíram para a execução aquém do esperado como é o caso da demora nos procedimentos licitatórios das ações 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios e 14KL-Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária. O primeiro previsto para ser realizado através do RDC presencial nº 001/2014 com recebimento e abertura das propostas marcado para o dia 10/12/2014. A CDRJ adiou a data da reunião inaugural para 24/02/2015, conforme Aviso de Prorrogação publicado no D.O.U em 27/01/2015, ocasião em que serão recebidas as propostas técnicas e de preços. Já o segundo teve o Pregão Eletrônico nº 35/2014 destinado à aquisição de equipamentos de tecnologia de informação publicado em 14/10/2014 com abertura das propostas marcada para 29/10/2014. O processo, porém, em virtude de questionamentos feitos por diversas empresas foi postergado até que a área técnica elaborasse as respostas para dirimir as dúvidas dos potenciais interessados. Os questionamentos foram atendidos e o processo seguiu a fim de dar prosseguimento à contratação no exercício de 2015.

Ademais, a inclusão de quatro ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ainda em fase de estudos, e que somaram R\$ 11.250.000 ou 7,4% do total da dotação aprovada, contribuiu para prejudicar o desempenho geral do Orçamento de Investimento da CDRJ.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo Demais

As sete ações integrantes do Grupo Demais somaram R\$ 56.108.080 ou 37,1% do total da dotação aprovada. Ainda que a participação das ações deste grupo no contexto geral do Orçamento de Investimento não seja expressiva, os valores executados não se mostraram satisfatórios, atingindo o montante de R\$ 8.646.457 ou 5,7% do total da dotação aprovada. A baixa execução observada para as ações do Grupo Demais contribuiu para o desempenho aquém do esperado para o Orçamento de Investimento da CDRJ no exercício de 2014.

Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O programa destina-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional da CDRJ, sem agregar projetos relevantes. As três ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 11.581.250 ou 7,7% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento. A execução deste grupo de ações atingiu o montante de R\$ 4.483.257 ou 2,9% do total da dotação aprovada.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

| Publicidade | Programa/Ação Orçamentária (*) | Valores Empenhados | Valores Pagos |
|-------------------|--------------------------------|--------------------|---------------|
| Institucional | 243.330,00 | 0 | 0 |
| Legal | 243.310,00 | 426.042,97 | 426.042,97 |
| Mercadológica | 243.320,00 | 169.578,90 | 169.578,90 |
| Utilidade Pública | 243.350,00 | 0 | 0 |

6.5 Transferências de Recursos

Não houve, no Exercício de 2014, transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso e transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

| Tipologia dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1.Servidores em cargos efetivos(1.1 + 1.2) | | | | |
| 1.1.Membros de poder e agentes políticos | | | | |
| 1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | | 889 | | |
| 1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão | | 886 | 19 | 16 |
| 1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório | | | | |
| 1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | | 3 | 5 | 16 |
| 2.Servidores com Contratos Temporários | | | | |
| 3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública | | 12 | | |
| 4.Total de Servidores(1+2+3) | 915 | 901 | | |

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

| Tipologias dos Cargos | Lotação Efetiva | |
|--|-----------------|----------|
| | Área Meio | Área Fim |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | | |
| 1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4) | | |
| 1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 702 | 181 |
| 1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | |
| 1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório | | |
| 1.1.4. Servidores requisitados dos outros órgãos e esferas | 3 | |
| 2. Servidores com Contratos temporários | | |
| 3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública | 15 | |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 720 | 181 |

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação Efetiva | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|-----------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | | | | |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | | | | |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | 50 | | 1 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | | 4 | | 1 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | | 11 | 5 | 15 |
| 1.2.5. Aposentados | | | | |
| 2. Funções Gratificadas | | | | |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | | 33 | | 1 |
| 2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado | | | | |
| 2.3 Servidores de outros órgãos e esferas | | | | |
| 4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | | 98 | | |

Análise Crítica

- A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade jurisdicionada;

O quantitativo de pessoal próprio da CDRJ observou o limite de 915 empregados, de acordo com a Portaria nº 10, de 06/04/2010, do DEST/SE/MP.

- Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados;

Não houve avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim, tampouco do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados.

- Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada, prioritariamente, por servidores mais velhos;

A CDRJ não sofreu impacto dessa natureza, haja vista que seus empregados não são submetidos ao Regime Jurídico Único, mas contou, como força de trabalho, com 196 empregados que se encontram aposentados por tempo de serviço.

- Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UJ.

Houve demanda de força de trabalho, repostada – por prioridade de atendimento -, quando do surgimento de vagas, decorrentes de afastamentos decorrentes de rescisão de contrato, o que impôs dificuldades para determinados órgãos cujos trabalhos não sofreram solução de continuidade pelo compromisso de seus gestores e equipes.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Para exercer plenamente o papel institucional de Autoridade Portuária, a CDRJ definiu as competências de aprendizagem fundamentais e essenciais à manutenção de suas atividades fim, assim como de suas atividades meio.

Após realizar o levantamento das necessidades de treinamento (anexo I), buscou-se alinhar a matriz de treinamento ao planejamento estratégico (visão, missão, negócios, ações, objetivos, macroprocessos organizacionais e Planos Diretores).

Desta forma, o LNT obteve um total de solicitação de 186 cursos, distribuídos conforme (anexo I).

Dos 186 solicitados no LNT, a CDRJ, ao longo de 2014, contratou e inscreveu seus empregados em 138 cursos, distribuídos abaixo, segundo as atividades fundamentais ao exercício de Autoridade Portuária:

| ÁREA DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA | TOTAL DE CURSOS | TOTAL DE EMPREGADOS CAPACITADOS | TOTAL DE HORAS EM CAPACITAÇÃO (h) |
|--|-----------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 4 | 5 | 82 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 7 | 47 | 481 |
| AUDITORIA | 4 | 4 | 94 |
| CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 6 | 23 | 893 |
| CONTÁBIL | 7 | 7 | 80 |
| DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | 4 | 7 | 126 |
| ÉTICA PÚBLICA | 2 | 2 | 50 |
| FINANCEIRO | 1 | 1 | 8 |
| GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 5 | 5 | 143 |
| GESTÃO DE CONTRATOS DE TI | 1 | 8 | 192 |
| GESTÃO DE PROJETOS | 1 | 20 | 300 |
| GESTÃO DO TREINAMENTO CORPORATIVO | 1 | 8 | 120 |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 14 | 29 | 644 |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA | 4 | 10 | 240 |
| GESTÃO PORTUÁRIA | 6 | 9 | 688 |
| JURIDICO | 2 | 2 | 72 |
| LICITAÇÕES E CONTRATOS | 8 | 48 | 1016 |
| LOGISTICA | 1 | 2 | 48 |
| MARKETING | 1 | 4 | 96 |
| MEIO AMBIENTE | 3 | 3 | 68 |
| ORÇAMENTO PÚBLICO | 2 | 42 | 1137 |
| OUVIDORIA | 1 | 1 | 16 |
| PATRIMÔNIO PÚBLICO | 3 | 7 | 144 |
| PREGÃO | 2 | 7 | 162 |

| | | | |
|-------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|
| QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO | 3 | 11 | 265 |
| RECURSOS HUMANOS | 7 | 12 | 210 |
| REDAÇÃO OFICIAL | 3 | 50 | 1100 |
| SEGURANÇA DO TRABALHO | 3 | 10 | 142 |
| SEGURANÇA PORTUÁRIA | 7 | 37 | 1024 |
| SINDICÂNCIA | 4 | 5 | 88 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 16 | 122 | 2431 |
| TELECOMUNICAÇÕES | 1 | 1 | 24 |
| TREINAMENTO COMPORTAMENTAL | 3 | 62 | 1170 |
| EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO | 1 | 18 | 36 |
| TOTAIS | 138 cursos | 629 empregados | 13.489(h) |

A classificação e denominação dos cursos contratados estão no Anexo II.

Os motivos intervenientes que impossibilitaram a companhia de alcançar a totalidade dos cursos solicitados no LNT foram;

- Cursos que não obtiveram quórum mínimo para formação de turma;
- Falta de verba para pagamento de viagem e diárias;
- Férias e/ou licenças médicas dos stakeholders;
- Cancelamento de cursos por parte da ministradora;
- Quantidade mínima de empregados para a manutenção do serviço da área.

Anexo I – Levantamento de necessidades de Treinamento

| CURSO | SETOR | EMPRESA |
|--|--------------|----------------|
| 03 CURSOS DE INFORMÁTICA - WORD, EXCEL e POWER POINT | CDRJ | |
| 06 CURSOS EM PESQUISA DE PREÇO PARA REALIZAÇÃO IN COMPANYY | CDRJ | |
| ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS | CDRJ | |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CDRJ | |
| PREPOSTO TRABALHISTA | CDRJ | |
| 5ª Ed. Gestão do Conhecimento e Inovação da Estratégia aos Resultados | CEPORT | SGBC |
| ENTREVISTA DE SELEÇÃO POR COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS | CEPORT | IDEMP |
| FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CEPORT | IN COMPANYY |
| II CONGRESSO BRASILEIRO DE CONCURSO PUBLICO | CEPORT | ERX BRASIL |
| LEGISLAÇÃO TRAB E PREVIDENCIARIA APLICADA A RH | DIAPES | IDEMP |
| ANÁLISE AVANÇADA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | DICONT | IDEMP |
| ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DAS EMPRESAS (ANÁLISE DE BALANÇO) | DICONT | CENOFISCO |
| CURSO AVANÇADO: ANÁLISE DE BALANÇOS PREVISTOS NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - MCASP | DICONT | ONE CURSOS |
| DIRF 2014 - REGRAS PARA RETENÇÃO E PREENCHIMENTO | DICONT | CENOFISCO |
| FECHAMENTO DE BALANÇO (PMPL/DOAR/DLPA) E ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | DICONT | sem previsão |
| GESTÃO DA TESOURARIA E DO FLUXO DE CAIXA | DICONT | CENOFISCO |
| IRPJ 2014 - Definir pois existem vários tipos de curso | DICONT | ñ localizado |

| | | |
|--|--------|--|
| LUCRO REAL - COMO APURAR EM 2014 | DICONT | CENOFISCO |
| LUCRO REAL 2014 (PROCEDIMENTOS P/APURAÇÃO) | DICONT | CENOFISCO |
| PLANEJAMENTO E CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA E CAPITAL DE GIRO | DICONT | CENOFISCO |
| PRESTAÇÕES DE CONTAS TCU | DICONT | ñ localizado |
| SPED CONTÁBIL - ECD, FCONT E A NOVA EFD-IRPJ | DICONT | CENOFISCO |
| SPED FISCAL - SPED CONTÁBIL - EFD CONTRIBUIÇÕES (CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES) | DICONT | CENOFISCO |
| ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES | DINFOR | IDEMP |
| BÁSICO DE TRIBUTAÇÃO | DINFOR | IDEMP |
| CISSP - CERTIFIED INFORMATION SYSTEMS SECURITY PROFESSIONAL | DINFOR | CLAVIS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO |
| COMO PROCEDER NAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS DE TERCEIROS NA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | DINFOR | IDEMP |
| FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE PARA NÃO CONTADORES | DINFOR | IDEMP |
| MS 10135A: CONFIGURING, MANAGING AND TROUBLESHOOTING MICROSOFT EXCHANGE SERVER 2010 | DINFOR | ALLEN RIO SERV. E COM. DE INFORMÁTICA LTDA |
| MS 10233A: DESIGNING AND DEPLOYING MESSAGING SOLUTIONS WITH MICROSOFT EXCHANGE SERVER 2010 | DINFOR | ALLEN RIO SERV. E COM. DE INFORMÁTICA LTDA |
| MS 10508: PLANNING, DEPLOYING, AND MANAGING MICROSOFT EXCHANGE SERVER 2010 UNIFIED MESSAGING | DINFOR | ALLEN RIO SERV. E COM. DE INFORMÁTICA LTDA |
| PREVENÇÃO E COMBATE A FRAUDE NA TERCEIRIZAÇÃO | DINFOR | IDEMP |
| TREINAMENTO VMWARE VSPHERE: INSTALL, MANAGE 5.5 | DINFOR | ALLEN RIO SERV. E COM. DE INFORMÁTICA LTDA |
| TREINAMENTO VMWARE VSPHERE: INSTALL, MANAGE 5.5 | DINFOR | ALLEN RIO SERV. E COM. DE INFORMÁTICA LTDA |
| WORKSHOP ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS | DIRARH | |
| DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | DISERG | ONE CURSOS |
| ADMINISTRAÇÃO DE FROTA (JONATHAN, JUNIOR E ARLINDO) | DISERG | |
| REPACTUAÇÃO, REVISÃO E REAJUSTE DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | DISERG | |
| ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA (JONATHAN, JUNIOR) | DISERG | |
| FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (TAUANA) | DISERG | |

| | | |
|---|--------|-------------------|
| WORD AVANÇADO (ARLINDO) | DISERG | |
| EXCEL AVANÇADO (JONATHAN, INGRID) | DISERG | |
| WORD E EXCEL BÁSICO (ADILSON) | DISERG | |
| APRENDA A SE MANIFESTAR EM DILIGENCIAS, CITAÇÕES, SOLICITAÇÕES DE AUDITORI E REQUISIÇÕES DO TCU E CGU | DIVCOL | ONE CURSOS |
| CONTRATOS WEEK - ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | DIVCOL | NEGOCIOS PUBLICOS |
| COTAÇÃO ELETRONICA DE PREÇOS NO PORTAL DO COMPRASNET | DIVCOL | ONE CURSOS |
| CURSO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE TI. NOVOS ENTENDIMENTOS DO TCU SOBRE TEMAS POLEMICOS | DIVCOL | ONE CURSOS |
| CURSO PRATICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PREGAO PRESENCIAL E ELETRONICO E REGISTRO DE PREÇO | DIVCOL | ONE CURSOS |
| SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRARS E SERVIÇOS - COMO PLANEJAR, JULGAR A LICITAÇÃO E GERIR A ATA E O CONTRATO | DIVCOL | ZENITE |
| SRP WEEK - ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS | DIVCOL | NEGOCIOS PUBLICOS |
| A GESTAO DA DOCUMENTAÇÃO ELETRONICA | DIVDOC | IDEMP |
| A GESTAO DOCUMENTAL EM PROCESSOS DE TRABALHO | DIVDOC | IDEMP |
| ARQUIVOS CORRENTES E PROTOCOLO | DIVDOC | AAB |
| COMO RESUMIR, INDEXAR E CLASSIFICAR DOCUMENTOS | DIVDOC | CONSULTRE |
| FORMAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PROCESSUAL ADMINISTRATIVA | DIVDOC | CONSULTRE |
| FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE VOCABULARIO CONTROLADO | DIVDOC | AAB |
| GESTAO DE DOCUMENTOS ELETRONICOS | DIVDOC | CONSULTRE |
| GESTAO DE DOCUMENTOS, ARQUIVOS E CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES | DIVDOC | ONE CURSOS |
| ORGANIZAÇÃO DE ACERVO FOTOGRAFICO | DIVDOC | AAB |
| ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS: CONTABIL, FISCAL, DEPERTAMENTO PESSOAL E ADMINISTRATIVO | DIVDOC | ñ localizado |
| QUALIDADE NO ATENDIMENTO A CLIENTES | DIVDOC | IDEMP |
| REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS E ELABORAÇÃO DE RELATORIOS E PARECERES TECNICOS | DIVDOC | ONE CURSOS |
| ATIVO IMOBILIZADO - CENOFISCO | DIVPAT | CENOFISCO |
| CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, MONITORAMENTO E | DIVPAT | IDEMP |

| | | |
|---|--------|--------------|
| AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | |
| CURSO COMPLETO DE ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS OBRIGATORIOS DE LICITAÇÃO (PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERENCIA) | DIVPAT | IN COMPANY |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | DIVPAT | IN COMPANY |
| PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DESFAZIMENTO DE BENS | DIVPAT | ONE CURSOS |
| PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | DIVPAT | IDEMP |
| ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA | DIVPAT | |
| DESENVOLVIMENTO DE ANALISTA DE BENEFÍCIOS | SETBEN | INTEGRAÇÃO |
| GESTÃO DE CONTAS A RECEBER | SETCOB | IBMEC |
| GESTÃO DE PESSOAS | SETCOB | |
| GESTÃO DO TEMPO | SETCOB | |
| GESTÃO DE DOCUMENTOS E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS | SUPFIN | IDEMP |
| LOGÍSTICA PORTUÁRIA | DISERI | ñ localizado |
| ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS | DISERI | ñ localizado |
| SINALIZAÇÃO NAUTICA (FAROLEIRO) | DISERI | MARINHA |
| NR 10 | DISERV | sem previsão |
| PARAMETRIZAÇÃO DE MEDIDORES SAGA 1000 | DISERV | sem previsão |
| INGLÊS BÁSICO | GERNIT | |
| LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA | GERNIT | |
| SEGUROS CONTRATUAIS - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO | DICOFI | ñ localizado |
| CURSOS DE ACESSIBILIDADE TERRESTRE E MARÍTIMA, PLANEJAMENTO PORTUÁRIO E PREVISÃO DE DEMANDA | DIDEPO | ñ localizado |
| AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA (PERÍCIA VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS) | DIMACO | CONPEJ |
| ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E TERMO DE REFERENCIA | DIMACO | IN COMPANY |
| ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA APLICADA | DIMACO | ADEMIRJ |
| FEIRAS DE NEGÓCIOS: COMO OBTER SUCESSO NA EXPOSIÇÃO DE SUA EMPRESA | DIMACO | ESPM |
| FUNDAMENTOS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | DIMACO | IN COMPANY |

| | | |
|---|--------|-------------------|
| RELATORIOS, PARECERES E NOTAS TECNICAS | DIMACO | IDEMP |
| TABELA DINAMICA NO EXCEL | DIPLAN | IDEMP |
| SINDICANCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR | DIPLOR | DA SILVA E ALVES |
| SINDICANCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR | DIVETA | DA SILVA E ALVES |
| ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | DICONS | ZENITE |
| APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES | DICONS | ZENITE |
| AVANÇADO DE TRIBUTAÇÃO | DICONS | IDEMP |
| AVANÇADO SOBRE LICITAÇÕES | DICONS | CAPACITAR |
| BÁSICO DE TRIBUTAÇÃO | DICONS | IDEMP |
| COMO PLANEJAR A CONTRATAÇÃO E ESTRUTURAR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS CONTÍNUOS | DICONS | IN COMPANY |
| CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | DICONS | ZENITE |
| CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA E INEXIGIBILIDADE E SRP | DICONS | NEGÓCIOS PÚBLICOS |
| CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES | DICONS | ZENITE |
| DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES | DICONS | sem previsão |
| DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TEMAS POLÊMICOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU | DICONS | sem previsão |
| DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - COMO FORMALIZAR O PROCEDIMENTO E GERIR OS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA | DICONS | ZENITE |
| ELABORAÇÃO DE ACORDOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - COMPREENDENDO REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | DICONS | IDEMP |
| ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS | DICONS | CONSULTRE |
| ESTRUTURAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATOS | DICONS | IDEMP |
| LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA | DICONS | ZENITE |
| MELHORES PRÁTICAS PARA A FISCALIZAÇÃO EFICIENTE DOS CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | DICONS | ZENITE |
| O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO E O DECRETO 7892/13 | DICONS | sem previsão |

| | | |
|--|--------|-------------------|
| OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - DO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO ATE A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS | DICONS | ZENITE |
| OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMO FISCALIZAR E PREVENIR A RESPONSABILIDADE TRABALHISTA | DICONS | sem previsão |
| REVISAO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | DICONS | ZENITE |
| TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DESAFIOS, TEMAS POLEMICOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU | DICONS | sem previsão |
| 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS | DICTRA | NP EVENTOS |
| CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIROS UTILIZANDO O SISTEMA COMPRASNET | DICTRA | NEGOCIOS PUBLICOS |
| COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA IN 02/08 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUOS | DICTRA | ZENITE |
| GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO (<i>IN COMPANY</i>) | DICTRA | IDEMP |
| LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEMAS POLEMICOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES | DICTRA | ZENITE |
| OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ACORDO COM A LEI 8666/93 E O RDC - UM PARALELO ENTRE REGIMES | DICTRA | ZENITE |
| OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV I | DICTRA | ORZIL |
| OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV II | DICTRA | ORZIL |
| PREGAO WEEK - ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGAO | DICTRA | NEGOCIOS PUBLICOS |
| GESTAO AMBIENTAL NO TRANSPORTE TERRESTRE DE PRODUTOS PERIGOSOS | DIVGAM | SABESP |
| INVENTARIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA - SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E PÚBLICA | DIVGAM | SABESP |
| PERCEPCAO E COMUNICAÇÃO DE RISCO EM EMERGENCIAS QUIMICAS NA REMEDIAÇÃO DE AREAS CONTAMINADAS E EM OUTROS EPISODIOS CRITICOS | DIVGAM | CEBEST |
| TECNICAS DE INVESTIGAÇÃO DE AREAS CONTAMINADAS - PARTE 1 - SOLO | DIVGAM | SABESP |
| 54º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO | ESPD | LTR |
| ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS | ESPD | ORZIL |
| PRATICO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, SINDICANCIA E | ESPD | ONE CURSOS |

| | | |
|---|--------|-----------------------------------|
| INQUÉRITO LEI 8112/90 | | |
| XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO | ESPD | IBDT |
| REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS E RELATORIOS ATUALIZADOS PELO NOVO ACORDO ORTOGRAFICO E MANUAL | GABPRE | ONE CURSOS |
| CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM OUVIDORIA PUBLICA | OUVGER | ABONACIONAL |
| CURSO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS | OUVGER | ABONACIONAL |
| AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PUBLICO | SUPAUD | ONE CURSOS |
| AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: COMO AUDITAR, CONTROLAR E PREVINIR | SUPAUD | ELO |
| AUDITORIA GOVERNAMENTAL | SUPAUD | ELO |
| AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO SETOR PÚBLICO | SUPAUD | PRIME TREINAMENTOS |
| AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | SUPAUD | ONE CURSOS |
| CONTABILIDADE PUBLICA COM A NOVA VISAO DO PLANO DE CONTAS E DEPRECIACÃO PATRIMONIAL | SUPAUD | PRIME TREINAMENTOS |
| CONTABILIDADE PUBLICA E SEUS ASPECTOS PATRIMONIAIS E LEGAIS | SUPAUD | ONE CURSOS |
| ENTENDENDO AS RETENÇÕES NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | SUPAUD | ONE CURSOS |
| E-SOCIAL - A FOLHA DE PAGAMENTO NO SPED | SUPAUD | ONE CURSOS |
| GESTÃO DE MATERIAIS, SUPRIMENTOS, COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | SUPAUD | ONE CURSOS |
| LICITAÇÕES E CONTRATOS COM ÊNFASE NA DOUTRINA E JURISPRUDENCIA DO TCU | SUPAUD | |
| WORKSHOP ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS | SUPAUD | CONEXXOES |
| CFTV CONTROLE DE ACESSO INTEGRADOS | SUPGUA | BEST SITEMAS |
| COMBATE EM AMBIENTE CONFINADO | SUPGUA | TIRO TATICO |
| COMO PROTEGER AS ORGANIZAOES DOS RISCOS CORPORATIVOS | SUPGUA | BRASILIANOS E ASSOCIADOS |
| CONDUTA DE PATRULHA | SUPGUA | TIRO TATICO |
| CURSO AUDITORIA EM INSTALAÇÃO PORTUARIAS | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE ANTITERRORISMO | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE CONTRA INTELIGENCIA EM INTELIGENCIA DE ESTADO | SUPGUA | INTELIGENCIA OPERACIONAL CONSULT. |

| | | |
|---|--------|--------------------------------------|
| CURSO DE DEFESA TONFA | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE EXTENSAO EM ANALISE E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES | SUPGUA | PENTAGON TREINAMENTOS |
| CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTOR DE ARMAMENTO E TIRO | SUPGUA | TIRO TATICO |
| CURSO DE FORMAÇÃO SSP | SUPGUA | COMPORTOS/MIN.JUSTIÇA |
| CURSO DE GERENCIAMENTO DE AMEAÇA DE BOMBA | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE GERENCIAMENTO DE AMEAÇA DE BOMBA | SUPGUA | ABRAPAM |
| CURSO DE INTELIGENCIA EMPRESARIAL | SUPGUA | ASD |
| CURSO DE INTELIGENCIA PARA GESTORES DE SEGURANÇA | SUPGUA | PENTAGON TREINAMENTOS |
| CURSO DE PRIMEIRO NEGOCIADOR PARA INSPETORES | SUPGUA | SUPGUA |
| CURSO SSP CDRJ | SUPGUA | ASD |
| DIREÇÃO TATICA/ ANTI-SEQUESTRO PARA SITUAÇÕES DE ALTO RISCO | SUPGUA | TEEZ BRASIL/SC |
| ENTREVISTA OPERACIONAL | SUPGUA | INTELIGENCIA OPERACIONAL CONSULT. |
| EPPAR - ESPECIALISTA EM PROTEÇÃO PESSOAL DE ALTO RISCO | SUPGUA | ASD |
| EPPAR - ESPECIALISTA EM PROTEÇÃO PESSOAL DE ALTO RISCO | SUPGUA | TEEZ BRASIL/SC |
| ESTRATEGIA E INTELIGENCIA NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO | SUPGUA | DATA SECURITY |
| EXPOSEC - SP | SUPGUA | EXPOSEC |
| EXTREME COMBAT PISTOL | SUPGUA | ASD |
| FORMAÇÃO DE AUDITORES EM ISPS-CODE | SUPGUA | COMPORTOS/MIN.JUSTIA |
| FORUM HSM GESTAO EM LICENÇA | SUPGUA | HSM |
| GESTAO E ANALISE DE RISCOS ESTRATEGIA EM CONFORMIDADE COM A ISSO 31000 | SUPGUA | BRASILIANOS E ASSOCIADOS |
| IMOBILIZAÇÕES TATICAS | SUPGUA | TIRO TATICO |
| INVESTIGAÇÃO EM FRAUDES EMPRESARIAIS | SUPGUA | BRASILIANOS E ASSOCIADOS |
| PLANEJAMENTO EM CFTV A DIGITALIZAÇÃO | SUPGUA | BRASILIANOS E ASSOCIADOS |
| PROCESSOS DA SEGURANÇA PATRIMONIAL | SUPGUA | BRASILIANOS E ASSOCIADOS |

| | | |
|---|--------|----------------|
| RECICLAGEM SSP CDRJ | SUPGUA | MIN. JUSTIÇA |
| TECNICAS DE INVESTIGAÇÃO | SUPGUA | TIRO TATICO |
| TIRO EMBARCARDO PARA INSPETORES | SUPGUA | TEEZ BRASIL/SC |
| USO E APLICAÇÃO DA TASER | SUPGUA | ASD |
| VIP PROTECTION | SUPGUA | TIRO TATICO |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL) | SUPMAM | |
| RESIDUOS SÓLIDOS (ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL) | SUPMAM | |
| AUDITO+A2:A216RIA AMBIENTAL (ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL) | SUPMAM | |

Anexo II – Cotejo entre cursos realizados e a área de atuação

| CURSO | ÁREA DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA | CARGA HORÁRIA |
|---|-----------------------------|---------------|
| ADMISSÃO DE EMPREGADOS PELAS - EMPRESAS - PROCEDIMENTOS LEGAIS ESSENCIAIS | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 8 |
| ANÁLISE DE CENÁRIOS: FERRAMENTAS DE INTELIGENCIA, MARKETING E PLANEJAMENTO | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 16 |
| CÁLCULO DE VERBAS TRABALHISTAS | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 8 |
| ESOCIAL (EFD-SOCIAL, SPED-FOLHA) E DCTF-PREV | ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 25 |
| CURSO DE REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 24 |
| DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 8 |
| DIÁLOGO PÚBLICO - GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 8 |
| ENCONTRO NACIONAL DE SECRETARIADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 16 |
| FUNÇÃO CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 16 |

| | | |
|---|---|----|
| II CONGRESSO BRASILEIRO DE EMPRESAS ESTATAIS | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 16 |
| SEMINÁRIO DIRARH DE DESENVOLVIMENTO, PRÁTICAS E RESULTADOS ORGANIZACIONAIS | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 9 |
| Análise de Processos Aplicada à Auditoria e aos Controles Internos | AUDITORIA | 16 |
| AUDI I NIVEL BÁSICO | AUDITORIA | 32 |
| AUDI II NIVEL INTERMEDIÁRIO | AUDITORIA | 32 |
| CONBRAI | AUDITORIA | 14 |
| CURSO DA NR 10 - COMPLEMENTAR - SEP (SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA) | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 40 |
| CURSO DE FORMAÇÃO DE AUDITOR LÍDER EM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA - SGI - ABNT NBR ISO 9001:2008, ABNT NBR ISO ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007 | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 44 |
| INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MÉDIA TENSÃO - módulo I - NBR 14039 | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 32 |
| INSTALAÇÕES ELETRICAS DE MÉDIA TENSÃO - módulo II - NBR 15751 | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 32 |
| NR 10 BÁSICO | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 40 |
| NR 10 BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS DE ELETRECIDADE | CERTIFICAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS | 40 |
| BÁSICO DE TRIBUTAÇÃO | CO NTÁBIL | 9 |
| COMO PROCEDER NAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS DE TERCEIROS NA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | CONTÁBIL | 16 |
| CURSO BÁSICO DE TRIBUTAÇÃO | CONTÁBIL | 16 |
| CURSO BÁSICO DE TRIBUTAÇÃO | CONTÁBIL | 8 |
| DIRF 2014 | CONTÁBIL | 8 |
| NOVA LEI Nº 12.973/2014 (CONVERSÃO DA MP Nº 627/2013) E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS NOVAS REGRAS TRIBUTÁRIAS - IN 1.469 | CONTÁBIL | 8 |
| RETENÇÕES DE TRIBUTOS DE TERCEIROS NA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | CONTÁBIL | 16 |
| DESENVOLVIMENTO DE POTENCIAIS LIDERES | DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | 16 |

| | | |
|---|--|----|
| LIDERANÇA DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO | DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | |
| NEGOCIAÇÃO ESTRATÉGICA E GESTÃO DE CONFLITOS | DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | 24 |
| SEMINÁRIO NEGOCIAÇÃO ESTRATÉGICA | DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | 16 |
| TRÂNSITO SEGURO - COMPROMISSO DE TODOS | EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO | 2 |
| FORMAÇÃO PARA COMISSÃO DE ÉTICA | ÉTICA PÚBLICA | 25 |
| GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA | ÉTICA PÚBLICA | 25 |
| ADMINISTRAÇÃO DO CONTAS A PAGAR, CONTAS A RECEBER E TESOURARIA | FINANCEIRO | 8 |
| GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS | GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 16 |
| GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRONICOS | GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 24 |
| GESTÃO INTEGRAL DE DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO COMO REQUISITO PARA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVISTA | GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 24 |
| SIMPÓSIO NO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA | GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 55 |
| GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO | GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO | 55 |
| SEMINARIO NACIONAL CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PELA ADM PUB | GESTÃO DE CONTRATOS DE TI | 24 |
| GERENCIAMENTO DE PROJETOS | GESTÃO DE PROJETOS | 15 |
| MULTIPLICADORES DE TREINAMENTO | GESTÃO DO TREINAMENTO CORPORATIVO | 15 |
| A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES E NOTAS TÉCNICAS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 20 |
| ANÁLISE DE PLANILHA DE CUSTOS NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 16 |

| | | |
|--|--|----|
| CONTRATO: REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NORMAS APLICÁVEIS, JURISPRUDÊNCIA DO TCU E PROCEDIMENTOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 16 |
| CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 24 |
| FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 36 |
| FRAUDES EM LICITAÇÕES E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS E A NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 16 |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TI - RJ | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 16 |
| LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEMAS POLÊMICOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 24 |
| REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS: EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 16 |
| REFLEXOS DA DESONERAÇÃO DO INSS NOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DE SERVIÇOS CONTÍNUOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 8 |
| SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 34 |
| SEMINÁRIO MELHORES PRÁTICAS PARA FISCALIZAÇÃO EFICIENTE DOS CONTRATOS | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 24 |
| SEMINÁRIO-"O QUE MUDA NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM AS ALTERAÇÕES DA NI n°. 02/08. | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 24 |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA ADM PUBLICA | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 24 |
| ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE ORÇAMENTO DE OBRAS COM O NOVO SINAPI | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA | 16 |
| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE | 24 |

| ENGENHARIA | SERVIÇOS DE ENGENHARIA | |
|---|--|-----|
| INSPEÇÃO, AVALIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE CONCRETO E DE EDIFICAÇÕES, | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA | 40 |
| ORÇAMENTO DE OBRA PÚBLICA | GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA | 24 |
| ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA PORTUÁRIA E INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAIS | GESTÃO PORTUÁRIA | 16 |
| ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA PORTUÁRIA E INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAIS | GESTÃO PORTUÁRIA | 16 |
| APEC-ANTWERP FLANDERS PORT TRAINING CENTER | GESTÃO PORTUÁRIA | 40 |
| PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PORTUÁRIA | GESTÃO PORTUÁRIA | 184 |
| SEMINÁRIO SOBRE SERVIÇOS PORTUÁRIOS | GESTÃO PORTUÁRIA | 32 |
| TREINAMENTO EM GESTÃO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS | GESTÃO PORTUÁRIA | 16 |
| A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO E A HORIZONTALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SEC XXI | JURIDICO | 48 |
| RECURSOS CÍVEIS NO ATUAL CPC E NO CPC PROJETADO | JURÍDICO | 24 |
| ANALISE DE MERCADO E METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 16 |
| APLICAÇÃO DAS SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADES DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 16 |
| COMO ELABORAR PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 24 |
| CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 16 |
| DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 16 |
| ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMOS DE REFERÊNCIA RJ | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 24 |
| SEMINARIO NACIONAL ZENITE - TEMAS APLICADOS E RELEVANTES SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 24 |
| TERMO DE REFERÊNCIA E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | LICITAÇÕES E CONTRATOS | 24 |
| ADMINISTRAÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS. PLANEJAMENTO, LOGISTICA DE MANUTENÇÃO E CUSTOS OPERACIONAIS | LOGISTICA | 24 |

| | | |
|---|-------------------------------|----|
| FEIRAS DE NEGÓCIOS: COMO OBTER SUCESSO NA EXPOSIÇÃO DE SUA EMPRESA | MARKETING | 24 |
| CURSO DE PERCEPÇÃO E COMUNICAÇÃO DE RISCO EM EMERGÊNCIAS QUÍMICAS, NA REMEDIAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS E EM OUTROS EPISÓDIOS CRÍTICOS | MEIO AMBIENTE | 20 |
| GESTÃO AMBIENTAL NO TRANSPORTE TERRESTRE DE PRODUTOS PERIGOSOS | MEIO AMBIENTE | 32 |
| INVENTÁRIO DE GASES EFEITO ESTUFA: SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E PÚBLICA | MEIO AMBIENTE | 16 |
| ORÇAMENTO PUBLICO | ORÇAMENTO PÚBLICO | 30 |
| SEMINÁRIO DE ORÇAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS | ORÇAMENTO PÚBLICO | 27 |
| GESTAO DE CONFLITOS EM OUVIDORIAS | OUVIDORIA | 16 |
| SIMPOSIO NACIONAL DE PATRIMONIO PUBLICO E GESTAO DE ESTOQUES | PATRIMÔNIO PÚBLICO | 24 |
| CURSO DE GESTÃO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO | PATRIMÔNIO PÚBLICO | 24 |
| GESTÃO DE MATERIAIS, SUPRIMENTOS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO | PATRIMÔNIO PÚBLICO | 16 |
| 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS | PREGÃO | 26 |
| Capacitação e Formação de Pregoeiros Utilizando o Sistema Comprasnet | PREGÃO | 16 |
| ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO | 24 |
| HIGIENE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - QVT. | QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO | 24 |
| II CONGRESSO BRASILEIRO DE CONCURSO PÚBLICO | QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO | 25 |
| CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA ATUAR NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS | RECURSOS HUMANOS | 8 |
| ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL | RECURSOS HUMANOS | 35 |
| Entrevista de Seleção por Competências Comportamentais | RECURSOS HUMANOS | 16 |
| EVP SUMMIT - PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO DO EMPREGADO | RECURSOS HUMANOS | 16 |

| | | |
|---|--------------------------|-----|
| INDICADORES DE DESEMPENHO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NA ADM. PUB. | RECURSOS HUMANOS | 24 |
| PRÁTICA E GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS | RECURSOS HUMANOS | 16 |
| WORKSHOP GESTÃO DO DESEMPENHO | RECURSOS HUMANOS | 16 |
| REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS | REDAÇÃO OFICIAL | 24 |
| REDAÇÃO EMPRESARIAL | REDAÇÃO OFICIAL | 20 |
| REDAÇÃO OFICIAL - EXIGÊNCIA DE QUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES COM FOCO NO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA | REDAÇÃO OFICIAL | 24 |
| FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO E PERFIL PDICOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO | SEGURANÇA DO TRABALHO | 8 |
| III CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA NO TRABALHO | SEGURANÇA DO TRABALHO | 30 |
| SEMINÁRIO PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS EM TERMINAIS DE MOVIMENTAÇÃO DE AÇUCAR | SEGURANÇA DO TRABALHO | 16 |
| ARMAMENTO E TIRO | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 24 |
| BÁSICO DE INTELIGENCIA | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 40 |
| COMBRASE 2014 | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 24 |
| CURSO DE TIRO | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 14 |
| CURSO ESPECIAL DE INTELIGENCIA | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 120 |
| FORMAÇÃO DE INSTRUTOR DE ARMAMENTO E TIRO | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 120 |
| FORUM INTELIGENCIA DE MERCADO | SEGURANÇA PORTUÁRIA | 16 |
| 54º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO | SINDICÂNCIA | 25 |
| CURSO DE SINDICANCIA E PROCESSO DISCIPLINAR | SINDICÂNCIA | 14 |
| III ENCONTRO DE CORREGEDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL | SINDICÂNCIA | 16 |
| XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DISCIPLINAR | SINDICÂNCIA | 19 |
| CA ARCSERVE BACKUP IMPLEMENTATION AND ADMINISTRATION | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 40 |
| CISSP - CERTIFIED INFORMATION SYSTEMS SECURITY PROFESSIONAL | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 40 |

| | | |
|---|----------------------------|----|
| ELABORAÇÃO DO PDTI | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 26 |
| EXCEL AVANÇADO | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| EXCEL AVANÇADO 2010 - PORTUGUÊS | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| EXCEL BÁSICO 2010 - PORTUGUÊS | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 16 |
| METRICAS E INDICADORES DE TI | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 16 |
| MS100774 - QUERYING MICROSOFT SQL SERVER 2012 | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 40 |
| MS100775 - QUERYING MICROSOFT SQL SERVER 2012 - módulo II | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 40 |
| PLANILHA DINÂMICA NO EXCEL | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 8 |
| RELATÓRIOS GERENCIAIS COM RECURSOS DO EXCEL | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 24 |
| UTILIZAÇÃO DO OUTLOOK 2013 | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 25 |
| VMWARE VSPHERE | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 40 |
| WORD AVANÇADO 2010- PORTUGUÊS | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| WORD BÁSICO 2010- PORTUGUÊS | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| WORD AVANÇADO | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| TELECOMUNICAÇÕES PARA NÃO ESPECIALISTAS | TELECOMUNICAÇÕES | 24 |
| EXCELENCIA EM SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | TREINAMENTO COMPORTAMENTAL | 16 |
| GESTÃO DE MUDANÇAS | TREINAMENTO COMPORTAMENTAL | 15 |
| INTELIGENCIA EMOCIONAL NAS RELAÇÕES PESSOAIS E CORPORATIVAS | TREINAMENTO COMPORTAMENTAL | 24 |

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|---|-------------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|--|---------------------------------|---|-----------------------|------------|----------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | | | | | | | | | | |
| | 2013 | | | | | | | | | | |
| Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 49.475.354,23 | 4.373.040,84 | 7.064.870,09 | 8.136.514,54 | 21.557.817,51 | 4.038.885,83 | 56.484,99 | 8.544.083,31 | 294.015,07 | 103.541.066,41 |
| | 2013 | 45.026.315,04 | 3.620.422,10 | 6.297.235,58 | 7.190.683,89 | 19.364.236,44 | 3.698.113,26 | 95.938,07 | 14.928.679,72 | 122.611,81 | 100.344.235,91 |
| Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 2.531.229,42 | 1.072.505,63 | 303.121,26 | - | 185.779,52 | 95.501,79 | 1.113,28 | 1.261.911,18 | - | 5.451.162,08 |
| | 2013 | 3.063.151,83 | 1.233.919,55 | 368.507,91 | | 245.797,08 | 165.281,35 | 13.211,21 | 428.560,88 | | 5.518.429,81 |
| Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | | | | | | | | | | |
| | 2013 | | | | | | | | | | |
| Servidores cedidos com ônus | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 8.858.854,14 | 8.129,85 | 1.068.495,15 | 2.718.353,05 | 1.253.498,11 | 205.376,88 | 4.008,74 | 1.360.991,48 | 37.459,77 | 15.515.167,17 |
| | 2013 | 8.221.051,27 | 29.809,45 | 999.594,47 | 2.549.262,00 | 1.107.345,25 | 235.865,65 | 7.082,45 | 3.123.956,87 | | 16.273.967,41 |
| Servidores com contrato temporário | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | | | | | | | | | | |
| | 2013 | | | | | | | | | | |

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

No ato de admissão, o empregado declara, por meio do Termo de Responsabilidade, que não ocupa duplo emprego, comprometendo-se a comunicar qualquer alteração que vier a acontecer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos e empregos.

b) Tipos de controle implementados e periodicidade de revisão;

O Termo de responsabilidade citado na alínea “a” é utilizado para fins de controle. Não há periodicidade de revisão, haja vista que o empregado se responsabiliza em comunicar qualquer alteração, relativa ao assunto, que vier a acontecer em sua vida funcional.

c) A propriedade dos controles implementada em termos de utilidade e eficiência;

Depende da veracidade das informações prestadas pelo empregado e do Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac.

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Não houve casos de acumulação indevida no quadro de pessoal da CDRJ.

Providências adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve casos de acumulação indevida no quadro de pessoal da CDRJ.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

A Companhia Docas do Rio de Janeiro não possui servidores terceirizados em seu quadro.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A CDRJ não realiza pesquisas formais sobre os motivos da rotatividade de pessoal, no entanto, percebe-se, nitidamente, que os empregados que solicitam desligamento, em sua maioria o fazem, considerada a convocação para melhores oportunidades de emprego, atrelada a compensação por maiores salários, e, ainda, à estabilidade possibilitada pelo Regime Jurídico Único.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo:** Relação entre o número de horas não trabalhadas e o número de horas trabalhadas

Nº de horas trabalhadas: 1.981.720

Nº de horas não trabalhadas: 165.143

O percentual médio mensal de absenteísmo de 8,33 % foi motivado por licença médica, licença remunerada (concessão de cinco dias a cada 12 meses de exercício por meio de cláusula pactuada no Acordo Coletivo de Trabalho), falta injustificada e atraso.

- **Acidentes de Trabalho:** Relação entre o total de empregados e o número de empregados acidentados

Nº de empregados: 901

Nº de empregados acidentados: 2

| 2014 | 2013 | Δ% |
|------|------|-----|
| 0,2 | 0,1 | 0,1 |

- **Rotatividade (turnover)**

Nº de empregados admitidos: 24

Nº de empregados egressos: 16

Cálculo do turnover:

Média de entrada + saída = $(24 + 16)/2 = 20$

Total de empregados = 901

Logo, $20/901 = 0,022197 \times 100 = 2,21\%$ de turnover.

- **Educação continuada**

O processo de educação continuada na CDRJ emergiu a partir do reconhecimento da necessidade de qualificação contínua dos empregados. Neste sentido, a CDRJ manteve, no exercício de 2014, foco no processo educativo continuado, por meio dos incentivos à educação formal nos cursos de ensino: médio, superior, pós-graduação ou técnico-profissional, pactuados em Acordo Coletivo de Trabalho, bem como através do Programa de Capacitação de Pessoal, vislumbrando alcançar a qualificação dos empregados, necessária ao alcance das metas organizacionais.

- **Disciplina**

No exercício de 2014 foram concluídos 8 processos administrativos disciplinares, envolvendo 12 empregados, não sendo aplicadas penalidades.

- **Assiduidade:** Relação entre o nº de horas trabalhadas e o nº de horas trabalhadas previstas

Nº de horas trabalhadas: 1.981.720

Nº de horas trabalhadas previstas: 2.080.840

| 2014 | 2013 | $\Delta\%$ |
|------|------|------------|
| 95,2 | 95,5 | -0,3 |

- **Otimização de Hora-Extra:** Relação entre o dispêndio total com hora-extra e o dispêndio total da folha

Dispêndio total com hora-extra: R\$ 3.256.553,06

Dispêndio total da folha: R\$ 116.792.680,11

| 2014 | 2013 | $\Delta\%$ |
|------|------|------------|
| 2,8 | 3,3 | -0,5 |

- **Acidentes de trabalho fatais:** Relação entre o número de óbitos e o total de trabalhadores acidentados:

Nº de óbitos: 0

Nº de acidentados: 2

| 2014 | 2013 | $\Delta\%$ |
|------|------|------------|
| 0 | 1 | -1,0 |

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|----|----|----|---|---|----------|
| Nome: Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: | | | | | | | CNPJ: 42.266.899/0001-28 | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Situação |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2010 | L | O | C-SUPJUR 110/2010 | 01.435.248/0001-48 | 30/12/14 | 29/12/15 | 64 | 64 | 10 | 10 | - | - | P |
| 2013 | V | O | C-SUPJUR 033/2013 | 31.242.852/0001-19 | 15/04/14 | 14/04/15 | 28 | 26 | - | - | - | - | P |
| 2014 | V | O | C-SUPJUR 089/2014 | 31.242.852/0001-19 | 02/10/14 | 01/10/15 | 20 | 8 | | | | | A |
| <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Contrato C-SUPJUR 110/2010 está no 5º (Quinto) Termo Aditivo; - O Contrato C-SUPJUR 033/2013 está no 2º (Segundo) Termo Aditivo; - No Contrato C-SUPJUR 033/2013 a Vigilância é contratada por postos de trabalho Diurno e Noturno. Cada turno compreende 1 (um) Posto de trabalho, totalizando 7 Postos Diurnos e 7 Postos - - Noturnos, todos 12X36. (Temos 7 Postos Diurnos e 6 Postos Noturnos instalados até a presente data); - No Contrato C-SUPJUR 089/2014 a Vigilância é contratada por postos de trabalho Diurno e Noturno. Cada turno compreende 1 (um) Posto de trabalho, totalizando 5 Postos Diurnos e 5 Postos Noturnos, todos 12x36. (Temos 2 Postos Diurnos e 2 Postos Noturnos instalados até a presente data); | | | | | | | | | | | | | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> | | | | | | | | | | | | | |

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|---|---|---|---|----------|
| Nome: Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: | | | | | | | CNPJ: 42.266.899/0001-28 | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Situação |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2013 | Transporte | O | C-SUPJUR 086/2013 | 32.305.500/0001-28 | 10/10/14 | 09/10/15 | - | - | - | - | - | - | P |
| Observações: Este contrato tem como finalidade o transporte de empregado da CDRJ. | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA Área: <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transporte; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outros. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

A Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2 não se aplica à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | | | | | |
| 1.1 Área Fim | 5 | 6 | 10 | 9 | 66.200,00 |
| 1.2 Área Meio | 32 | 33 | 40 | 38 | 325.280,00 |
| 2. Nível Médio | | | | | |
| 2.1 Área Fim | 27 | 23 | 24 | 32 | 121.850,00 |
| 2.2 Área Meio | 19 | 18 | 18 | 22 | 85.945,00 |
| 3. Total (1+2) | 83 | 80 | 92 | 101 | 599.275,00 |
| Análise Crítica | | | | | |

7.3 Medidas adotadas para revisão dos contratos das empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A CDRJ criou por meio da Portaria DIRPRE n° 027/2014, datada de 14/02/2014, uma Comissão Técnica para elaborar relatório contendo as informações necessárias para o cumprimento do Ofício Circular n° 01/2014/MP/SE/DEST, referente ao Acórdão n° 2859/2013-TCU-Plenário, no qual o TCU expõe a necessidade da revisão dos contratos de prestação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal, em razão da redução de custo obtida por fornecedores como resultado da desoneração da força de pagamento concedida pelo Plano Brasil Maior (art. 7° da Lei 12.546/2011 e do art. 2° do Decreto 7.828/2012).

A Comissão Técnica realizou diligências internas e externas com o fim de levantar quais as empresas contratadas pela CDRJ que seriam beneficiárias da desoneração da folha de pagamento, por força da legislação citada acima.

Foi revisado pela Comissão um total de 71 contratos dos quais 33 apontados pelas Superintendências em um primeiro levantamento e outros 38 em um segundo momento. A Comissão identificou 39 contratos, cujos objetos estariam inseridos no art. 7° da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2° do Decreto 7.828/2012, e que totalizam um valor de R\$ 265.624.581,08. Entretanto, apenas 14 contratos estariam sujeitos à revisão num valor estimado de R\$ 668.682,83. Cabe ressaltar que desses 14 contratos, 3 apresentam desequilíbrio para o fornecedor.

Com a suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do acórdão n° 2859/2013-TCU-Plenário, a CDRJ encontra-se no aguardo da decisão final do mérito pelo Tribunal para poder dá sequência as determinações do TCU.

Relação de contratos

| ITEM | CONTRATADA | CNPJ | Nº DO CONT./PROC.ADM | OBJETO | CONTRATO | ADITIVOS | VALOR - R\$ | Redução Valor |
|------|---------------------------------------|--------------------|--|---|----------------------------|----------------------------|--------------|---------------|
| 1 | G.A. de Souza Instalações LTDA.-ME | 02.799.390/0001-37 | C-SUPJUR Nº 061/2012 - P.A. 25.603/2011 - CV 07/11 | Recuperação de Marquise do Armazém7 e e retirada das Marquises dos Armazéns 8 e fo 10 ao 17. | 22/06/12 A 22/09/2012 | - | 140.141,99 | - |
| 2 | Geodrill Engenharia LTDA. | 02.592.069/0001-87 | C-SUPJUR Nº 069/2013 - P.A. 18.144/2012 - PE 36/12 | Carcaterização Geológica - GeotécnicA do Corpo Rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí | 13/08/13 A 12/10/2013 | - | 397.000,00 | 31.760,00 |
| 3 | Rodocon Construções Rodoviárias LTDA. | 30.090.575/0001-03 | C-SUPJUR Nº 020/2009 - P.A. 14.033/2008 - CO 05/08 | Manutenção do Sistema Viário do Porto de Itaguaí | 29/04/09 A 29/04/2010 | 05/05/12 A 04/05/2013 | 771.866,15 | - |
| 4 | Rodoplex Engenharia LTDA. | 01.950.243/0001-53 | C-SUPJUR Nº 069/2008 - P.A. 16.968/2007 - CO 03/07 | Serviço Manutenção dos Dispositivos de Segurança Viária para os Portos do RJ e Itaguaí | 27/08/08 A 27/08/2009 | 15/09/12 A 14/09/2013 | 412.033,31 | - |
| 5 | Torres Engenharia e Consultoria Ltda. | 01.815.999/000190 | C-SUPJUR Nº 047/2012 - P.A. 16.934/2011 - CO 07/11 | Construção de rede de dutos de média tensão na area do cais S.Cristóvão | 15/05/2012 A 15/05/2013 | 03/09/2013 A 05/10/2013 | 1.986.151,33 | - |
| 6 | Trigonal Engenharia Ltda. | 32.040.529/0001-25 | C-SUPJUR Nº 068/2013 - P.A. 15.301/2012 - PE 14/13 | Serviço Engenharia p/Implantação da Identificação visual da portaria principal do porto de Itaguaí | 13/08/2013 a 13/10/2013 | 23/10/2013 a 23/10/2014 | 187.166,57 | 14.973,33 |
| 7 | Alcon Engenharia de Sistemas Ltda. | 58.062.365/0001-20 | C-SUPJUR Nº 082/2008 - P.A. 9.873/2008 - PE 25/08 | Locação de equipamentos de radicomunicação convencional, em UHF e VHF para operarem nos Portos. | 12/09/2008 a 12/09/2010 | 12/09/2013 a 12/09/2014 | 144.904,63 | - |

| | | | | | | | | |
|----|---|--------------------|---|--|----------------------------|---|----------------|------------|
| 8 | Construtora Coefer Ltda. | 02.950.594/0001-27 | C-SUPJUR N° 069/2012 - P.A. 3.372/2010 - CO 01/11 | Manutenção do Sistema Viário do Porto do Rio de Janeiro | 10/07/2012 a 10/07/2013 | 06/08/2013 a 06/08/2014 | 2.132.433,74 | 87.074,37 |
| 9 | Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. | 33.146.648/0001-20 | C-SUPJUR N° 017/2013 - P.A. 27.438/2010 - CO 08/11 | Serviço de engenharia consultiva para gerenciamento e fiscalização das obras de construção do Pier de atracação destinado a navios de passageiros no Porto do RJ. | 18/02/2013 a 18/02/2015 | Obs.: Construção Suspensa c/ pagto até out/2013 | 17.442.913,99 | - |
| 10 | Consórcio Rio Y Mar - | 17.557.503/0001-65 | C-SUPJUR N° 015/2013 - P.A. 14.646/2010 - CO 06/10 | Construção do Píer de atracação destinados a navios de passageiros no Porto do RJ. | 07/02/2013 a 07/04/2016 | Obs.: Construção Suspensa c/ pagto até out/2013 | 223.257.859,52 | - |
| 11 | Construport de Itaguaí Materiais de Construção e Empreiteira de Obras Ltda. | 11.609.085/0001-26 | C-SUPJUR N° 036/2013 - P.A. 2.173/2012 - PE 14/12 | Serviço de Engenharia p/Reformas e Adaptações no Prédio sede da Superintendência de Itaguaí | 03/05/2013 a 03/08/2013 | 11/11/2013 a 10/01/2014 | 238.000,00 | 19.040,00 |
| 12 | Edil Engenharia Ltda. | 33.852.096/0001-75 | C-SUPJUR N° 031/2009 - P.A. 8.561/2008 - CO 06/08 | Engenharia e manutenção na rede elétrica do Porto do RJ | 09/06/2009 a 09/06/2010 | 03/07/2013 a 02/07/2014 | 2.327.262,81 | 224.562,44 |
| 13 | Edil Engenharia Ltda. | 33.852.096/0001-75 | C-SUPJUR N° 028/2009 - P.A. 14.035/2008 - CO 10/08 | Manutenção elétrica e iluminação viária do Porto de Itaguaí | 01/06/2009 a 01/06/2010 | 21/06/2013 a 21/06/2014 | 808.547,67 | 79.896,96 |
| 14 | Expernet Telemática Ltda (Netsolutions) | 65.549.479/0001-65 | C-SUPJUR N° 057/2011 - P.A. 20.700/2010 - PE 10/11 | Recuperação e manutenção do Sistema Integrado de Segurança - SIS - ISPS Code | 03/08/2011 a 03/08/2012 | 29/01/2014 a 28/05/2015 | 2.399.500,00 | - |

| | | | | | | | | |
|----|--|--------------------|--|--|-------------------------|-------------------------|--------------|-----------|
| 15 | Prosper 2008 Comércio, Serviços de Refroma e manutenção Predial Ltda.-ME | 10.316.433/0001-04 | C-SUPJUR N° 080/2013 - P.A. 26.740/2011 - PE 04/13 | Serviços de Engenharia p/Recuperação de cabines e Portões do RIOPOR | 16/09/2013 a 16/09/2014 | 28/02/2014 a 28/04/2014 | 123.829,90 | - |
| 16 | Rio Interport Consult Engenharia Ltda. - EPP | 72.164.593/0001-32 | C-SUPJUR N° 111/2010 - P.A. 24.212/2009 - CO 03/10 | Manutenção e Operação da sinalização náutica dos Portos da CDRJ | 30/12/2010 a 30/12/2011 | 16/01/2014 a 16/01/2015 | 2.142.937,24 | - |
| 17 | Rio Interport Consult Engenharia Ltda. - EPP | 72.164.593/0001-32 | C-SUPJUR N° 013/2013 - P.A. 19.692/2012 - PE 28/12 | Pintura, montagem e lançamento de boias de sinalização no Porto do RJ | 07/02/2013 a 07/06/2013 | | 29.000,00 | - |
| 18 | Construtora WV Ltda. | 03.589.880/0001-71 | C-SUPJUR N° 013/2012 - P.A. 10.372/2011 - CV 03/11 | Construção de cerca metálica para Pátio Porto RJ | 27/01/2012 a 27/04/2012 | | 83.932,50 | - |
| 19 | Construtora WV Ltda. | 03.589.880/0001-71 | C-SUPJUR N° 028/2012 - P.A. 13.216/2008 - TP 07/08 | obras complementares do prédio do porto de Itaguaí | 26/03/2012 a 26/08/2012 | 08/10/2012 a 08/12/2012 | 696.960,03 | - |
| 20 | INDUSTRIA DE SOFTWARE E SOLUÇÕES | 05.056.597/0001-00 | C-SUPJUR N° 068/2012 - P.A. 10.352/2012 - I.L. 04/12 | Atualização tecnologica do sistema SISCORP pela empresa star soft | 03/07/2012 A 03/12/2012 | | 293.608,00 | 20.747,84 |
| 21 | ARCON INFORMÁTICA | 00.417.120/0001-99 | C-SUPJUR N° 092/2012 - P.A. 14.962/2012 - PE 22/12 | Fornecimento Licença uso programa antivírus, antispymware e antispam | 13/09/2012 a 23/09/2012 | | 234.790,00 | - |
| 22 | CALMA INFORMÁTICA | 00.869.125/0001-52 | C-SUPJUR N° 107/2010 - P.A. 19.018/2010 - PE 25/10 | Manutenção corretiva evolutiva, suporte técnico, treinamento e customização ao sist. SUPERVIA DE DADOS | 28/12/2010 a 28/12/2011 | 27/12/2013 a 27/12/2014 | 498.500,00 | -1.290,00 |
| 23 | E R SIMBRA DISTRIB.CONST.REFORMAS | 09.121.931/0001-12 | C-SUPJUR N° 117/2011 - P.A. 14.411/2011 - PE 16/11 | Serv.Engenharia p/fornecimentos e Instalação piso das escadas e corrimão Sede CDRJ | 28/12/2011 A 28/02/2012 | | 89.000,00 | - |

| | | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|--------------------|--|---|-------------------------|-------------------------|------------|------------|
| 24 | W. TEC. SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA | 40.255.358/0001-80 | C-SUPJUR Nº 119/2012 - P.A. 10.226/2012 - PE 13/12 | Serv. Engenharia para Instalação aparelhos ar condicionado | 27/12/2012 a 27/02/2013 | | 4.300,00 | - |
| 25 | W. TEC. SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA | 40.255.358/0001-80 | C-SUPJUR Nº 066/2013 - P.A. 10.226/2012 - PE 13/12 | Serv. Engenharia para Instalação aparelhos ar condicionado | 09/08/2013 a 09/01/2014 | | 45.922,00 | - |
| 26 | W. TEC. SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA | 40.255.358/0001-80 | C-SUPJUR Nº 030/2013 - P.A. 10.226/2012 - PE 13/12 | Serv. Engenharia para Instalação aparelhos ar condicionado | 02/04/2013 a 02/10/2013 | | 34.820,00 | - |
| 27 | CEQUI SERVIÇOS LTDA - ME | 01.431.082/0001-91 | C-SUPJUR Nº 066/2012 - P.A. 10.955/2011 - PE 31/11 | Serv.Engenharia p/Reforma dos banheiros e copas Sede CDRJ c/fornec de materiais e equipam. | 03/07/2012 a 03/12/2012 | | 405.998,00 | - |
| 28 | CEQUI SERVIÇOS LTDA - ME | 01.431.082/0001-91 | C-SUPJUR Nº 051/2012 - P.A. 5.616/2012 - PE 05/12 | Serviço Engenharia p/Recuperação e pintura empena cega Sede CDRJ | 24/05/2012 a 10/07/2012 | | 53.759,99 | - |
| 29 | NAVELE EMPREEND. E SERVIÇOS LTDA | 29.762.861/0001-99 | C-SUPJUR Nº 094/2013 - P.A. 25.687/2013 - D.L. 29/13 | Serv. Engenharia p/Instalação de forro de gesso e luminarias 5º and sede | 08/11/2013 a 08/03/2014 | 07/01/2014 a 22/01/2014 | 24.692,88 | 1.481,57 |
| 30 | NAVELE EMPREEND. E SERVIÇOS LTDA | 29.762.861/0001-99 | C-SUPJUR Nº 010/2011 - P.A. 21.712/2010 - PE 27/10 | Manutenção Preventiva e corretiva das Instalações Prediais e bens móveis e imóv da CDRJ | 04/03/2011 a 04/03/2012 | 28/02/2014 A 28/07/2014 | 843.340,00 | 148.089,87 |
| 31 | V. W. REFRIGERAÇÃO E REFORMAS LTDA ME | 40.447.088/0001-09 | C-SUPJUR Nº 093/2013 - P.A.7.622/2013 - PE 17/13 | Manutenção preventiva e corretiva, limpeza mecânica e higienização de dutos e medição dos padrões de qualidade do ar nos aparelhos ar condicionados das instalaç CDRJ | 30/10/2013 a 30/10/2014 | | 923.999,99 | - |

| | | | | | | | | |
|----|-------------------------------|--------------------|--|--|-----------------------------|----------------------------|--------------|-----------|
| 32 | ARQFORMA CONSTRUÇÕES LTDA | 09.148.711/0001-82 | C-SUPJUR Nº 010/2013 - P.A. 4.418/2011 - PE 43/12 | Serv. Engenharia p/Reforma e readequação instalações na sede | 25/01/2013 A 25/04/2013 | 13/12/2013 A 13/01/2014 | 171.080,00 | 6.843,20 |
| 33 | WALKAM CLIMATIZAÇÃO | 03.117.803/0001-19 | C-SUPJUR Nº 089/2009 - P.A. 19.521/2009 - PE 40/09 | Serviço de Manutenção eletromecânica preventiva e corretiva aparelhos ar condicionados | 24/11/2009 a 24/11/2010 | 10/05/2013 A 24/07/2013 | 350.406,00 | - |
| 34 | MÓDULO ENGENHARIA CONSULT. | 05.926.726/0001-73 | C-SUPJUR Nº 033/2011 - P.A. 26.802/2010 - PE 08/2011 | Fornecimento e instalação de novos elevadores no Edifício Porto Rio e serv manut prev/corretiva. | 27/05/2011 a 27/10/2011 | 10/05/2013 a 27/05/2015 | 389.900,00 | -38,03 |
| 35 | EMBRATEL | 33.530.486/0001-29 | C-SUPJUR Nº 012/2012 - P.A. 20.562/2011 - PE 23/2011 | Serv. Transmissão de dados, voz e imagem através de Rede IP Multiserviços | 27/01/2012 a 27/01/01/13 | 24/01/2014 a 24/01/2015 | 590.903,70 | - |
| 36 | Geodrill Engenharia LTDA. | 02.592.069/0001-87 | C-SUPJUR Nº 034/2011 - P.A. 11.647/2011 - DL 15/2011 | Carcaterização Geológica - GeotécnicA do Corpo Rochoso existente no canal de acesso ao Porto RJ | 30/05/2011 a 30/07/2011 | - | 397.000,00 | - |
| 37 | PORTUBRÁS ENGENHARIA | 03.347.240/0001-55 | C-SUPJUR Nº 032/2014 - P.A. 13.769/2012 - CO 05/2012 | CONSTRUÇÃO DE REDE DE ABATECIMENTO DE ÁGUA E OBRAS CIVIS NO PORTO ITAGUAÍ | 29/04/2014 a 29/04/2015 | | 497.719,14 | - |
| 38 | RODOCON CONST. RODOVIAR. | 30.090.575/0001-03 | C-SUPJUR Nº 032/2009 - P.A. 5802/2009 - PE 15/2009 | Serviço de coleta, transporte e destinação de lixo e resíduos | 10/06/2009 a 10/06/2010 | 05/06/2014 a 05/06/2015 | 350.400,00 | 35.541,28 |
| 39 | MGI TECNOGIN MICROGRAFICA | 32.364.390/0001-75 | C-SUPJUR Nº 023/2014 - P.A. 29.710/2013 - ADES 01/2014 | Gestão documental p/execuç de serv. De organização arquivística, preparo e higienização doctos... | 14/03/2014 a 14/03/2015 | | 3.702.000,00 | - |

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA CDRJ | |
|------------------------|----------------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2014 | EXERCÍCIO 2013 |
| BRASIL | UF 1 -RIO DE JANEIRO | | |
| | Rio de Janeiro | 31 | 40 |
| | Itaguaí | 2 | 2 |
| | Angra dos Reis | 6 | 6 |
| | Niterói | 6 | 6 |
| Subtotal Brasil | | 45 | 54 |
| EXTERIOR | Não há | zero | zero |

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | | DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA CDRJ |
|------|-----------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|--|
| | | | | Valor Histórico | Data de Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção | |
| CDRJ | 6001.0120306-10 | 2 | 3 | 2.643,40 | | | | | Rua Benedito Otoni, Fundos dos nºs 52 e 60 |
| CDRJ | 6001.0120308-81 | 2 | 3 | 7.843,07 | - | - | - | - | Rua Benedito Otoni, Fundos dos nºs 62 e 64 |
| CDRJ | 6001.0120305-39 | 6 | 4 | 21.786,29 | - | - | - | - | Ilha Braço Forte, do - BAÍA DE GUANABARA |
| CDRJ | 6001.0020852-33 | 23 | 4 | 41.285,24 | - | - | - | - | Av Brasil, s/nº lado par, lote 2 do PAL 45197,prolongamento da Rua da Igrejinha esquina com rua Eduardo Luiz Lopez |
| CDRJ | 6001.0021183-44 | 2 | 3 | 452.036,06 | - | - | - | - | Av. Brasil entre Rua Odilon Braga (antiga Rua Bonfim) e Rua Almte. Mariath. |
| CDRJ | 6001.0120315-00 | 18 | 4 | 27.886,45 | - | - | - | - | Av. Brasil 921/921A |
| CDRJ | 6001.0120322-30 | 2 | 3 | 2.225.910,08 | - | - | - | - | Cais do Cajú (Av Rio de Janeiro, 780) |
| CDRJ | não tem | 18 | 3 | 1.815,52 | - | - | - | - | Praia do Cajú, 420 |
| CDRJ | 6001.0019885-40 | 2 | 3 | 3.086,00 | | | | | Praia do Cajú, 674 |
| CDRJ | 6001.0035604-23 | 11 | 4 | 11.632,09 | - | - | - | - | Rua Cristo, Santo, 33 (Em fase de regularização junto à SPU) |
| CDRJ | 6001.0118206-41 | 2 | 3 | 2.110.811,95 | - | - | - | - | Cais de São Cristóvão - paralelo à Av. Rio de Janeiro. |
| CDRJ | 6001.0025027-99 | 18 | 3 | 14.958,02 | - | - | - | - | Rua Equador, 650/680 (antigo 296) |
| CDRJ | 6001.0120299-56 | 18 | 4 | 8.278,79 | - | - | - | - | Rua Equador, 752 (antigo 300) |
| CDRJ | não tem | 2 | 3 | - | - | - | - | - | Fazenda Arapuçaia Guassu - Sepetiba |
| CDRJ | 5865.0005225-49 | 2 | 3 | - | - | - | - | - | Av. Feliciano Sodré, s/n - área 5 (Em fase de regularização junto à SPU) |

| | | | | | | | | | |
|------|-----------------|---|---|--------------|---|---|---|---|---|
| CDRJ | 5865.0005226-20 | 2 | 3 | - | - | - | - | - | Av. Feliciano Sodré, s/n - área 7 (Em fase de regularização junto à SPU) |
| CDRJ | 5865.0005227-00 | 2 | 3 | - | - | - | - | - | Av. Feliciano Sodré, s/n - área 8 (Em fase de regularização junto à SPU) |
| CDRJ | 5865.0005228-91 | 5 | 4 | - | - | - | - | - | Av. Feliciano Sodré, s/n - área 8-A (Em fase de regularização junto à SPU) |
| CDRJ | 5865.0007391-06 | 2 | 3 | 447.657,27 | - | - | - | - | Av. Feliciano Sodré, 215 |
| CDRJ | 6001.0120316-91 | 4 | 3 | 7.467.068,24 | - | - | - | - | Cais da Gamboa |
| CDRJ | 6001.0019572-37 | 3 | 3 | 7.166.104,80 | - | - | - | - | Rua General Gurjão, 166 |
| CDRJ | 5801.0107791-20 | 2 | 3 | 1.428.176,26 | - | - | - | - | Praça Getúlio Vargas, 197 (antiga Praça Lopes Trovão) - ANGRA DOS REIS |
| CDRJ | 5865.0007390-17 | 4 | 3 | 1.170.001,45 | - | - | - | - | Av. Governador Roberto Silveira, s/n° - Niterói - (Antiga Av. Contorno) |
| CDRJ | 6001.0120319-34 | 2 | 3 | 38.489,11 | - | - | - | - | Rua da Igrejinha 1 |
| CDRJ | 5839.0000021-47 | 4 | 3 | 374.496,17 | - | - | - | - | Estrada Joaquim Fernandes, 120 - Ilha da Madeira - ITAGUAÍ (Cedido à Marinha do Brasil) |
| CDRJ | não tem | 4 | 3 | 252,31 | - | - | - | - | Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 1- Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 4.120m² |
| CDRJ | não tem | 4 | 3 | 137,61 | - | - | - | - | Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 2 - Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 2.247m² |
| CDRJ | 5801.0104564-61 | 4 | 3 | 318,18 | - | - | - | - | Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 3 - Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 5.195,50m² (Cedido ao Tribunal de Justiça - RJ) |
| CDRJ | 5801.0100627-65 | 4 | 3 | - | - | - | - | - | Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Enseada de São Bento- Área Remanescente- 10.205,00m² |
| CDRJ | 6001.0120320-78 | 5 | 3 | 1.111.950,52 | - | - | - | - | Pier da Praça Mauá |
| CDRJ | 6001.0120317-72 | 2 | 3 | 3.321.337,81 | - | - | - | - | Cais do PMC, do - Antigo Parque de Minério e Carvão . |
| CDRJ | 6001.0120314-20 | 3 | 3 | 48.982,85 | - | - | - | - | Av. Rio de Janeiro esquina com Rua Eduardo Luíz Lopes - Lote 1 do PAL 13.760 |
| CDRJ | 6001.012312-49 | 3 | 3 | 109.914,64 | - | - | - | - | Av. Rio de Janeiro esquina com Rua Alnte. Mariath - Lado Impar - Lote 2 do PAL 13.760 |
| CDRJ | 6001.012312-68 | 2 | 3 | 236.281,65 | - | - | - | - | Av. Rio de Janeiro, esq. Av. Almirante Mariath n° 4 |
| CDRJ | 6001.0120318-53 | 4 | 3 | 29.669,86 | - | - | - | - | Av. Rodrigues Alves, 129/Fundos |

| | | | | | | | | | |
|------|------------------|----|---|--------------|---|---|---|---|--|
| CDRJ | 6001.0120304-58 | 2 | 3 | 202.823,13 | - | - | - | - | Av. Rodrigues Alves, 241 |
| CDRJ | 6001.0120296-03 | 18 | 4 | 32.534,20 | - | - | - | - | Av. Rodrigues Alves, 837/843 |
| CDRJ | não tem | 5 | 3 | 67.865,17 | - | - | - | - | Rua Santa Cruz, 15 - ARRAIAL DO CABO - PORTO DO FORNO -(trasferido p/ Municipio de Arraial do Cabo - convênio nº001/99 - Minist dos Transportes |
| CDRJ | 5801.0100629-27 | 3 | 3 | 136.042,38 | | | | | Enseada Santa Luzia - Angra dos Reis (acesso pela rua Doutor Coutinho) |
| CDRJ | 6001.0120321-59 | 2 | 4 | 81.811,91 | - | - | - | - | Rua General Sampaio,s/nº - esq. Av. Rio de Janeiro, 2185 - Lote 1 do PAL 44416 |
| CDRJ | - | 2 | 3 | 2.561.879,13 | - | - | - | - | Rua Carlos Seidl 2/4 (Áreas desapropriadas em Processo Judicial pela antiga PORTOBRAS em fase de regularização SUPJUR CDRJ) |
| CDRJ | 6001.00190012-82 | 4 | 4 | 86.311,14 | - | - | - | - | Rua Silvino Montenegro, 20 |
| CDRJ | não tem | 12 | 4 | 123.035,50 | - | - | - | - | Washington Luiz - Km 07 - Nova Iguaçu (Em fase de regularização junto à SPU) |
| CDRJ | - | 2 | 3 | - | - | - | - | - | Terreno situado na Av. Rio de Janeiro, 901 com área total de 3.667,60 m², em processo de regularização junto à SPU. |

Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

| | | |
|---|---|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | – |
| | Endereço | R. Carlos Seidel, 2/4 - Cajú |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 03.627.380/0001-87 |
| | Nome ou Razão Social | ALGAREA MINERAÇÃO LTDA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Industrial |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Licitação de Arrendamento |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Processamento de algas marinha |
| | Prazo da Cessão | Encerramento em 30/09/2016 |
| | Caracterização do espaço cedido | Terreno pavimentado com galpão central e pequenas dependências em alvenaria de um pavimento |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | – |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | – |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | – |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | – |

| | | |
|---|------------------------------------|--|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | – |
| | Endereço | Faixa de Linhas Férreas, entre Av. Brasil e Rua Almt Mariaht - São Cristóvão |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 33.069.766/0001-81 |
| | Nome ou Razão Social | CIA PETROLEO IPIRANGA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Industrial |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Licitação de Arrendamento |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Apoio a atividade Industrial |

| | | |
|--|---|------------------------------------|
| | Prazo da Cessão | 30/06/2017 |
| | Caracterização do espaço cedido | Faixa de linhas ferreas desativada |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|---|--|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 6001.0021183-44 |
| | Endereço | Av. Brasil S/nº, esquina c/ rua Alnte Mariaht-(parte) |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 05.524.572/0001-93 |
| | Nome ou Razão Social | CHEVRON (ANTIGA TEXACO DO BRASIL) |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Industrial |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Acordo judicial que prorrogou Por tempó Indeterminado os efeitos do extinto Contrato C-DEPJUR 131/86 |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Refino Industrial de óleo |
| | Prazo da Cessão | Indeterminado |
| | Caracterização do espaço cedido | Parque de refino de òleo |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|---|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | - |
| | Endereço | Rua Dom Gerardo nº 35 (Salas 902,1001 e 1002) - Centro/Rua Conselheiro Saraiva nº 28 (Salas 1002,1003 e Vagas 1327 e 1333) - Centro |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 39.185.269/0001-25 |
| | Nome ou Razão Social | ECO CONSULTORIA E ORGANIZAÇÃO EM SISTEMAS - SALAS COMERCIAIS |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Tecnologia da Informação |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Licitação de Arrendamento |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Escritórios |
| | Prazo da Cessão | 5 Anos (de 06/06/11 à 05/06/16- Prorrogável por mais 5) |
| | Caracterização do espaço cedido | Salas de Escritório |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|---------------------------------|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 6001 0120319-34, 6001 0120306-10, 6001 0120308-81 |
| | Endereço | R. Igrejinha Nº 01 / R Benedito Otoni 52/60 fdo / R Bened Otoni 62/64 fdo - São Cristóvão |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 02.905.827/0001-70 |
| | Nome ou Razão Social | FUTURA COORDENAÇÃO DE EMBARQUES LTDA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Movimentação de Containers |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Licitação de Arrendamento |

| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Pátio para Movimentação de Containers |
| | Prazo da Cessão | Até 2/1/2016 |
| | Caracterização do espaço cedido | Pátio |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|--|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 6001 0120314-20, 6001 0120312-68 |
| | Endereço | Av. Rio de Janeiro s/nº , esquina c/ Eduardo Luiz Lopes Lotes 1 do PAL 13.760 e Av. Rio de Janeiro s/nº , esquina Almirante Mariaht LOTE 2 do PAL 13.760, - São Cristóvão |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 00.394.544/0212/63 |
| | Nome ou Razão Social | INTO - INSTITUTO DE TRAUMATO ORTOPEDIA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Hospitalar Governamental |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Hospitalar Governamental |
| | Prazo da Cessão | 50 Anos (02/05/06 à 01/05/56 - Prorrogável por igual período) |
| | Caracterização do espaço cedido | Dois terrenos planos (Construção posterior feita pelo INTO) |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |

| | | |
|--|---|---|
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |
|--|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 6001 0120312-68, 6001.0021183-44 |
| | Endereço | R. Alnte. Mariath, 4 - esq. Com Av. Rio de Janeiro - São Cristóvão e Av. Brasil esq. R Almirante Mariah -São Cristóvão. |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 08.680.888/0001-62 |
| | Nome ou Razão Social | MSC - MEDITERRÂNEO SHIPING DO BRASIL / SUNLOG LOGISTICA LTDA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Movimentação de Containers |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Licitação de Arrendamento |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Patio para Movimentação de Containers |
| | Prazo da Cessão | 06/02/11 à 05/02/16 |
| | Caracterização do espaço cedido | Pátio |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|------------------------------------|--|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 6001 0120321-59 |
| | Endereço | Av Rio de Janeiro, 2.185 - Caju |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 29.335.260/0001-61 |
| | Nome ou Razão Social | TRIUNFO LOGÍSTICA LTDA |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Armazenagem de Carga |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Acordo Judicial que gerou o contrato C-SUPJUR 069/14 |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Armazenagem de Carga de Grande Porte |
| | Prazo da Cessão | 01/11/12 à 31/10/2017 |

| | | |
|--|---|-------|
| | Caracterização do espaço cedido | Pátio |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|--|--|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 5839 000021-47, 5839 0100041-26 |
| | Endereço | Estrada Joaquim Fernandes n° 120, Saco da Coroa Grande, Ilha da Madeira, Itaguaí |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 00.394.502/0163-00 |
| | Nome ou Razão Social | União Federal representada pela Marinha do Brasil |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Marítima |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Termo de Cessão de Uso |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Base Naval Estaleiro e área de Apoio a Submarinos Conencionais e Nucleares |
| | Prazo da Cessão | 31/08/2016 |
| | Caracterização do espaço cedido | Sítios de Terras |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - | |

| | | |
|---|---|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 58010104564-61 |
| | Endereço | Av. Oswaldo Neves Martins, Enseada de São Bento, Lote 3, Angra dos Reis |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 28.538.734/0001-48 |
| | Nome ou Razão Social | TJERJ - Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Judiciário |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Termo de Cessão de Uso |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Construção do Prédio do Tribunal de Justiça |
| | Prazo da Cessão | 25 Anos (01/12/10 à 30/11/35) |
| | Caracterização do espaço cedido | Lote de Terreno |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|--|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 5801 0107791-20 |
| | Endereço | Alameda industria nº 233 e 267, Cais de Santa Luzia, Angra dos Reis |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 05.482.692/0001-75 |
| | Nome ou Razão Social | Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Pesqueiro |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Contrato de Cessão de Uso |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Terminal Pesqueiro Público |
| | Prazo da Cessão | 50 Anos (16/05/2007 a 15/05/2057) |
| | Caracterização do espaço cedido | Terreno |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |

| | | |
|--|---|---|
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

| | | |
|---|---|---|
| Caracterização do imóvel objeto de Cessão | RIP | 5865 0007390-17 |
| | Endereço | Av. Roberto Silveira 3.500, Niterói |
| Identificação do Cessionário | CNPJ | 05.428.692/001-75 |
| | Nome ou Razão Social | União Federal, por intermédio da Secretária Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República |
| | Atividade ou Ramo de Atuação | Pesqueiro |
| Caracterização da Cessão | Forma de Seleção de Cessionário | Contrato de Cessão de Uso |
| | Finalidade do uso do espaço Cedido | Terminal Pesqueiro Público |
| | Prazo da Cessão | 50 Anos (21/12/2007 à 20/07/2057) |
| | Caracterização do espaço cedido | Terreno |
| | Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente | - |
| | Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios | - |
| | Forma de utilização dos Recursos Recebidos | - |
| | Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel | - |

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não há Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da CDRJ.

8.2.4 Análise Crítica

- Estrutura de Controle e gestão do Patrimônio Existente no Âmbito da CDRJ.

A DIVGAT – Divisão de Gestão de Ativos Imobiliários – criada em 01/06/2013 para gerir os ativos imobiliários da CDRJ, ainda encontra-se com estrutura precária, necessitando de maior espaço físico, maior quantitativo e qualitativo de pessoal, bem como melhores condições tecnológicas.

- A qualidade dos registros das informações no sistema de registro de imóveis, de uso especial da união SPIUNET encontra-se em condições aceitáveis.
- A qualidade dos registros contábeis dos imóveis deverá melhorar a partir da contratação de novo sistema pela CDRJ.
- Os imóveis a seguir, dependem da regularização junto à Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, objetivando a celebração dos respectivos contratos de aforamento:

Rua Santo Cristo 33, RIP n° 6001.0035604-23, processo n° 05018.007118/2003-44;
Avenida Feliciano Sodré 215 – Lote 7, processo n° 04967.013160/2012-01;
Faixas de linhas Férreas: 26 (vinte e seis) trechos externos, hoje desativados, processo n° 10.768.010658/87-27;

Rodovia Washington Luiz, Km 7, pendente de desmembramento da área de 123.035,50 m² pelo INCRA, processo n° 21480004647/84-99, seguindo de doação a União Federal para após, aforamento em favor da CDRJ, processo n° 71-80.062126-47.

Avenida Governador Roberto Silveira s/n°, Porto de Niterói, processo n° 04967.015968/2012-15.

- Imóveis Funcionais

A CDRJ não possui nenhum imóvel funcional sob sua responsabilidade.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA CDRJ | |
|------------------------|----------------------|--|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2014 | EXERCÍCIO 2013 |
| BRASIL | UF 1 -RIO DE JANEIRO | | |
| | Rio de Janeiro | 1 | 1 |
| | Itaguaí | 0 | 0 |
| | Angra dos Reis | 0 | 0 |
| | Niterói | 0 | 0 |
| Subtotal Brasil | | 1 | 1 |
| EXTERIOR | Não há | zero | zero |

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

| Nº do Contrato | Objeto | Vigência | Fornecedores | | Custo | Valores Desembolsados 2014 |
|--------------------------------------|---|---------------------|--------------------|--|------------------|----------------------------|
| | | | CNPJ | Denominação | | |
| C-SUPJUR 009/2010 (1º T.A. 021/2012) | Locação de parque de impressão | 01/01/14 a 08/03/14 | 05.633.420/0001-29 | Vênus World Comércio de Equipamentos e Material para Escritório LTDA - ERP | R\$ 125.683,80 | R\$ 142.785,13 |
| C-SUPJUR 009/2010 (2º T.A. 018/2014) | | 09/03/14 a 31/12/14 | | | R\$ 135.625,38 | |
| C-SUPJUR 033/2014 | Cabeamento estruturado da Sede e da SUPRIO | 25/4/14 a 31/12/14 | 12.382.858/0001-47 | C&R Comércio e Serviço de Instalação e Manutenção em Telecomunicação LTDA - ME | R\$ 1.391.000,00 | R\$ 741.304,08 |
| C-SUPJUR 012/2012 (1º T.A. 06/2013) | Prestação dos Serviços de Telecom (Rede local e Internet) | 01/01/14 a 26/01/14 | 33.530.486/0001-29 | Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL | R\$ 582.765,00 | R\$ 592.740,75 |
| C-SUPJUR 012/2012 (2º T.A. 07/2014) | Prestação dos Serviços de Telecom (Rede local e Internet) | 27/01/14 a 31/12/14 | | | | |
| C-SUPJUR 093/2014 | Fornecimento de Licenças de uso para AUTOCAD | 9/10/14 a 31/12/14 | 10.537.193/0001-78 | Realize Tecnologia LTDA | R\$ 65.000,00 | R\$ 65.000,00 |
| C-SUPJUR 094/14 | Fornecimento de Licenças de Software Microsoft | 9/10/14 a 31/12/14 | 57.142.978/0001-05 | Brasoftware Informática LTDA | R\$ 1.186.398,00 | R\$ 1.186.398,00 |
| C-SUPJUR 109/14 | Manutenção do SSA - ERP em uso na CDRJ | 1/12/14 a 31/12/14 | 05.056.597/0001-00 | Indústria de Software e Soluções | R\$ 40.500,00 | |
| C-SUPJUR 107/2010 | Manutenção do Sistema SUPERVIA | 28/12/13 a 27/12/14 | | | R\$ 498.500,00 | |

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------------|----------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 01 | TC 018.270/2013/RJ | 821/2014 | - | - | Ofício 0811/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Plano de ação referente às determinações do acórdão 821/2014. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| CDRJ/SUPAUD | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Foi encaminhada a CARTA-DIRPRE nº 20.604/2014, de 12.09.14 que encaminhou o Plano de Ação elaborado pela SUPAUD. | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| Foram editados normativos internos para o fomento do apoio técnico de subunidades e atualizado o normativo interno sobre auditoria interna. Foi solicitada à Alta Administração a lotação de novos empregados com formações diversas a fim garantir uma equipe multidisciplinar. Foi elaborado um plano de capacitação da equipe técnica. Está em fase de estudos pela consultoria DELOITTE a implementação do Planejamento Estratégico e a criação de um sistema de controle interno e gestão de riscos. | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|---------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 02 | TC 020.830/2014-9 | - | - | - | Ofício 0458/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Diligência – Questionário sobre Governança Pública e Gestão das Aquisições nas organizações públicas das esferas Estadual e Municipal, e sobre Governança Pública em âmbito nacional. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| | | | | | |

| |
|--|
| DIRPLA/DIRGES/DIRARH/DIRPRE |
| Síntese da Providência Adotada |
| Informado por meio do site (WWW.tcu.gov.br/perfilgov). |
| Síntese dos Resultados Obtidos |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|---------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 03 | TC 004.236/2014-9 | - | - | - | Ofício 0437/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Acompanhamento das obras de construção de píeres de atracação de navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro – Contrato C-SUPJUR 015/2013. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| DIRGES/DIRARH | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Respondido por meio da CARTA-DIRPRE nº 22.398/14, de 02.10.2014 | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-------------------|---------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 04 | TC 011.266/2014-7 | - | - | - | Ofício 9966/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Comprovar que a Proposta de remuneração dos Administradores da CDRJ, submetida ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais pela CARTA-DIRPRE nº 3689/2008, foi efetivamente aprovada pela empresa. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| DIRARH | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Respondido por meio da CARTA-DIRPRE nº 22.228/14, de 30.10.2014 | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |

| |
|--|
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
|--|

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------|---------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 05 | - | 5747/14 | - | - | Ofício 2-558/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Reporta-se ao Ofício 426/2014-TCU/SecobHidro que designa equipe para realização de auditoria na licitação das obras de dragagem do porto do rio de Janeiro/RJ, objeto do edital SEP/RJ 4/2014. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| DIRGES | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Respondido, via e-mail, pelo Diretor-Presidente em 17.09.14 | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-------------------|---------|------|------|----------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 06 | TC 022.241/2013-2 | 5747/14 | - | - | Ofício 2963/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Notificação – Ciência do Acórdão 5747/14. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| SUPJUR | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Tomou ciência. | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada |
|------------------------|
|------------------------|

| | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|---------------------|
| Denominação Completa | | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 07 | TC 024.882/2014-3 | - | - | - | Ofício 0525/2014 | |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | | |
| Diligência – Portaria SEP/PR 349/2014 – Avaliar os procedimentos adotados pela ANTAQ e SEP para prorrogações antecipadas dos contratos de arrendamentos portuários previstas no artigo 57 da Lei 12815/13. | | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | | | | Código SIORG |
| DIRPLA/DIRARH | | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | | |
| Respondido por meio da CARTA-DIRPRE nº 26.889/14, de 18.11.2014 | | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | | |
| | | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | | |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|-------------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|---------------------|
| Unidade Jurisdicionada | | | | | | |
| Denominação Completa | | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | | - |
| Deliberações do TCU | | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 08 | TC 022.460/2013-6 | 7147/2013 | - | - | Ofício 2771/2013 | |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | | | | - |
| Descrição da Deliberação | | | | | | |
| Notificação – Acórdão 7147/2013 que trata da Representação com pedido cautelar oferecida pela Sphera Security Ltda contra o Edital de Licitação RDC 01/2013. | | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | | |
| Sector Responsável pela Implementação | | | | | | Código SIORG |
| DIRPRE | | | | | | |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | | |
| Respondido por meio da CARTA-DIRPRE nº 24.437/14, de 22.10.2014 | | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | | |
| | | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | | |
| | | | | | | |

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Em relação ao ano de 2014, não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|----------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | - | - | Ofício nº 01/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Orientação técnica sobre a elaboração dos relatórios de gestão e a formalização dos processos de contas do exercício 2013. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| SUPLAN | | | - |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Compareceu um representante da CDRJ | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|-------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 02 | - | - | Nota Técnica nº 80/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Análise do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015 da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| SUPAUD | | | - |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| As atividades informadas foram planejadas levando-se em consideração os fatores de relevância, materialidade e vulnerabilidade e, em especial, a disponibilidade de recursos humanos e materiais na Auditoria Interna. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| | | | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|-----------------------------------|--------------|
| Denominação Completa | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | - |
| Recomendações do OCI | |

| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
|--|---|------------|----------------------|
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 03 | - | - | Ofício nº 521/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Apresentação de equipe de auditoria do Monitoramento de Gestão de 2014. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| SUPAUD | | | - |
| Síntese da Providência Adotada Foram atendidas todas as demandas da equipe. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|---|---|------------|----------------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 04 | - | - | Ofício-Circular nº 08/2014 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Responsabilidade subsidiária da União – Súmula nº 331 do TST. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| SUPJUR/SUPADM | | | - |
| Síntese da Providência Adotada Iniciado os estudos para implementação da Conta Vinculada e do Pagamento Direto no âmbito da Companhia. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|----------------------|
| Denominação Completa | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 05 | - | - | Ofício nº 648/14 |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO | | | - |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Encaminha versão preliminar do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão 2014. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| SUPAUD | | | - |
| Síntese da Providência Adotada Encaminhado às áreas gestoras da CDRJ as constatações e achados para manifestação. | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| | | | |

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

Em relação ao ano de 2014, não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 5 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 9 | 0 | 4 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | | | 94 |
| | Entregaram a DBR | | | 94 |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |

Obs.: Todos os ocupantes de cargo eletivo (4) e de emprego comissionado na CDRJ estão em dia com a entrega da DBR - exercício 2014/ano calendário 2013.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- **Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR.**

Esclarecemos que todos os ocupantes de empregos comissionados que não entregam a citada Declaração recebem correspondência interna, informando que se trata de requisito essencial para a manutenção de seus empregos comissionados e que o não cumprimento é considerado infração sujeita às penalidades previstas nos dispositivos legais que tratam do assunto.

- **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR.**

O gerenciamento da recepção das DBR é de responsabilidade da Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES, unidade vinculada à Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC.

- **Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento.**

Não há sistema informatizado para o gerenciamento.

- **Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;**

As DBR podem ser disponibilizadas no âmbito da CDRJ, numa das seguintes opções:

- a) Cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, na íntegra, em envelope lacrado;
- b) Autorização de acesso à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física junto à Secretaria da Receita Federal – em formulário específico, e
- c) Declaração de próprio punho, de bens e valores que compõem o patrimônio privado do empregado, em envelope lacrado.

Não há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

- **Realização ou não de algum tipo de análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.**

A Área de Recursos Humanos não executa análise nas DBR, uma vez que o acesso às mesmas é realizado, somente, pelos órgãos de controle interno e externo.

- **Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações**

A guarda das DBR é competência da Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES, unidade vinculada à Superintendência de Recursos Humanos.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

- a) A quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas.
Dentre os processos disciplinares dos quais decorreram medidas de ressarcimento ao erário, destacam-se:
- 16.801/2012 – Por meio da Superintendência Jurídica, a Companhia Docas do Rio de Janeiro ajuizou Ação Civil Pública de Ressarcimento ao Erário. Processo nº 0393729-14.2014.819.0001, em trâmite perante a 7ª. Vara Cível da Comarca da Capital;
 - 17815/2009 – houve ressarcimento de valores por um dos interessados.
- b) A quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012;

Não houve dispensa de tomada de contas especiais no período.

- c) A quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Não houve instauração de Tomada de Contas Especiais no período.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

As informações referentes a contratos, convênios e outros instrumentos congêneres celebrados pela CDRJ estão disponíveis e atualizados no sítio da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Não se aplica.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ Balço Patrimonial (Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota | 2014 | 2013 |
|---------------------------------|------|-------------------------|-------------------------|
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | 170.663 | 121.115 |
| Caixa restrito | 5 | 70.044 | 403.256 |
| Contas a Receber de Clientes | 6 | 40.276 | 12.569 |
| Estoques | 7 | 248 | 272 |
| Créditos Fiscais a Recuperar | 8 | 12.660 | 11.043 |
| Valores a Receber | 9 | 6.113 | 5.536 |
| Outros Ativos | | 1.483 | 1.480 |
| | | <u>301.487</u> | <u>555.271</u> |
| Ativo Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Valores a Receber | 9 | 18.266 | 20.949 |
| Depósitos Judiciais | 10 | 20.534 | 12.015 |
| Partes Relacionadas | 11 | 279.900 | 0 |
| Bens em Processo de Cessão | 12 | 4.926 | 4.926 |
| Cauções e Depósitos Vinculados | 13 | 172.695 | 143.952 |
| Outros Ativos | | 173 | 173 |
| | | <u>496.494</u> | <u>182.015</u> |
| Investimentos | | 60 | 49 |
| Propriedade para Investimento | 14 | 4.792 | 4.792 |
| Imobilizado | 15 | 1.104.236 | 986.869 |
| Intangível | | 10 | 10 |
| | | <u>1.605.592</u> | <u>1.173.735</u> |
| Total do Ativo | | <u><u>1.907.079</u></u> | <u><u>1.729.006</u></u> |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Balço Patrimonial
(Em milhares de Reais)

| PASSIVO | Nota | 2014 | 2013 |
|---|-------------|-------------------------|-------------------------|
| Passivo Circulante | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 16 | 0 | 321 |
| Fornecedores | 17 | 12.069 | 10.893 |
| Obrigações Trabalhistas e Assistenciais | 18 | 20.884 | 18.475 |
| Obrigações Tributárias | 19 | 212.300 | 268.637 |
| Obrigações Contratuais | 20 | 32.148 | 5.058 |
| Benefícios Pós Emprego | 21 | 24.905 | 20.697 |
| | | <u>302.306</u> | <u>324.081</u> |
| Passivo Não Circulante | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 16 | 14.525 | 12.810 |
| Obrigações Tributárias | 19 | 242.498 | 339.225 |
| Obrigações Contratuais | 20 | 483.803 | 299.422 |
| Arrendamento Mercantil | 22 | 431.719 | 362.791 |
| Benefícios Pós-Emprego | 21 | 260.522 | 250.059 |
| Provisão Para Contingências | 23 | 109.437 | 160.984 |
| Receitas Diferidas | 24 | 69.264 | 78.625 |
| | | <u>1.611.768</u> | <u>1.503.916</u> |
| | | <u>1.914.074</u> | <u>1.827.997</u> |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social | 25 | 2.445.486 | 2.441.121 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | 45.750 | 45.185 |
| Prejuízos Acumulados | | <u>(2.498.231)</u> | <u>(2.585.297)</u> |
| | | <u>(6.995)</u> | <u>(98.991)</u> |
| Total do Passivo e PL | | <u><u>1.907.079</u></u> | <u><u>1.729.006</u></u> |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|----------------------|----------------------|
| Operações Continuadas | | | |
| Receita operacional líquida | 26 | 393.127 | 339.061 |
| Custos da operação | 27 | (69.607) | (73.892) |
| Lucro bruto | | 323.520 | 265.169 |
| Resultado Operacional | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 27 | (177.945) | (149.682) |
| Depreciação | | (4.292) | (2.213) |
| Provisões Contábeis Líquidas | 28 | 42.258 | (68.780) |
| Outras receitas operacionais | 29 | 37.400 | 15.111 |
| Outras despesas operacionais | 30 | (16.014) | (25) |
| | | (118.593) | (205.589) |
| Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro | | 204.927 | 59.580 |
| Resultado Financeiro | | | |
| Resultado Financeiro Líquido | 31 | (226.546) | (211.715) |
| Prejuízo Líquido do Exercício | | (21.619) | (152.135) |
| Quantidade de ações | | 1.217.457.598 | 1.215.284.566 |
| Prejuízo por ação do capital social (em Reais) | | (0,02) | (0,13) |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Fluxo da atividade principal | | |
| Prejuízo líquido | (21.619) | (152.135) |
| (+) Ajuste de exercício anterior | 584 | (40.842) |
| (+) Depreciação e amortização | 11.064 | 6.525 |
| (+) Variação monetária de longo prazo | 4.930 | 14.985 |
| (+) Perdas estimadas com crédito liq. duvidosa | 5.773 | 2.741 |
| (-) Receita de reversão de provisões | (57.259) | (54.031) |
| (+) IRPJ e CSL diferido ativos | 108.101 | - |
| (+) Provisão para férias e 13º salário | 492 | 944 |
| (+) Provisão para contingências | - | 60.446 |
| Prejuízo ajustado | 52.067 | (161.368) |
| Fornecedores | 1.176 | 1.089 |
| Impostos e taxas | 47.244 | 86.747 |
| Pessoal | (17.357) | (23.751) |
| Recebíveis | (58.612) | 3.060 |
| Cobranças contenciosas | (736) | 48.403 |
| Impostos a recuperar | (1.617) | (1.993) |
| Adiantamentos | (23) | (199) |
| Depósitos judiciais | (56.048) | (29.225) |
| Estoques | 24 | (94) |
| Outros valores a receber | 2.343 | (7.147) |
| Despesas antecipadas | 18 | 167 |
| Obrigações Previdenciárias e tributárias | (36.055) | 57.748 |
| Outros valores a pagar | 131.372 | - |
| Caixa líquido consumido nas atividades operacionais | 63.796 | (26.563) |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Variação do realizável de longo prazo | (80) | (19) |
| Recursos bloqueados RSD | (80) | (19) |
| Titulos em cobranças judiciais | - | - |
| Variação do ativo permanente | (128.442) | (25.106) |
| Investimento | (11) | (20) |
| Imobilizado | (128.432) | (25.087) |
| Conta única do tesouro nacional - SIAFI | 333.213 | 14.150 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | 204.690 | (10.975) |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Variação do passivo financeiro | (218.938) | 53.616 |
| Empréstimo | (321) | (326) |
| Variação de partes relacionadas | (279.900) | - |
| Financiamentos em moeda nacional | 68.929 | 61.943 |
| Financiamentos em moeda estrangeira | 1.715 | 1.360 |
| Arrendamento | (9.361) | (9.361) |
| Variação do patrimônio líquido | - | 35.500 |
| Aumento de capital com créditos da União | - | 35.500 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | (218.938) | 89.116 |
| FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO | 49.547 | 51.577 |
| Caixa e equivalente ao caixa no início do período | 121.115 | 69.538 |
| Caixa e equivalente ao caixa no fim do período | 170.663 | 121.115 |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------------|------------------|
| Receitas | 485.351 | 407.861 |
| Venda de mercadorias, produtos e serviços | 88.298 | 50.229 |
| Arrendamentos operacionais e aluguéis | 341.092 | 303.021 |
| Reversão de provisões | 58.769 | 54.636 |
| Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados | (2.808) | (25) |
| Insumos adquiridos de terceiros | (33.985) | (23.351) |
| Materiais, água, energia e serviços de terceiros | (20.071) | (16.782) |
| Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis | (7.403) | (613) |
| Outros custos | (6.511) | (5.956) |
| Valor adicionado bruto produzido pela entidade | 451.366 | 384.510 |
| Depreciação e amortização | (11.064) | (6.525) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 440.302 | 377.985 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 46.758 | 55.019 |
| Receitas financeiras | 45.621 | 54.096 |
| Outras | 1.137 | 923 |
| Valor adicionado a distribuir | 487.060 | 433.004 |
| Distribuição do valor adicionado | 487.060 | 433.004 |
| Pessoal | 306.405 | 384.986 |
| Remuneração direta | 86.630 | 86.366 |
| Benefícios | 32.436 | 24.345 |
| Benefícios pós-emprego | 21.490 | 13.295 |
| FGTS | 9.073 | 8.195 |
| INSS | 28.841 | 31.736 |
| Encargos | 4.330 | 4.511 |
| Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas | 122.144 | 215.126 |
| Honorários da diretoria | 1.124 | 1.124 |
| Honorários do CONFIS/CONSAD | 337 | 288 |
| Tributos | 2.394 | 9.382 |
| Federais | 2.364 | 5.139 |
| Estaduais | 30 | 21 |
| Municipais | 0 | 4.222 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 199.880 | 190.771 |
| Despesas financeiras | 179.741 | 174.102 |
| Aluguéis | 1.628 | 2.043 |
| Contratos | 18.511 | 14.626 |
| Prejuízo do Exercício | (21.619) | (152.135) |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

| Descrição | Capital Social | Créditos da União para aumento de Capital | Prejuízos Acumulados | Total |
|--|------------------|---|-------------------------|-----------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2013 | 2.200.126 | 235.695 | (2.392.320) | 43.501 |
| Aumento de capital | 240.995 | (240.995) | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 35.500 | | 35.500 |
| Atualização dos créditos para aumento de capital | | 14.985 | | 14.985 |
| Ajustes de exercícios anteriores | | | (40.842) | (40.842) |
| Prejuízo do exercício | | | (152.135) | (152.135) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 2.441.121 | 45.185 | (2.585.297) | (98.991) |
| Aumento de capital | 4.365 | (4.365) | | |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre prej. acumulados – Nota 19.1 | | | 108.101 | 108.101 |
| Atualização dos créditos para aumento de capital | | 4.930 | | 4.930 |
| Ajustes de exercícios anteriores – Nota 32 | | | 584 | 584 |
| Prejuízo do exercício | | | (21.619) | (21.619) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 2.445.486 | 45.750 | (2.498.231) | (6.995) |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios.

3.2 Demonstração do resultado abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Caixa Restrito representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços, estando incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. As provisões para créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização dos créditos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos fiscais a recuperar

Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de IRPJ e CSLL e saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações.

3.9 Bens em processo de cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 12.

3.10 Cauções e depósitos vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Propriedade para investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e opcionalmente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.12 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.13 Obrigações trabalhistas fiscais e contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço.

3.14 Benefícios pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.15 Arrendamento mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 22.

3.16 Provisões para contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ.

3.17 Receitas diferidas

Para os valores recebidos antecipadamente por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros de sua carteira de clientes, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco.

5 – CAIXA RESTRITO

Os valores representam os depósitos em conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos e são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Em 2014 houve o cancelamento do projeto de Construção de Pieres de Atracação de Passageiros e Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, resultando na restituição de R\$ 279.900 mil aos cofres do Governo Federal, além da utilização de R\$ 50,9 milhões na liquidação antecipada dos Contratos de Parcelamento com a PGFN e RFB (nota explicativa 19.1).

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------------|------------|------------|
| Clientes nacionais | 117.887 | 86.377 |
| (-) Perdas Estimadas (PECLD) | (77.611) | (73.808) |
| | 40.276 | 12.569 |

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 6 meses e títulos vencidos em período inferior, quando os clientes possuem histórico de inadimplência recente, conforme análise de risco efetuada pela área financeira. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente.

7 – ESTOQUES

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

8 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

| Descrição | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| IRPJ a recuperar | 8.446 | 7.137 |
| Contribuição social a recuperar | 1.719 | 1.456 |
| COFINS a recuperar | 1.826 | 1.789 |
| PIS a recuperar | 669 | 661 |
| Totais | 12.660 | 11.043 |

9 – VALORES A RECEBER

Créditos, em sua maioria, provenientes do Convênio CDRJ/INEA, do Termo de Acordo de Confissão de Dívidas com a Triunfo Logística e outros acordos de menores valores.

| | Circulante | | Não Circulante | |
|---|--------------|--------------|----------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Créditos a Receber da Triunfo Logística | 3.919 | 3.356 | 6.266 | 8.949 |
| Convênio CDRJ/INEA | | | 12.000 | 12.000 |
| Outros Valores a Receber | 2.194 | 2.180 | | |
| Totais | 6.113 | 5.536 | 18.266 | 20.949 |

Convênio CDRJ/INEA – Repasse da União para aumento de Capital, para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o Convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Confissão de Dívidas Triunfo Logística – O acordo foi firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro entre a Triunfo Logística Ltda. e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A Triunfo reconheceu uma dívida de R\$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU e a outros trabalhistas e cíveis:

| Descrição | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------|---------------|---------------|
| Ação IPTU | 13.426 | 5.996 |
| Ações Trabalhistas | 6.489 | 5.467 |
| Ações Cíveis | 619 | 552 |
| Totais | 20.534 | 12.015 |

11 – PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota explicativa 5, a Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, entretanto, por solicitação da sua controladora, foram transferidos desta conta SIAFI R\$ 279.900 mil aos cofres do Governo Federal.

12 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União. Serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|----------------|----------------|
| Recursos Bloqueados – RSD | 8.818 | 8.738 |
| Bloqueio Judicial <i>Leasing</i> Portobrás | 136.350 | 132.326 |
| Bloqueio Fazenda Nacional – INSS | 2.888 | 2.888 |
| Bloqueios em Conta Corrente | 22.321 | 0 |
| Recursos Judiciais | 2.318 | 0 |
| Totais | 172.695 | 143.952 |

Recursos Bloqueados RSD – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

Leasing Portobrás – Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 22 também trata do assunto.

Fazenda Nacional/INSS – Refere-se ao bloqueio para garantia do processo de execução fiscal nº 0016487-56.2012.4.02.5101 movido pela Fazenda Nacional.

Bloqueios em Conta Corrente e Recursos Judiciais – São valores bloqueados por meio de ordem judicial de penhora on-line e recursos interpostos pela CDRJ que, até o Exercício de 2013, eram subtraídos da Provisão para Contingência. A mudança de critério se justifica pelo controle dos saldos dos processos trabalhistas, cíveis e tributários, de maneira que a provisão reconhecida em balanço e os recursos e/ou bloqueios sejam acertados, contabilmente, ao fim do processo.

Recursos Judiciais – Agravos e Apelações interpostos por meio das ações nas quais a CDRJ figura como reclamada.

14 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A CDRJ é possuidora de diversos imóveis (terrenos e edificações) situados no Município do Rio de Janeiro, sem utilização em suas atividades. Com as obras de infra estrutura do Projeto Porto Maravilha estes imóveis vem sofrendo forte valorização imobiliária e a Companhia estuda a possibilidade de melhor utilização destes imóveis, inclusive sendo para alguns imóveis objeto de desapropriação por parte da municipalidade. Conforme opção da Companhia essas propriedades estão mensuradas pelo custo histórico



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

15 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

O imobilizado está assim composto:

| Discriminação | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido 2014 | Líquido 2013 |
|---------------------------|------------------|-----------------------|------------------|----------------|
| Bens móveis | 170.345 | (151.619) | 18.726 | 26.085 |
| Bens imóveis | 1.141.818 | (118.447) | 1.023.371 | 675.391 |
| Imobilizado a classificar | 15.529 | (728) | 14.801 | 14.911 |
| Imobilizado em andamento | 47.338 | | 47.338 | 270.482 |
| Totais | 1.375.030 | (270.794) | 1.104.236 | 986.869 |

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público. Os contratos são ajustados à taxa cambial vigente na data do balanço, acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Os juros vêm sendo pagos semestralmente e o valor principal será liquidado em abril/2024.

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------|---------------|---------------|
| Curto Prazo | | 321 |
| Longo Prazo | 14.525 | 12.810 |
| Totais | 14.525 | 13.131 |

Os recursos foram liberados nas seguintes condições:

| Instituição | Prazo | Carência | Amortização | Taxa de Juros |
|---------------|---------|--------------|-------------------------|--|
| FLIRB | 20 anos | 9 anos | 13 parcelas semestrais | Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5% a.a. No 7º ano – 8% a.a. |
| Discount Bond | 30 anos | Sem carência | Única ao final do prazo | Libor semestral + 13/16% a.a. |
| PAR Bond | 30 anos | Sem carência | Única ao final do prazo | Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5,75% a.a. Do 7º ao 30º ano – 6% a.a. |

17 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos. Do valor contabilizado destaca-se o montante de R\$ 8.707 mil relativos à Fubrás.

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------|---------------|---------------|
| Fubrás | 8.707 | 8.707 |
| Demais Credores | 3.362 | 2.186 |
| Totais | 12.069 | 10.893 |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

18 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Remunerações | 9.233 | 7.516 |
| Consignações | 344 | 328 |
| Seguros | 34 | 87 |
| Mesada Judicial | 283 | 243 |
| Outros Encargos Assistenciais | 1.648 | 1.451 |
| Provisão de Férias e Encargos | 9.342 | 8.850 |
| Totais | 20.884 | 18.475 |

19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

| | Circulante | | Não Circulante | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| ISS | 76.213 | 65.657 | 242.498 | 214.046 |
| PASEP/COFINS | 6.000 | 25.793 | | 866 |
| IPTU | 1.681 | 6.883 | | |
| Adicional de Tarifa Portuária | 6.820 | 6.820 | | |
| PGFN/RFB (19.1) | | 18.586 | | 124.313 |
| INSS – Apropriação mensal da folha de pagamento | 2.878 | 4.081 | | |
| INSS – Débitos previdenciários não parcelados (19.2) | 112.184 | 134.333 | | |
| FGTS | 1.171 | 1.300 | | |
| IR de Pessoal | 4.541 | 4.788 | | |
| Outros | 812 | 396 | | |
| Totais | 212.300 | 268.637 | 242.498 | 339.225 |

19.1 Antecipação dos Contratos de Parcelamento PGFN e RFB

A CDRJ efetuou o pagamento antecipado de cinco contratos de parcelamentos firmados com a Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014. Na ocasião, a Companhia requereu a quitação antecipada dos saldos de parcelamentos, efetuando o pagamento de 30% do saldo devedor em dinheiro e, para o saldo remanescente, quitação com a utilização de crédito fiscal proveniente do montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL devida na escrituração fiscal. O valor do crédito fiscal utilizado foi determinado mediante a aplicação das alíquotas de 25% e de 9% sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, respectivamente, devendo a RFB/PGFN, no prazo de 5 anos, efetuar análise deste pedido. A Companhia reconheceu em sua contabilidade os créditos fiscais acima comentados na forma de Ativo Diferido a Recuperar, apenas no montante utilizado nesta quitação antecipada e, em contrapartida, reduzindo o saldo da conta de Prejuízos Acumulados.

19.2 Débitos Previdenciários não Parcelados

A Companhia revisou, em 2014, a posição de seus débitos com o INSS e ajustou seus saldos, revertendo para o resultado valores apropriados no total de R\$ 27.223 mil. Restaram reconhecidos em sua contabilidade, débitos no montante de R\$ 112.184 mil (R\$ 107.110 mil em 2013), os quais foram objetos de requerimento para sua inclusão no parcelamento previsto na Lei 11.941/2009, permitindo melhor gestão desta dívida. Entretanto, a RFB, na época da consolidação deste parcelamento previdenciário, não homologou a inclusão destes débitos, mantendo o status de "débitos suspensos por indicação na Lei 11.941/2009". A Companhia entende que estes gozam do benefício do parcelamento especial acima comentado e os mantém contingenciados e atualizados até a manifestação oficial da RFB para renegociação desta dívida.

20 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

| | Circulante | | Não Circulante | |
|---|---------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Retenções Contratuais | 1.526 | 1.463 | | |
| Depósito Cauçionado | 5.116 | 3.470 | | |
| Contratos de Securitização | | | 375.657 | 297.287 |
| Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1 | 25.360 | | 106.011 | |
| Outros | 146 | 125 | 2.135 | 2.135 |
| Totais | 32.148 | 5.058 | 483.803 | 299.422 |

- As Retenções Contratuais representam garantias retidas de contratos de alguns fornecedores.
- O Depósito Cauçionado é uma antecipação do recebimento de determinadas faturas por clientes.
- Os contratos de securitização são obrigações da CDRJ com a União, negociadas com a garantia da receita de dois arrendatários – Libra Terminais e Sepetiba Tecon, vencíveis entre os anos de 2001 e 2023. Os recursos foram repassados pela União com o compromisso de quitação do passivo judicial trabalhista e de débitos relativos à contribuição do INSS, COFINS e PASEP. O saldo das obrigações é corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, por força contratual.
- O Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1 corresponde à obrigação assumida com o Grupo Libra, referente a obras de ampliação do cais da área arrendada. As obras estruturais da denominada “retroárea”, por força do contrato de arrendamento assinado em 14/08/1989, eram de responsabilidade da CDRJ e foram financiadas pela arrendatária.

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo “benefício definido”, assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este fundo é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O PORTUS Instituto de Seguridade Social disponibilizou valores estimados das dívidas e do déficit desta Patrocinadora, que totalizou R\$ 566.672 mil, com base no último Demonstrativo dos Valores a Receber datado de 30/06/2013. Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo PORTUS e pelas empresas de consultoria contratadas pelas patrocinadoras continuam em controvérsia pelas partes, inviabilizando o registro contábil com base em estimativas confiáveis.

Durante o exercício de 2014 foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 5.322 mil e 6.225 mil, respectivamente (4.793 mil e R\$ 4.486 mil em 2013), além do acordo de regularização do recolhimento das contribuições dos assistidos no montante de R\$ 8.241 mil pago em 5 parcelas.

As contas possuem a seguinte composição:

| | Circulante | | Não Circulante | |
|---------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Benefícios de curto prazo | 24.905 | 20.697 | | |
| Benefícios de longo prazo | | | 368.642 | 307.970 |
| Bloqueio judicial | | | (108.120) | (57.911) |
| Totais | 24.905 | 20.697 | 260.522 | 250.059 |

O bloqueio judicial refere-se aos Mandados nº 1679/2012, da 21ª Vara Cível e 1018/2012, da 33ª Vara Cível, que determinaram a penhora de receita da CDRJ junto aos arrendatários, até o montante de R\$ 123.583 mil e R\$ 30.000 mil, respectivamente, para garantia dos processos judiciais 2004.001.107580-2 e 2001.001.037856-0.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

22 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil;
- *Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A*;
- *Unibanco Leasing S/A*;
- *Manufactures Hannover*.

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (*Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.*).

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin empreendimentos S/A (*Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.*).

A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido permanece sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas *Unibanco Leasing S/A* e *Manufactures Hannover* também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os saldos remanescentes presentes na contabilidade são:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| <i>Unibanco Leasing S/A</i> | 81.610 | 68.563 |
| <i>Manufactures Hannover</i> | 350.109 | 294.228 |
| Totais | 431.719 | 362.791 |

23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas e cíveis a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

| | 2014 | 2013 |
|---------------|----------------|----------------|
| Trabalhistas | 93.117 | 47.904 |
| Cíveis | 3.441 | 113.080 |
| Tributárias | 12.879 | 0 |
| Totais | 109.437 | 160.984 |

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

23.1 - Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências passivas nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 227.296 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas R\$ 13.180 mil
- Ações Cíveis R\$ 105.755 mil
- Ações Tributárias R\$ 108.361 mil

24 – RECEITAS DIFERIDAS

A conta de Receitas Diferidas, registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo apropriadas atendendo aos prazos contratuais.

25 – CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para Aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC, conforme Decreto nº 2.673/1998.

Através da Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 29/12/2014, foi homologado o aumento do Capital Social da Companhia que passou de R\$ 2.441.121 mil para R\$ 2.445.486 mil, e está representado por 1.217.457.598 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

| Acionistas | Quantidade de Ações | | |
|---------------------------|---------------------|---------------|---------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| União | 608.649.109 | 608.649.110 | 1.217.298.219 |
| Governo do Rio de Janeiro | 79.651 | 79.650 | 159.301 |
| Outros | 40 | 38 | 78 |
| | 608.728.800 | 608.728.798 | 1.217.457.598 |

26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Receita Operacional Bruta | 430.058 | 370.986 |
| (-) Cofins | (30.202) | (26.084) |
| (-) Pasep | (6.552) | (5.640) |
| (-) ISS | (177) | (201) |
| Receita Operacional Líquida | 393.127 | 339.061 |

A Receita Operacional Bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários.

27 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R\$ 69.607 mil (R\$ 73.892 em 2013).

| Serviços Portuários | 2014 | 2013 |
|-----------------------|----------|----------|
| Manutenção | (5.375) | (4.471) |
| Pessoal e Encargos | (49.487) | (58.792) |
| Serviços de Terceiros | (7.972) | (6.147) |
| Depreciação | (6.773) | (4.312) |
| IPTU | | (170) |
| Totais | (69.607) | (73.892) |



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

| Discriminação | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Pessoal e Encargos | (134.976) | (111.068) |
| Serviços de Terceiros | (13.472) | (13.007) |
| Contratos Securizados Libra/SepetibaTecon | (18.511) | (14.626) |
| Despesas Tributárias | (2.394) | (9.211) |
| Despesas Legais e Judiciais | (6.876) | (124) |
| Outras | (1.716) | (1.646) |
| Totais | (177.945) | (149.682) |

28 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|-----------------|
| Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – 28.1 | (5.773) | 51.290 |
| Provisão para Férias | (492) | (944) |
| Provisão para o 13º Salário | (8.313) | (7.595) |
| Provisão para FGTS do 13º Salário | (423) | (384) |
| Provisão para Contingências – 28.2 | 57.259 | (111.147) |
| Totais | 42.258 | (68.780) |

28.1 – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A CDRJ provisiona a perda estimada com clientes quando os recebíveis encontram-se vencidos há mais de 6 meses ou quando há histórico recente de inadimplência. Em 2013 houve reversão de perdas devido ao acordo firmado no Processo Judicial nº 201.001.030635-4, entre a empresa Triunfo Logística Ltda e a CDRJ, visando resolver as controvérsias entre as partes e baixar pendências de anos anteriores contabilizadas no Contas a Receber.

28.2 – Provisão para Contingências

Conforme já mencionamos na nota explicativa 23, a CDRJ, com base nos relatórios jurídicos, constitui provisão em bases suficientes para fazer frente às demandas judiciais da qual faz parte. No Exercício de 2014, as contingências sofreram substancial modificação, quando comparadas ao Exercício anterior, em especial pelo aumento da expectativa de perdas prováveis com ações trabalhistas na ordem de R\$ 45.213 mil e pela redução de perdas prováveis com ações cíveis na ordem de R\$ 109.639 mil. O aumento da contingência trabalhista reflete a modificação na classificação de risco emitida pelos advogados sobre as demandas desta natureza. Em relação à redução da contingência cível, o principal motivo foi o arquivamento definitivo do Processo nº 0025349.61-2004.8.19.0001, movido pelo Portus Instituto de Seguridade Social, cujo valor de perda provável era de R\$ 110.120 mil.

29 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Receita de Aluguel | 10.818 | 11.899 |
| Alienação de Bens Imóveis – 29.1 | 21.746 | |
| Outras | 4.836 | 3.212 |
| Totais | 37.400 | 15.111 |

29.1 – Alienação de Bens Imóveis

Venda do imóvel situado na Rua General Luiz Mendes de Moraes, nº 50, conforme autorização da Diretoria Executiva em sua 2066ª reunião ordinária, realizada em 27/02/2014.

30 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O principal valor é referente aos gastos executados com a construção de píer de atracação de passageiros, cujo projeto foi cancelado. O valor estava sendo classificado em "obras em andamento", entretanto, com a rescisão do contrato e ausência de benefício futuro, este foi reclassificado como perdas.

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|-----------------|-------------|
| Cancelamento da Obra do Pier de Passageiros | (13.205) | |
| Perdas com Alienação de Bens | (2.808) | (25) |
| Outros | (1) | |
| Totais | (16.014) | (25) |

31 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Receitas Financeiras | 2.240 | 12.730 |
| Despesas Financeiras | (177.197) | (179.613) |
| Variações Monetárias Ativas | 43.381 | 41.366 |
| Variações Monetárias Passivas | (94.970) | (86.198) |
| Resultado Financeiro Líquido | (226.546) | (211.715) |

As despesas financeiras têm como maior expressão as contas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus – R\$ 92.427 mil (R\$ 91.710 mil em 2013), e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e aos contratos de *Leasing* do Unibanco e *Manufactures Hannover* – R\$ 78.521 mil (R\$ 71.509 mil em 2013).

32 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Resumo dos ajustes:

| Item | Ajuste a Débito | Ajuste a Crédito | Saldo |
|------|-----------------|------------------|-------|
| 32.1 | 7.980 | | |
| 32.2 | | 5.137 | |
| 32.3 | | 4.301 | |
| 32.4 | 2.976 | 2.102 | |
| | 10.956 | 11.540 | 584 |

32.1 – Acordo CDRJ x Portus

Acordo administrativo firmado com o Portus Instituto de Seguridade Social cujo objeto foi a regularização do recolhimento das contribuições dos assistidos, referentes ao período compreendido entre outubro de 2010 e janeiro de 2014.

32.2 – Ajustes da conta IPTU a Recolher

Acerto na conta IPTU a Recolher referente ao cancelamento de provisões, devido ao pagamento em depósito judicial.

32.3 – Ajustes de Atualização do Arrendamento Mercantil

Acerto na atualização dos Contratos de Arrendamentos (nota explicativa 22), cujo montante bloqueado judicialmente atingiu ou, até mesmo, superou o valor da dívida atualizada.

32.4 – Outros Ajustes em Exercícios Anteriores

Foram realizados outros ajustes, em sua maioria, para o cancelamento de faturas.

33 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 21.619 mil (152.135 mil em 2013). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ vem dando prosseguimento ao seu plano de recuperação econômico-financeira.

A antecipação dos contratos de parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN pôs fim a débitos fiscais e previdenciários relativos ao período compreendido entre 1998 e 2009.

34 – TESTES DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

A Companhia está em processo licitatório visando a contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa - UGC.

35 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

| | Valores expressos em Reais | |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|
| | Dezembro de 2014 | Dezembro de 2013 |
| Maior remuneração paga aos diretores | 35.136,38 | 29.776,59 |
| Maior remuneração paga aos empregados | 46.606,73 | 42.640,67 |
| Menor remuneração paga aos empregados | 774,49 | 730,50 |
| Remuneração média dos empregados | 7.236,23 | 7.179,47 |

36 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 10 de março de 2015.

HELIO SZMAJSER
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 553.615.367-88

CLAUDIO DE JESUS MARQUES SOARES
DIRETOR
CPF Nº 598.842.587-91

HERALDO DA COSTA KREMER
DIRETOR
CPF Nº 551.537.207-72

AIRTON COSTA DO AMARAL
DIRETOR
CPF Nº 280.298.360-15

LUCIANA NEGREIRO SANTOS CÂNCIO
CONTADORA CRC – RJ 087308/O-8
CPF Nº 012.576.807-90

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

| UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014 | | | | |
|---|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Denominação completa | | | | |
| Texto | | | | |
| Ações Ordinárias (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Governo | União | 608.649.109 | 607.562.593 | 547.613.830 |
| | Governo do Estado do Rio de Janeiro | 79.651 | 79.651 | 79.651 |
| | | | | |
| | % Governo | 99,99999 | 99,99999 | 99,99999 |
| Free Float | Pessoas Físicas | 40 | 40 | 40 |
| | | | | |
| | | | | |
| | % free float | 0,00001 | 0,00001 | 0,00001 |
| Subtotal Ordinárias (%) | | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Ações Preferenciais (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Governo | União | 608.649.110 | 607.562.594 | 547.613.829 |
| | Governo do Estado do Rio de Janeiro | 79.650 | 79.650 | 79.650 |
| | | | | |
| | % Governo | 99,99999 | 99,99999 | 99,99999 |
| Free Float | Pessoas Físicas | 38 | 38 | 38 |
| | | | | |
| | | | | |
| | % free float | 0,00001 | 0,00001 | 0,00001 |
| Subtotal Preferenciais (%) | | | | |
| Total | | 100% | 100% | 100% |

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

A participação total dos investimentos não ultrapassa 10% do Patrimônio Líquido das investidas.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

AUDIFISCO

AUDITORIA FISCAL E CONTÁBIL S/S.

Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S.
Rua Santa Isabel, 160 - 5º andar
São Paulo - SP - Brasil
CEP 01221-010
Tel. 55 - 11-3221-9922

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, contrariando a Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à razoabilidade do valor dos ativos e da despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício.

2 - A Companhia registra na conta de "imobilizado em andamento", dentro do grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária, valores que em 31/12/2014 representavam R\$ 47.338 mil (em 31/12/2013 R\$ 270.482 mil). Até 2013 estes recursos vinham se acumulando ao longo dos anos devido a não imobilização destes investimentos quando do término dos projetos, e por consequência mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Em 2014 a Companhia realizou um levantamento detalhado dos projetos e identificou que em quase sua totalidade correspondiam a obras e serviços concluídos e, com base neste levantamento, reclassificou para o grupo do imobilizado adequado. Com a transferência a conta de imobilizado em andamento passou a refletir o saldo correto, porém, quanto aos valores imobilizados os mesmos não sofreram quaisquer ajustes retrospectivos por conta dos efeitos da ausência de depreciação destes ativos, não sendo possível nas circunstâncias, obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos ativos.

2

3 - Conforme consta da Nota Explicativa 21, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia Docas do Rio de Janeiro mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano multipatrocinado para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, plano este do tipo "benefício definido" que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este plano é administrado pela PORTUS - Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Companhia reconheceu em 31/12/2014 o montante de R\$ 285.457 mil (em 31/12/2013 R\$ 329.667 mil), porém o déficit de responsabilidade da patrocinadora CDRJ, conforme último cálculo atuarial apresentado pela PORTUS com base em no último balancete prévio do Plano de Benefício emitido em 30/06/2013 era de R\$ 566.672 mil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não recebemos as respostas das cartas de circularização para confirmação desses saldos. Não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos de 285.457 mil ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles garantias ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras. Ainda, a Companhia também está deixando de divulgar adequadamente, nas suas demonstrações contábeis, as informações mínimas requeridas previstas no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, disciplinado pela Resolução CFC nº 1.425/13 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi

3

submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados onde emitimos relatório datado em 13 de março de 2014, que conteve opinião com ressalvas similares aos itens 01 e 03 do presente relatório e ressalva quanto a não alocação adequada dos investimentos de infraestrutura portuária mantidos na conta de imobilizado em andamento e que representavam projetos/ obras concluídos, e conseqüentemente não reconhecimento adequado das despesas com depreciação destes ativos e falta de testes de recuperabilidade sobre estes ativos. Em 2014 a Companhia regularizou o saldo da conta de imobilizado em andamento.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2015.



CRC 2SP002135/O-1 - "S" RJ

Vander Bittencourt Ribeiro

Contador CRC 1SP159913/O-3 - "S" RJ

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O Complexo Portuário sob a gestão da CDRJ, formado pelos Portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, registrou no exercício de 2014 uma movimentação total de cargas de 71.433.884 toneladas, o que representou um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2013. Destaca-se que foi a maior movimentação de cargas registrada na história da CDRJ. O desempenho superior pode ser explicado pelo crescimento de 12,51% na movimentação de minério de ferro, visto que, historicamente, este granel exerce grande influência na movimentação total da Companhia, com uma representatividade de 79,6% do total movimentado em 2014.

Outro fato que merece destaque é a movimentação de Granel Líquido, que registrou em 2014 um desempenho 56,7% superior ao ano anterior, com 690.950 toneladas movimentadas. O Porto do Rio de Janeiro apresentou um crescimento de 25,1%, nessa natureza de carga e obteve uma participação de 59,6% no total da movimentação de Granel Líquido da CDRJ.

Quanto à movimentação de Carga Geral em 2014, a CDRJ apresentou um resultado 23,2% inferior ao ano de 2013, com 7.740.185 toneladas movimentadas. A movimentação de Contêineres, que representou 85,1% do total da Carga Geral, exerceu uma grande influência no resultado negativo apresentado nessa natureza de carga. Com uma movimentação de 7.740.185 toneladas em 2014, o desempenho dos Contêineres foi 23,2% inferior ao ano de 2013 e isso se deu em função da entrada em operação dos terminais BTP e Embraport em Santos, assim como a reestruturação dos armadores, que retiraram 03 linhas marítimas de navegação regulares do Porto de Itaguaí. Além disso, houve a diminuição do *transshipment* que a MSC faz no Rio de Janeiro para contêineres do Porto de Vitória e a infraestrutura aquaviária do Porto do Rio de Janeiro não permite o acesso de grandes contêineres.

MOVIMENTAÇÃO GERAL DE CARGAS

| COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS | | | Em tonelada |
|--|-------------------|-------------------|-------------|
| PORTO | Ano | | □% |
| | 2013 | 2014 | |
| Rio de Janeiro | 8.315.345 | 7.294.986 | -12,3% |
| Itaguaí | 58.367.331 | 63.685.500 | 9,1% |
| Niterói | 254.830 | 294.082 | 15,4% |
| Angra dos Reis | 122.051 | 159.316 | 30,5% |
| TOTAL | 67.059.557 | 71.433.884 | 6,5% |

Perfil por Natureza de Carga (Movimentação no Cais)

| Natureza da Carga | Em tonelada | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| | 2013 | 2014 | □% |
| Sólidos a granel | 55.206.621 | 61.650.186 | 11,7% |
| Líquidos a granel | 440.825 | 690.950 | 56,7% |
| Carga Geral | 11.412.111 | 9.092.748 | -20,3% |
| TOTAL | 67.059.557 | 71.433.884 | 6,5% |

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

| Porto | 2013 | | 2014 | | □% | |
|----------------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|
| | Unidade | TEU | Unidade | TEU | Unidade | TEU |
| Rio de Janeiro | 341.685 | 510.830 | 292.362 | 438.713 | -14,4% | -14,1% |
| Itaguaí | 246.397 | 364.122 | 162.517 | 245.093 | -34,04% | -32,7% |
| CDRJ | 588.082 | 874.952 | 454.879 | 683.806 | -22,7% | -21,8% |

PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

63 Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar

a) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

i. Nome: Portus

ii. Razão Social: Portus Instituto de Seguridade Social

iii. CNPJ: 29.994.266/0001-89

iv. Demonstrativo Anual, contendo:

1. valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

| Data de competência | Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes |
|---------------------|--|
| jan/14 | R\$ 3.832.835,20 |
| fev/14 | R\$ 3.891.092,10 |
| mar/14 | R\$ 3.755.423,15 |
| abr/14 | R\$ 3.844.441,19 |
| mai/14 | R\$ 3.889.581,66 |
| jun/14 | R\$ 3.962.780,92 |
| jul/14 | R\$ 3.982.363,82 |
| ago/14 | R\$ 3.959.454,16 |
| set/14 | R\$ 3.941.013,72 |
| out/14 | R\$ 3.995.600,66 |
| nov/14 | R\$ 3.975.175,17 |
| dez/14 | R\$ 4.044.458,87 |
| 13º/14 | R\$ 3.951.592,79 |
| TOTAL | R\$ 51.025.813,41 |

2. valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

| Data de competência | Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes |
|---------------------|--|
| jan/14 | R\$ 360.812,04 |
| fev/14 | R\$ 368.812,43 |
| mar/14 | R\$ 350.574,06 |
| abr/14 | R\$ 363.308,69 |
| mai/14 | R\$ 369.592,12 |
| jun/14 | R\$ 380.763,45 |

| | |
|--------------|-------------------------|
| jul/14 | R\$ 383.342,56 |
| ago/14 | R\$ 380.063,25 |
| set/14 | R\$ 378.250,34 |
| out/14 | R\$ 385.571,83 |
| nov/14 | R\$ 382.521,85 |
| dez/14 | R\$ 392.263,51 |
| 13º/14 | R\$ 369.468,02 |
| TOTAL | R\$ 4.865.344,15 |

3. valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

| Data de competência | Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora |
|---------------------|--|
| jan/14 | R\$ 353.804,83 |
| fev/14 | R\$ 361.168,27 |
| mar/14 | R\$ 343.313,76 |
| abr/14 | R\$ 355.809,77 |
| mai/14 | R\$ 362.081,48 |
| jun/14 | R\$ 372.687,86 |
| jul/14 | R\$ 374.845,51 |
| ago/14 | R\$ 371.726,33 |
| set/14 | R\$ 369.944,95 |
| out/14 | R\$ 376.860,72 |
| nov/14 | R\$ 374.169,93 |
| dez/14 | R\$ 383.429,77 |
| 13º/14 | R\$ 369.468,02 |
| TOTAL | R\$ 4.769.311,20 |

4. valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

| Data de competência | Valor total de outros recursos repassados patrocinadora |
|---------------------|---|
| jan/14 | - |
| fev/14 | R\$ 170.200,23 |
| mar/14 | R\$ 165.763,65 |
| abr/14 | R\$ 166.058,16 |
| mai/14 | R\$ 169.317,30 |
| jun/14 | R\$ 166.286,44 |
| jul/14 | R\$ 166.416,96 |
| ago/14 | R\$ 162.633,03 |
| set/14 | R\$ 164.332,17 |
| out/14 | R\$ 165.820,94 |
| nov/14 | R\$ 163.382,98 |
| dez/14 | R\$ 163.275,57 |
| 13º/14 | R\$ 163.569,01 |
| TOTAL | R\$ 1.987.056,44 |

5. discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

6. valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Os esclarecimentos a respeito do valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal se faz por meio do Acompanhamento da Política de Investimento exposto no item a seguir.

7. avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;



Acompanhamento da Política de Investimentos

PORTUS
4º trimestre de 2014

1. Introdução

1.1 Objetivo e escopo do estudo

O presente documento tem por objetivo verificar a aderência dos investimentos dos planos de benefícios da entidade às diretrizes de aplicação estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. Nos tópicos a seguir, serão analisados os investimentos dos planos da entidade nos segmentos, carteiras e classes de ativos sujeitos a restrições legais e a limites estabelecidos pela política de investimentos da entidade. Serão avaliados, ainda, os riscos de mercado e de contraparte a que os planos estão expostos.

Em síntese, o presente relatório monitora:

- Os limites de alocação por segmento estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de renda fixa, conforme Art. 35 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de renda variável, conforme Art. 36 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de investimentos estruturados, conforme Art. 37 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de investimentos no exterior, conforme Art. 38 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de imóveis, conforme Art. 39 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites e restrições referentes ao segmento de operações com participantes, conforme Art. 40 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites de alocação por emissor estabelecido pelo Art. 41 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites de concentração estabelecidos pelos Art. 42 da Resolução CMN nº 3.792;
- Os limites para operações com derivativos estabelecidos pelo Art. 44 da Resolução CMN nº 3.792;
- As vedações previstas nos Incisos V, VI, VII, IX, XI, XII e XIV, do Art. 53 da Resolução CMN nº 3.792;
- As restrições para investimentos estabelecidas pela política de investimento do(s) plano(s) de benefícios;
- Os ratings dos títulos privados adquiridos diretamente ou por meio de fundos abertos; e
- Os limites de risco de mercado estabelecidos pela política de investimentos da entidade.

Cabe apontar que o presente documento **não contempla** a verificação do cumprimento de nenhuma das obrigações referentes aos controles internos da entidade, como o envio de documentos aos órgãos responsáveis ou os procedimentos a serem observados durante a seleção de gestores e agentes fiduciários.

Ainda, o presente relatório reproduz dados enviados pela própria entidade e/ou valores calculados a partir de tais dados:

- Os custos incorridos com as atividades relacionadas com a administração dos recursos; e
- A rentabilidade global e por segmento.

1.2 Método de análise

Para fins de verificação dos limites e restrições, são considerados os critérios de abertura de fundos definidos pela Resolução CMN nº 3.792.

Todas as análises são feitas com base nas informações disponibilizadas pela própria entidade e por seus custodiantes. O Risk Office não se responsabiliza, portanto, por qualquer falha causada por informações erradas, incompletas ou defasadas.

Os resultados do enquadramento apontados neste relatório se referem às posições do plano na data de encerramento do trimestre a que o relatório se refere.

2. Alocação dos recursos

2.1 Alocação por segmento

| Segmentos | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos garantidores (em milhões de R\$) | 279,62 | 267,29 | 276,95 | 289,58 |
| Renda Fixa | 40,64% | 38,59% | 41,36% | 37,94% |
| Renda Variável | 29,12% | 30,12% | 28,47% | 25,02% |
| Investimentos Estruturados | 0,06% | 0,06% | 0,06% | 0,07% |
| Investimentos no Exterior | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Imóveis | 29,93% | 31,14% | 30,10% | 36,97% |
| Operações com Participantes | 0,25% | 0,09% | 0,01% | 0,00% |

2.2 Limites por segmentos e por veículos de investimentos

| Segmentos e ativos | Posição atual | Limite legal | Alocação objetivo | Limite inferior | Limite superior | Status |
|--|---------------|--------------|-------------------|-----------------|-----------------|--------|
| Renda Fixa | 37,94% | 100% | 55,0% | 0% | 100% | OK |
| Títulos da dívida mobiliária federal | 24,61% | 100% | --- | 0% | 100% | OK |
| Ativos de renda fixa, exceto títulos federais | 10,96% | 80% | --- | 0% | 70% | OK |
| CCBs + CCCBs + NPs | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| NCE + CCE | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| FIDCs + FICFIDCs | 0,02% | 20% | --- | 0% | 5% | OK |
| CRI | 0,00% | 20% | --- | 0% | 0% | OK |
| CCI | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| CPR + CDCA + CRA + Warrant Agropecuario | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| Demais títulos e valores mobiliários | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| Renda Variável | 25,02% | 70% | 35,0% | 0% | 70% | OK |
| Novo mercado de governança corporativa | 4,29% | 70% | --- | 0% | 70% | OK |
| Nível 2 de governança corporativa | 0,13% | 60% | --- | 0% | 60% | OK |
| Bovespa Mais de governança corporativa | 0,00% | 50% | --- | 0% | 50% | OK |
| Nível 1 de governança corporativa | 9,33% | 45% | --- | 0% | 45% | OK |
| Sem classificação de governança corporativa + ETFs (**) | 11,32% | 35% | --- | 0% | 35% | OK |
| Títulos de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) | 0,00% | 20% | --- | 0% | 0% | OK |
| Debêntures com participação nos lucros + BDRs (Nível II e III) + Outros ¹ | 0,00% | 3% | --- | 0% | 3% | OK |
| Investimentos estruturados | 0,07% | 20% | 1,0% | 0% | 20% | OK |
| Fundos Imobiliários | 0,07% | 10% | --- | 0% | 10% | OK |
| Fundos de Participação (FIPs) | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| Fundos de Invest. em Empresas Emergentes (FMIEEs) | 0,00% | 20% | --- | 0% | 20% | OK |
| Fundos multimercado não institucionais | 0,00% | 10% | --- | 0% | 0% | OK |

¹ Outros: Certificado Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro

(**) Ações TPPF3 e TPPF4 - TERMINAIS PORTUÁRIOS PONTA DO FELIX - sem classificação perante a Legislação CMN Nº 3.792, em 31/12/2014 essa alocação representava 6,52% dos Recursos Garantidores. Vide item 8 - Conclusões.

| Segmentos e carteiras | Posição atual | Limite legal | Alocação objetivo | Limite inferior | Limite superior | Status |
|--|---------------|--------------|-------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Investimentos no exterior | 0,00% | 10% | 0,0% | 0% | 3% | OK |
| Ativos emitidos no exterior em fundos constituídos no Brasil | 0,00% | 10% | --- | 0% | 3% | OK |
| FIDEs | 0,00% | 10% | --- | 0% | 3% | OK |
| Fundos de Índice do exterior admitidos na Bovespa | 0,00% | 10% | --- | 0% | 3% | OK |
| BDRs (Nível I) | 0,00% | 10% | --- | 0% | 3% | OK |
| Ações de Clas. Estrangeiras sediadas no MERCOSUL | 0,00% | 10% | --- | 0% | 3% | OK |
| Imóvel | 36,57% | 8% | 8,0% | 0% | 8% | Desenquadrado |
| Operações com Participantes | 0,00% | 15% | 1,0% | 0% | 15% | OK |
| Exigível Contingencial | 0,00% | --- | --- | --- | --- | --- |

(**) Segundo dados provenientes do balancete, o valor das Provisões de investimentos (conta 2.2.3) era de R\$ -30.272.326,04

2.3 Restrições de concentração por plano de benefícios

| Emissor | Limite legal | Limite plano | Status |
|--|--------------|--------------|--------|
| Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen | 20% | 20% | OK |
| Tesouro estadual ou municipal | 10% | 0% | OK |
| Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada | 10% | 10% | OK |
| Organismo multilateral | 10% | 0% | OK |
| Companhia securitizadora | 10% | 0% | OK |
| Patrocinador do plano de benefícios | 10% | 0% | OK |
| Demais emissores | 5% | 5% | OK |
| Veículo de Investimento | Limite legal | Limite plano | Status |
| Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) | 10% | 5% | OK |
| Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (inclui ETFs) | 10% | 10% | OK |
| Fundo de investimento classificado como dívida externa | 10% | 3% | OK |
| Fundo de Participação ou de Empresas Emergentes | 10% | 10% | OK |
| Fundo Imobiliário | 10% | 10% | OK |
| Fundo Multimercado Não Institucional | 10% | 0% | OK |
| Sociedades de Propósito Específico (SPE) | 10% | 0% | OK |

2.4 Restrições de concentração por EFPC

| Veículo de Investimento | Limite legal | Limite plano | Status |
|--|--------------|--------------|--------|
| Participação no capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE | 25% | 10% | OK |
| Participação no capital votante de uma mesma companhia aberta | 25% | 10% | OK |
| Participação no PL de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen | 25% | 25% | OK |
| Participação em fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas | 25% | 10% | OK |
| Participação em fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados | 25% | 25% | OK |
| Participação em fundo brasileiro que tenha ativos classificados no seg. de invest. no exterior | 25% | 0% | OK |
| Participação em fundo de investimento classificado como dívida externa | 25% | 3% | OK |
| Participação em fundo de índice do exterior admitido à negoc. em bolsa de valores do Brasil | 25% | 0% | OK |
| Participação no patrimônio constituído de certificado de recebíveis com regime fiduciário | 25% | 0% | OK |

2.5 Restrições de concentração por investimento

| Veículo de Investimento | Limite legal | Limite plano | Status |
|---|--------------|--------------|--------|
| Aplicações em uma mesma série de títulos ou valores mobiliários | 25% | 25% | OK |
| Aplicações em uma mesma classe ou série de cotas de FIDCs | 25% | 25% | OK |
| Aplicações em um mesmo empreendimento imobiliário | 25% | 25% | OK |

2.6 Operações com derivativos

| Descrição | Limite legal | Limite plano | Referência | Status |
|-----------------------------|--------------|--------------|---|--------|
| Depósito de margem total | 15% | 15% | Alocação em tit. públicos, de inst. financeiras | OK |
| Prêmios de opções compradas | 5% | 5% | e ações do Ibovespa | OK |

2.7 Limites específicos do plano

| Descrição do limite | Limite legal | Limite plano | Status |
|---|--------------|--------------|--------|
| É vedada a aquisição, na carteira própria de títulos considerados, segundo os critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, de grau especulativo, conforme Escala de Classificação Internacional (pag. 10). No entanto, como o Portus investe em fundos de investimento abertos, eventualmente poderão aparecer na carteira, via alguns desses fundos, tais títulos dentro do limite apresentado na tabela da página 11. Em caso de ocorrência de um evento desse tipo o gestor do fundo será questionado a apresentar as justificativas, que caso não sejam aceitas, levarão o Portus a resgatar os recursos sob gestão do mesmo. | --- | --- | OK |
| É vedado o investimento em títulos e valores mobiliários não previstos nesta Política de Investimentos, mesmo que haja permissão para aquisição na legislação em vigor. | --- | --- | OK |
| É vedado as operações de derivativos direta na carteira de Renda Variável. | --- | --- | OK |

| Descrição do limite | Limite legal | Limite plano | Status |
|---|--------------|--------------|--------|
| Limite dos recursos garantidores alocados em títulos de emissão privada considerada a categoria de risco Grau de Investimento + Grau Especulativo | 80% | 70% | OK |
| Limite dos recursos garantidores alocados em títulos de emissão privada considerada a categoria de risco Grau Especulativo | 80% | 0% | OK |

3. Vedações

| Vedações | Status |
|--|--------|
| Aplicar em veículos de investimento que alavancam mais de uma vez o patrimônio líquido | OK |
| Aplicar em companhias sem registro na CVM* | OK |
| Aplicar em cias que não estejam admitidas nos segmentos NM, N2 ou Bovespa Mais da BM&FBovespa* | OK |
| Operar derivativos a descoberto | OK |
| Operar derivativos sem garantia | OK |
| Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada | OK |
| Realizar <i>short</i> de ações | OK |
| Adquirir ativos sem ISIN | OK |
| Alocar recursos em terrenos | OK |

* Salvo os títulos que tenham cobertura de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen, que tenham cobertura de seguro, garantia real ou de emissão de armazém certificado, no caso de warrant agropecuário (Art. 18, § 1º).

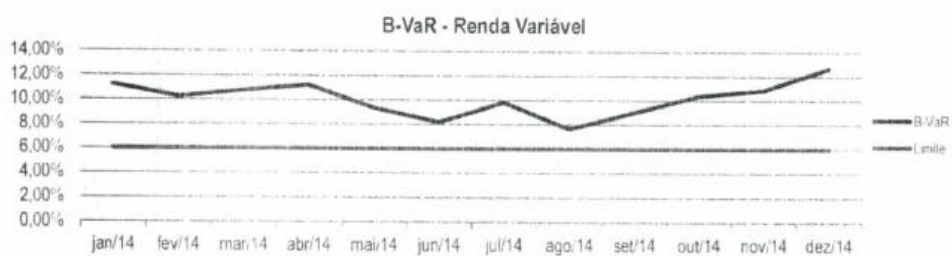
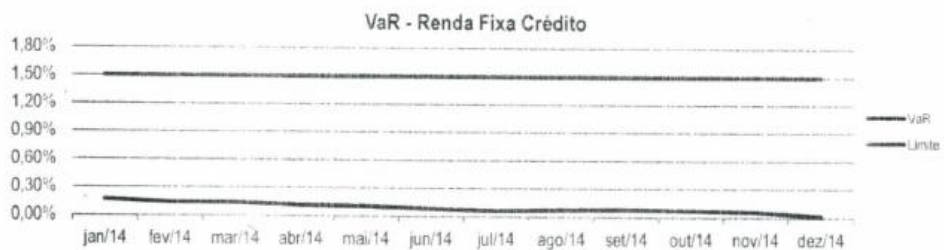
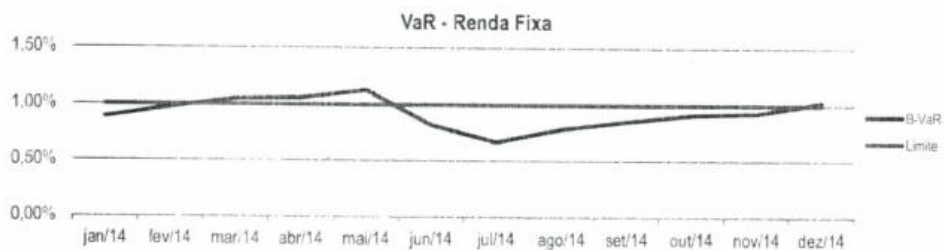
** Salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29 de maio de 2001.

4. Riscos financeiros

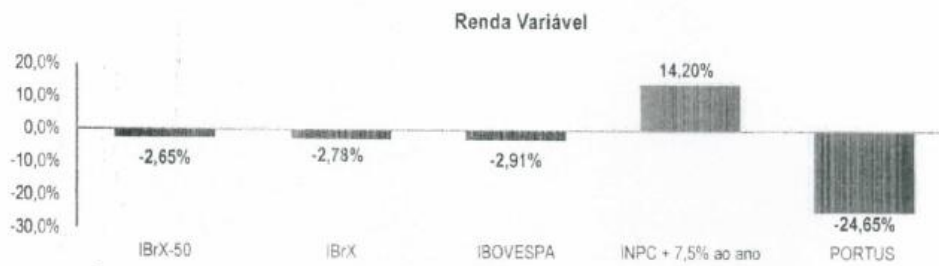
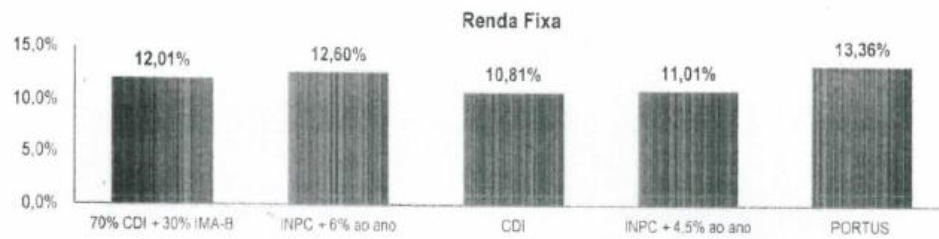
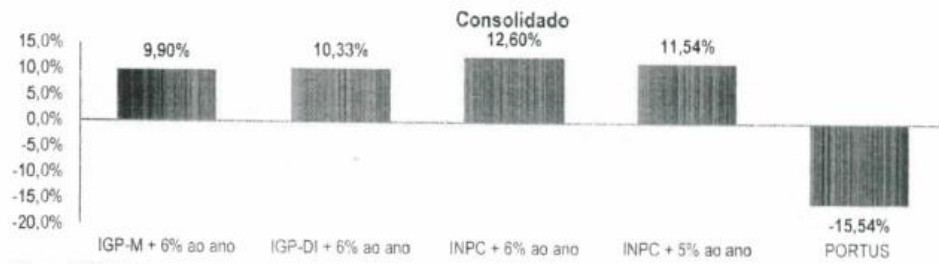
4.1 Risco de crédito

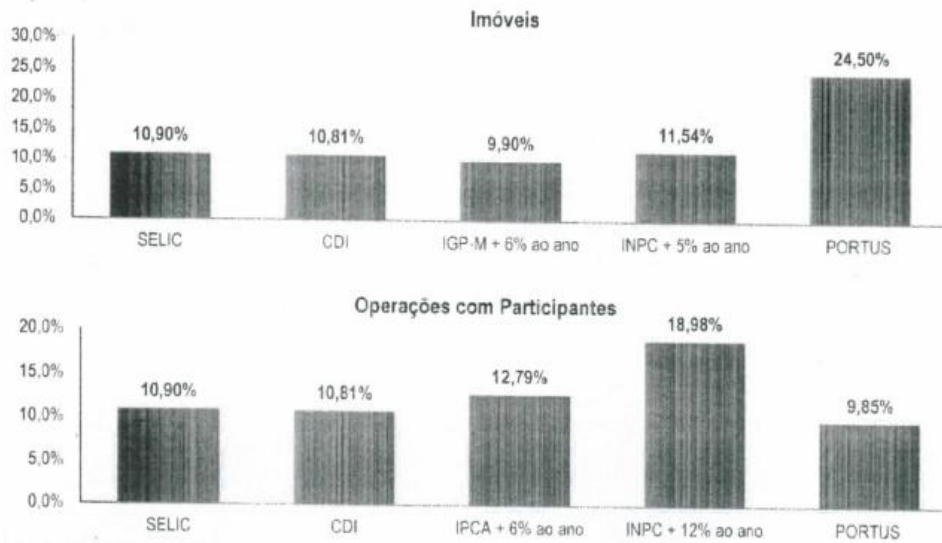
| Ativo | Contraparte | Fundo / carteira | Ratings | | | | | Nível* | Alocação | |
|-------|----------------------|--|---------|---------|-----------|-----------|-----------|--------|----------|-------------|
| | | | S&P | Moody's | Fitch | LF Rating | SR Rating | | | Austin Axis |
| DPGE | BES INVEST BRASIL SA | INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM F | BB- | Ba2 br | | | | | GE | 0,00% |
| DPGE | BANCO BONSUCESSO SA | HSBC FI REF DI CRED PRIV LP EXECUTIVO | | Ba1 br | BBB (bra) | | | | GE | 0,00% |
| DPGE | BANCO FIBRA S.A. | INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM F | BB- | BB-2 | | | | | GE | 0,00% |

4.2 Risco de mercado



5. Rentabilidade





*Rentabilidades informadas pelo cliente

6. Custos

6.1 Gastos com a administração dos recursos

| Segmentos e carteiras | 1º trimestre | 2º trimestre | 3º trimestre | 4º trimestre | Total |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| Pessoal e Encargos | 56.034,97 | 86.478,46 | 35.350,38 | 30.855,55 | 208.719,36 |
| Serviços de Terceiros | 24.000,00 | 24.000,00 | - | - | - |
| Viagens, estadias e treinamentos | - | - | - | 1.435,50 | 1.435,50 |
| Outras Despesas | - | - | - | - | - |

7. Conclusões Risk Office

No fechamento do quarto trimestre de 2014, o PORTUS estava desenquadrado em relação à legislação vigente no que concerne seus investimentos no segmento de imóveis o percentual aplicado pela entidade era superior ao limite de 8% definido pela Resolução CMN nº 3.792. O desenquadramento é proveniente da descapitalização patrimonial.

Ao longo do ano de 2014, o B-VaR Renda Variável manteve-se acima do limite de 6% estabelecido na Política de Investimentos. A forte **des correlação** dos ativos presentes na carteira com o IBrX é o principal motivo para o alto número de B-VaR

Em março, abril, maio e dezembro de 2014, o VaR do Mandato Renda Fixa apresentou oscilação acima do limite de 1% estabelecido na Política de Investimentos.

8. Observações Risk Office

Em relação aos valores aplicados em TPPF3 e TPPF4 - TERMINAIS PORTUÁRIOS PONTA DO FELIX - cabe ressaltar que:

- 1) Os papéis correspondem às ações da empresa Terminais Portuários Ponta do Felix - as quais não são listadas em bolsa;
- 2) Tais ações foram adquiridas anteriormente à Resolução 3.792 (e resoluções anteriores);
- 3) Tendo em vista que tais ações não se enquadram em nenhum dos ativos elegíveis mencionados pela legislação em vigor, sua presença na carteira do Instituto configura um desenquadramento. A manutenção desses papéis em carteira é permitida pela legislação atual, mas o mesmo não se verificava em redações anteriores. Dessa forma, o Instituto poderá solicitar ao órgão regulador - PREVIC - parecer sobre a posição em questão e sobre a possibilidade de manutenção dos ativos em sua carteira.

No quarto trimestre de 2014, o fundo INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI possuía DPGEs do BES INVEST BRASIL S.A. e BANCO FIBRA S.A. enquadrados como grau especulativo. Segundo a Política de Investimentos vigente, o PORTUS permanece enquadrada pois tal operação é permitida pelo fato do ativo ter sido adquirido por um fundo aberto.

Risk Office - Núcleo de Previdência

Gerência: Jordanno Santos

Atendimento ao cliente: Diego Condado, Daniela Oliveira, Marcos Almeida, Elber Ogasavara, Paula Lima, Sidney Moraes, Leandro Mesquita e Renata Arakaki

Acompanhamento da Política de Investimentos

Elaboração: Middle Office Previdência

Contato: middle.previdencia@riskoffice.net

Equipe: Vanessa Santos, André Pananello, Danilo Teixeira, Laísleu Melo, Marcelo Mendes, Mayra Rodrigues, Rone Almeida, Felipe Culin, Ronaldo Lopes, Tatiana Okamoto e Gabiella Heifstein.

Declarações Risk Office

- Este documento é de propriedade exclusiva do Risk Office e somente pode ser reproduzido mediante sua expressa autorização;
- Este documento tem caráter meramente informativo, cabendo única e exclusivamente ao usuário a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da utilização que faça ou venha a fazer das informações nele contidas;
- As restrições e os limites estabelecidos pela legislação e pela política de investimentos da entidade são monitorados com base nos Relatórios de Risco gerados pelo Risk Office, cujas fontes são os arquivos XML disponibilizados pelos custodiantes;
- O conteúdo deste documento não deve ser entendido e nem interpretado como recomendação e nem garantia de resultados;
- A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros;
- Os investimentos em fundos não são garantidos pelo administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou pelo fundo garantidor de crédito.

v. conclusões contidas no relatório da auditoria independente:

Em atenção a Portaria PREVIC nº 91, o prazo para envio das informações contábeis passou para 31/05/2015 relativo ao exercício 2014, com isso a PORTUS, entidade fechada de previdência complementar, ainda não tem possibilidade de atender o item v.

vi. demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;

Em atenção a Portaria PREVIC nº 91, o prazo para envio das informações contábeis passou para 31/05/2015 relativo ao exercício 2014, com isso a PORTUS, entidade fechada de previdência complementar, ainda não tem possibilidade de atender o item vi.

vii. conclusões do último estudo atuarial;

Em atenção a Portaria PREVIC nº 91, o prazo para envio das informações contábeis passou para 31/05/2015 relativo ao exercício 2014, com isso a PORTUS, entidade fechada de previdência complementar, ainda não tem possibilidade de atender o item vii.

b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Informamos que no exercício de 2014 esta patrocinadora não procedeu com nenhuma ação de fiscalização junto ao PORTUS conforme expressa o artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010, da Portaria - TCU nº 90, de 16/04/14 e das Decisões Normativas TCU nº 134 de 04/12/2013, TCU nº 139 de 24/09/2014 e TCU 140 de 15/10/2014.

Atenciosamente,

Eng. HELIO SZMAJSER
Diretor-Presidente